

SCIENTIA ANTIQUITATIS



Título: SCIENTIA ANTIQUITATIS

Editores: Leonor Rocha/ Gertrudes Branco/ Ivo Santos

Local de Edição: Évora (Portugal)

Data de Edição: Dezembro de 2019

Volume: 2/ 2019

Capa: Fragmento de mandíbula da Anta da Casa da Moura (©Daniela Anselmo)

Director: Leonor Rocha

ISSN: 2184-1160

Contactos e envio de originais: Leonor Rocha/ Irocha@uevora.pt

Revista digital.

Ficheiro preparado para impressão frente e verso.

ÍNDICE

Carta Arqueológica da Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa 106
anos depois de Francisco Tavares de Proença Júnior
João Caninas, Francisco Henriques, Pedro Salvado e Mário Chambino
..... 5

O que nos escondem as mamoadas e a problemática das datações
absolutas no Norte do Alentejo
Jorge de Oliveira 49

O conjunto osteológico da anta da Casa da Moura (Soure, Portugal)
Tiago Calado, Daniela Anselmo, Leonor Rocha, Olalla López Costas,
Fernando Silva, António Monteiro e Gertrudes Branco 111

Do passado ao presente, das pessoas aos objetos. O Museu de
Arqueologia e Etnografia de Elvas
Laura Largueiras e Susana Teixeira 127

Celeiro Epac: A Paisagem Industrial de Évora
Inês Ribeiro e António Diniz153

Carta Arqueológica da Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa 106 anos depois de Francisco Tavares de Proença Júnior¹

João CANINAS¹
Francisco HENRIQUES²
Pedro SALVADO³
Mário CHAMBINO⁴

Resumo

Francisco Tavares de Proença Jr (1883 - 1916) marcou a arqueologia albacastrense ao publicar em 1910 a primeira carta arqueológica distrital, correspondente a 11 municípios, tendo legado, desse modo, o conhecimento que obteve em curto período de oito anos. Nos pouco mais de 100 anos passados sobre essa data, sucederam-se inúmeros investigadores focados em temas específicos ou em áreas menores.

Caracterizam-se os inventários de sítios arqueológicos em 1910 e em 2016 nos cinco concelhos do antigo distrito de Castelo Branco que integram a actual Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa, área de trabalho tradicional da Associação de Estudos do Alto Tejo, tendo como fontes de referência a publicação de Proença Jr e a base de dados Endovélico, da Direcção Geral do Património Cultural.

Palavras-chave: Inventário arqueológico, Francisco Tavares de Proença Jr, Beira Baixa

Abstract

Francisco Tavares de Proença Júnior marked the archeology of Castelo Branco by publishing in 1910 the first district archaeological charter in 11 municipalities, and thus bequeathed the knowledge he obtained in

¹ Projecto de Investigação Mesopotamos (Povoamento do 5º ao 1º milénio a.C. entre o Tejo e o Zêzere na actual Beira Baixa), Campo Arqueológico de Proença-a-Nova (CAPN), Associação de Estudos do Alto Tejo (AEAT), CHAIA – Universidade de Évora, emerita.portugal@gmail.com

² Projecto de Investigação Mesopotamos, CAPN, AEAT, fjrhenriq@gmail.com

³ Museu Arqueológico Municipal José Monteiro (Fundão), Sociedade dos Amigos do Museu Francisco Tavares de Proença Júnior, pedro-salvado@hotmail.com

⁴ AEAT e Associação Raia eventos, mario.chambino@gmail.com

a short period of eight years. In just over 100 years on that date, there have been many researchers focused on specific themes or in smaller areas.

The archaeological inventories of 1910 and 2016 are characterized in five municipalities of the old district of Castelo Branco that integrate the present Intermunicipal Community of Beira Baixa, having as reference sources the publication of Proença Jr and Endovelico database (General Directorate of Cultural Heritage).

Keywords: Inventário arqueológico, Francisco Tavares de Proença Jr, Beira Baixa

Introdução

A Arqueologia na região de Castelo Branco continuará por muito tempo indelevelmente marcada pela acção de Francisco Tavares de Proença Júnior (1883-1916), um investigador competente, informado, multifacetado e inovador, cuja excepcionalidade tem vindo a ser justamente valorizada, através, nomeadamente, da reorganização do seu espólio museológico em exposição permanente (Ferreira, 2004), de estudos biográficos (Dias, 1972; Fabião, 2004; Antunes, 2008; Cardoso, 2010; Martins, 2016), da reedição de trabalhos, como é o caso da carta arqueológica distrital, de inéditos textuais (Salvado, 1978) e imagéticos das suas investigações (Vilaça, 2016), da revista *Materiaes*, cuja 3ª série foi iniciada em 2016 (Salvado e Baptista)ⁱⁱ, e em sucessivos actos comemorativos, e acções tendentes a manter vivo a herança científica e patrimonial do fundador do Museu de Castelo Branco, organizadas pela Sociedade dos Amigos do Museu Francisco Tavares de Proença Júnior (SAMFTPJr), incluindo dois congressos internacionais (AA VV, 2010, 2016).

A faceta do seu trabalho que nos interessa realçar corresponde ao inventário arqueológico, publicado em 1910 (no ano da implantação da República), na forma de notícia explicativa e cartografia, nos 11 concelhos do distrito de Castelo Branco, através do qual nos legou, de modo urgente e avisado - tendo em conta a sua curta vida e morte prematura -, a informação que adquiriu em pequeno período de intenso labor, conforme refere: "*conteem estas poucas paginas o resumo estreme dos meus apontamentos de oito annos de trabalho...*" (Proença Jr, 1910).

Trata-se de um marco na Arqueologia desta região, não igualado até ao momento, naquela escala e um extraordinário feito atendendo aos meios da época, em termos de mobilidade e de acessibilidades, e ao facto de corresponder a uma acção solitária, sem o apoio e a multiplicação de trabalho que uma equipa especializada poderia proporcionar. Esse labor não foi igualado, como se disse, porque os investigadores que se sucederam nesta região focaram a atenção em áreas territoriais relativamente menores ou em temas específicos, como foi o caso do megalitismo (Leisner, 1998), da Idade do Bronze (Coffin, 1976) ou da romanização (Alarcão, 1988).

Entendemos, por isso, ser pertinente e oportuno pôr em evidência este importante legado e caracterizar a situação do inventário arqueológico, público, chegados ao ano de 2016, sem pretensões comparativas. Aliás, comparar os resultados obtidos por Proença Jr, em oito escassos anos, com os trabalhos das dezenas de investigadores que se sucederam na mesma região nos 106 anos seguintes só beneficiaria o primeiro. Refira-se, contudo, que após o desaparecimento de Proença Jr (1903-1910) à excepção dos trabalhos desenvolvidos por Manuel de Paiva Pessoa (1877-1941), continuador dos desígnios da instituição museal albicastrense criada pelo jovem arqueólogo (Garcia, 1974), teremos de esperar pelo inovador projecto de escavações, de investigações e de musealização, iniciado em meados da década de 50 do século XX, centralizado em Idanha-a-Velha

e arredores por D. Fernando de Almeida e O. da Veiga Ferreira (Henriques *et al*, 2015), para que a pesquisa arqueológica seja retomada de modo significativo e com maior vigor apenas a partir dos anos 70 do séc. XX, o que significa que grande parte desta centúria foi caracterizada por uma grande apatia nas coordenadas de investigação arqueológica.

Do último quartel do séc. XX até ao presente, o mais persistente esforço de actualização, generalista, da cartografia arqueológica nesta região, especificamente em cinco dos 11 municípios do antigo distrito, e que por ordem alfabética, que não a da sua importância, são Castelo Branco, Oleiros, Proença-a-Nova, Idanha-a-Nova e Vila Velha de Ródão (**Figura 1**), deve-se às equipas da Associação de Estudos do Alto Tejo (AEAT). É em referência a essa experiência que pomos em confronto a situação actual com a documentada por Proença Jr apenas nesses cinco municípios que integram, juntamente com Penamacor, a actual Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa (CIMBB), e os mesmos que formam, juntamente com Nisa, o Geoparque Naturtejo.

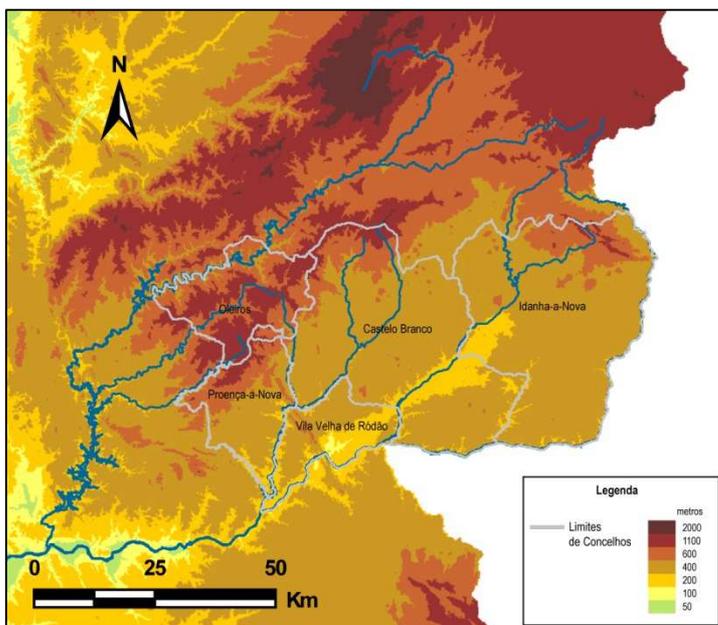


Figura 1. Área de incidência dos inventários de 1910 e de 2016, sobre mapa hipsométrico com delimitação dos municípios de Castelo Branco, Oleiros, Proença-a-Nova, Idanha-a-Nova e Vila Velha de Ródão. (crédito: www.guiadeportugal.pt)

Evitámos, por isso, caracterizar os resultados obtidos por outros investigadores, em municípios onde não actuamos, embora tal exercício pudesse ser feito naqueles que dispõem de inventários publicados, como são os casos de Penamacor (Ferro, 2017), Sertã (Batata, 1998) e Vila de Rei (Batata e Gaspar, 2013) ou em curso de elaboração com publicação de resultados preliminares, caso do Fundão (Rosa e Bizarro, 2013). Em Belmonte, depois do contributo de António Marques (Marques, 2000) não foram publicadas novas sínteses embora a carta arqueológica municipal tenha sido redefinida para exposição no Museu do Território (2017). Para o período romano foi publicado um inventário actualizado que abrange parcialmente os concelhos de Belmonte, Covilhã, Fundão e Penamacor (Carvalho, 2007). Desconhecemos a situação do inventário arqueológico geral no concelho da Covilhã, datando de 1980 uns auspiciosos *Subsídios para a carta arqueológica do concelho da Covilhã*, para o período romano, a que se seguiria um trabalho relativo a arqueossítios pré e proto-históricos inventariados pela então Associação de Defesa do Património Cava Juliana (Plácido e Marques, 1980).

Também optámos por caracterizar a situação do inventário arqueológico em 2016 com base no Endovélico, da Direcção Geral do Património Cultural (DGPC), por se encontrar em acesso público, embora cientes do facto de se dispor na AEAT de um acervo superior, pelo menos em quatro dos cinco municípios em apreço (**Tabela 1**), também pelo facto dessa informação, em parte inédita ou reduzida a relatórios, se encontrar em fase de preparação para publicação, como são os casos, na sequência indicada, das cartas arqueológicas dos municípios de Proença-a-Nova, Oleiros e Vila Velha de Ródão.

Entre o inventário legado por Proença Jr e a situação existente em 2016, no Endovélico e na AEAT, existe uma divergência significativa; parte dos sítios elencados por aquele investigador não constam nos inventários actuais, por não terem sido reconhecidos ou por terem desaparecido, como são os casos de parte das necrópoles

dolménicas da Atalaia e do Ponsul e das antas de Medelim e de Escalos. Por outro lado, o registo de Proença Jr termina cerca do séc. V d. C. enquanto os actuais atingem o séc. XIX com a inclusão, por exemplo, das estruturas militares coevas da Guerra Peninsular (Vicente, 2007).

Municípios		Inventários e bases de dados de sítios arqueológicos					
		Proença Jr (1910) excluindo achados móveis		Endovélico - DGPC (2016)		AEAT (2016) incluindo inéditos	
Identificação	Área (km ²)	Quantidade	Densidade (sítios/10 Km ²)	Quantidade	Densidade (sítios/10 Km ²)	Quantidade	Densidade (sítios/10 Km ²)
Castelo Branco	1438	160	1,1	271	2	207	1
Idanha-a-Nova	1413	44	0,3	569	4	590	4
Oleiros	466	0	0,0	27	1	102	2
Proença-a-Nova	395	10	0,3	102	3	250	6
Vila Velha de Ródão	330	36	1,1	399	12	490	15
Totais	4042	250	0,6	1368	3	1639	4

Tabela 1. Quantidades de sítios nos inventários de Proença Jr, DGPC e AEAT

1. Inventário em 1910

Francisco Tavares de Proença Júnior estabeleceu uma grelha tipológica baseada em seis diferentes categorias de sítios ou ocorrências imóveis (indicam-se as respectivas quantidades): *estações neolíticas* (sete); *antas* (86); *túmulos*, isto é, *mamoas* (oito); *castros* (30); *estações romanas* (81); *sepulturas escavadas na rocha* (121). Os achados móveis que elegeu na carta arqueológica são de quatro tipos (nas quantidades dissociam-se os que integram o museu municipal dos que pertencem a outras colecções): *machados de pedra* (1121 mais 12); *machados de bronze* (16 mais oito), *inscrições* (20 mais oito) e *moedas* (320 mais 801). A diversidade de sítios é baixa quando comparada com o actual *thesaurus* do Endovélico.

Como outras opções metodológicas deve referir-se que Proença Jr optou por terminar o seu inventário no séc. V d. C., embora inclua as *sepulturas escavadas na rocha*, por as considerar anteriores à Idade Média, e colocou, a par, sítios e achados móveis, com destaque para os *machados de pedra* (inclusas as enxós e outros tipos de instrumentos em pedra polida) que formam o maior contingente do seu acervo museológico. Não incluiu sítios com arte rupestre nem explorações mineiras, embora refira estas categorias na memória descritiva por localidades. Quanto aos lagares rupestres, cuja abundância reconhece (Proença Jr, 1910), optou por não os dissociar das *estações romanas*.

Pode referir-se como principal deficiência deste inventário a redução de todas as ocorrências, sítios e achados móveis, às localidades mais próximas, sejam sedes de concelho, de freguesia ou povoações, embora à data já existisse cartografia militar com elevado rigor de representação. Admitimos que terá sido uma opção prudente resultante de não ter visitado (presunção nossa) a grande maioria dos sítios arqueológicos que elenca. E essa dificuldade seria maior na georeferenciação dos achados móveis.

Entre as notáveis ausências neste inventário estão os sítios com arte rupestre e os sítios paleolíticos. Essas lacunas, não se devem a desconhecimento mas certamente à insensibilidade dos seus informantes para o reconhecimento dessas realidades e à falta de oportunidade do próprio para a identificação desse tipo de sítios. A referência a covinhas na tampa da Anta Grande de Medelím "*com a taca completamente coberta de fossetes e de um desenho prehistorico*", por exemplo, o conhecimento científico-bibliográfico que possuía sobre os materiais paleolíticos e a sua colecção de indústria de pedra lascada da região de Leiria (Ferreira, 2004) são bons exemplos do conhecimento que tinha acerca deste tipo de evidências arqueológicas, que poderia ter posto em prática nos numerosos

depósitos de terraço situados imediatamente a montante de Vila Velha de Ródão, município que frequentou.

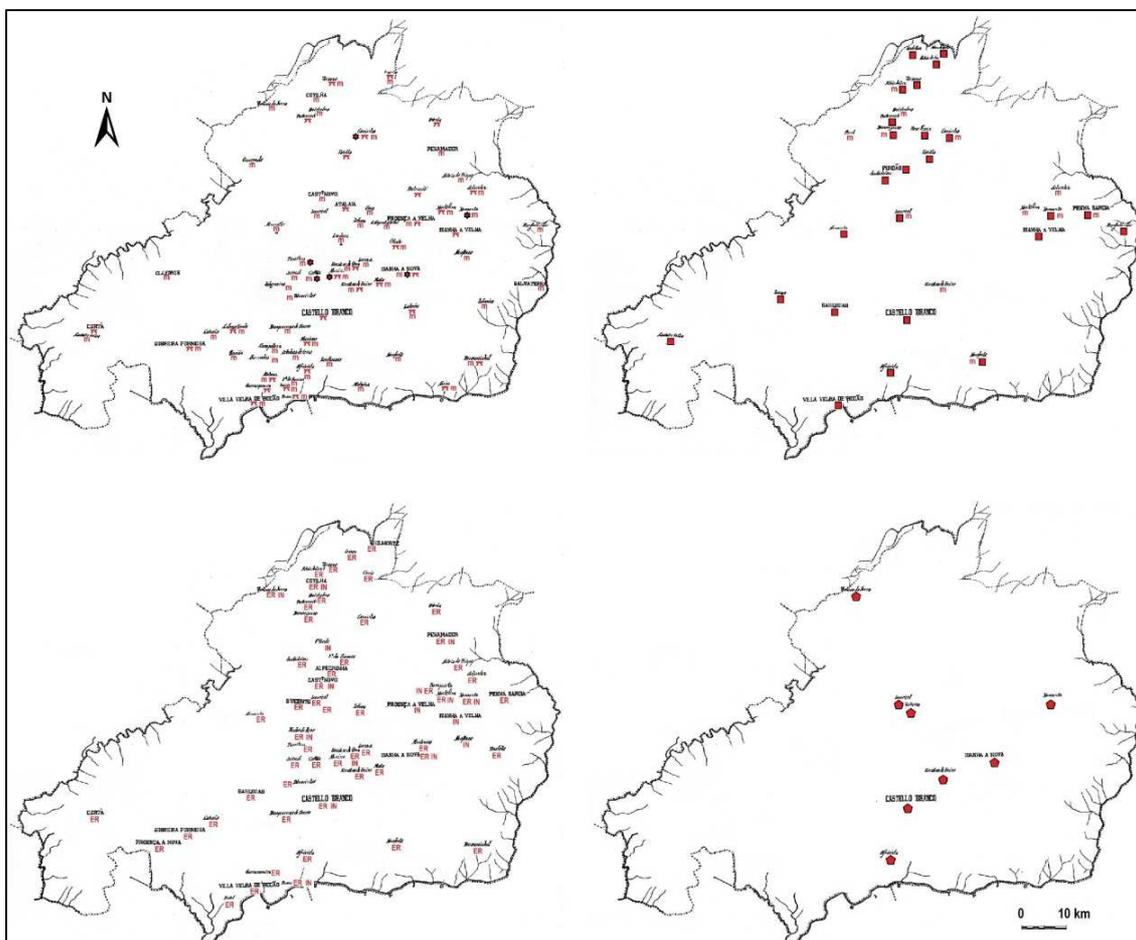


Figura 2. Adaptação da carta arqueológica do distrito de Castelo Branco (Proença Jr, 1910) com indicação das principais categorias de sítios. À esquerda em cima, Pré-História Recente: antas e túmulos (*tumuli*), estações neolíticas (estrela) e machados de pedra (m). À direita em cima, Proto-História: castros (quadrado) e machados de bronze (m). À esquerda em baixo, Época Romana: sítios (ER) e inscrições (IN). À direita em baixo, Época Medieval (atribuição nossa): sepulturas escavadas na rocha. Não se indicam os limites entre concelhos.

A carta arqueológica distrital, publicada por Proença Jr em 1910, representou um elevado desafio, atendendo à abrangência de 11 municípios, totalizando 6611 km². Tal espaço seria muito dificilmente caracterizado por um único investigador no curto período de tempo de que dispôs até à publicação que decidiu legar-nos, razão pela qual muitos municípios, e em particular os mais distantes da capital de distrito, estão representados por escassos achados em poucos locais.

São os casos de Vila de Rei, no extremo ocidental do distrito, sem nenhuma ocorrência no inventário, ou de Oleiros com apenas dez *machados de pedra* reportados à sede de concelho. As ocorrências relativas ao município da Sertã estão reduzidas a duas localidades, a área da vila, com quatro *antas* e uma *estação romana*, e o Castelo Velho, com um *castro*, além de *sepulturas*, *machados de pedra* e *moedas*. No caso de Proença-a-Nova é curioso verificar que os registos se alinham ao longo da estrada nacional com passagem por Catraia (*machados de pedra*, uma gruta e uma possível exploração mineira romana), Sobreira Formosa (*antas*, *machados de pedra*, uma *sepultura em rocha*, um anel de ouro e *moedas*) e a vila de Proença-a-Nova (uma *estação romana* e *moedas*), não havendo informação sobre outras localidades deste município, ilustrando mais uma vez as limitações inerentes à distância em relação à sua base residencial, ao afastamento em relação a uma estrada nacional e eventualmente a outros factores (Caninas, 2012).

Esta rarefacção de vestígios arqueológicos na parte ocidental do distrito de Castelo Branco permaneceria durante largas dezenas de anos de tal modo que, em 1979, nas conclusões das 1as Jornadas de Arqueologia da Beira Baixa, foi afirmado que “*as próximas Jornadas Arqueológicas devem voltar a sua atenção para o estudo dos concelhos de Oleiros, Sertã, Vila de Rei e Proença-a-Nova. A Casa de Cultura deve encarregar-se, desde já, de promover o estudo em referência, através de todos os meios ao seu alcance*” (AA VV, 1986).

Numa observação geral da **Tabela 1**, complementada com a **Figura 2**, constata-se existirem diferenças significativas entre 1910 e 2016, nas quantidades relativas e na distribuição de pontos por municípios. Em 1910 o município de Castelo Branco assume posição de destaque, uma centralidade, com uma quantidade de sítios (160) superior à totalidade dos restantes quatro (90), seguindo-se, em quantidade, Idanha-a-Nova (44) e Vila Velha de Ródão (36), o que é explicável atendendo à base residencial de Proença Jr na cidade de

Castelo Branco; essa diferença acentua-se se incluirmos nesta contabilidade os *machados de pedra* (712 em Castelo Branco contra 424 nos restantes dez municípios). Em 2016 (**Tabela 1** e **Figura 3**) Castelo Branco é largamente ultrapassado por Idanha-a-Nova e Vila Velha de Ródão, um município com 23% da área daquele, e até por Proença-a-Nova se considerarmos as quantidades de ocorrências indicadas pela AEAT, significando que passou para uma situação de marginalidade na investigação arqueológica, pelo menos ao nível da acção básica de actualização do inventário. Numa abordagem indiferenciada, por tipologias de sítios, verifica-se que as maiores densidades correspondem aos concelhos de Castelo Branco e de Vila Velha de Ródão.

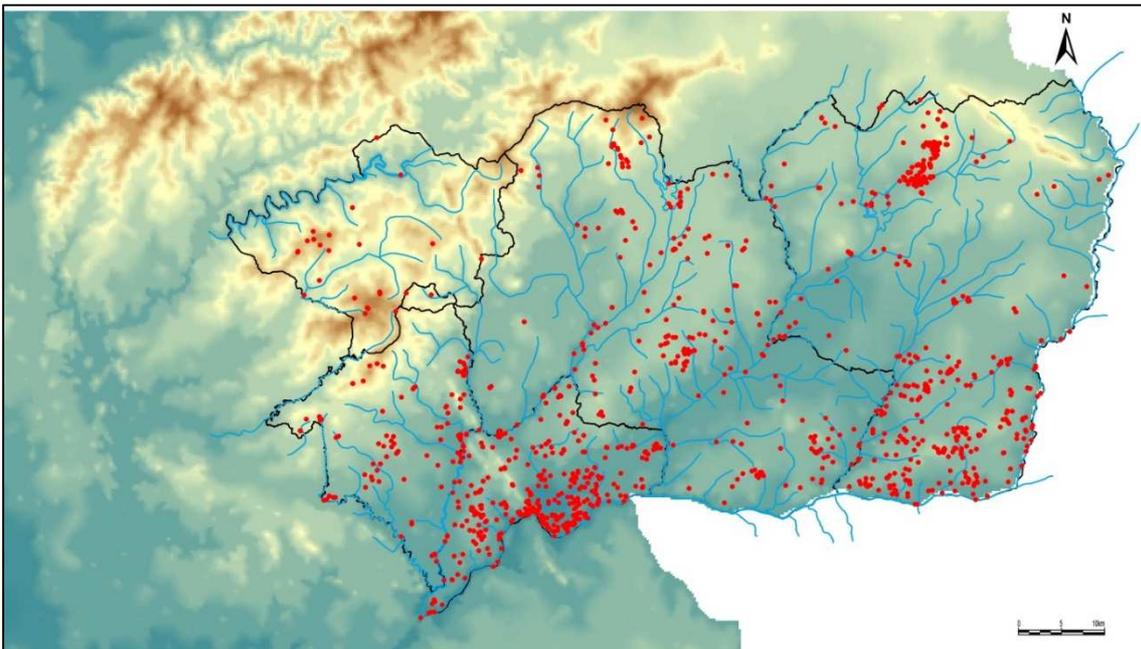


Figura 3. Distribuição de sítios (indiferenciados) registados no Endovélico (2016) nos municípios de Castelo Branco, Oleiros, Proença-a-Nova, Idanha-a-Nova e Vila Velha de Ródão sobre mapa hipsométrico (fonte: DGPC Inventário).

Quanto à distribuição mais geral, ao nível distrital, verifica-se uma concentração de ocorrências, de todos os tipos, ao longo de uma faixa meridiana situada entre Vila Velha de Ródão e Covilhã/Fundão, que coincide com uma linha de trânsito antiga, hoje assinalada, por

exemplo, pela A23, e numa outra faixa, diagonal, entre Proença-a-Nova e Monsanto. Esta distribuição pode explicar-se por melhores condições de acessibilidade, embora também se possam invocar causas relacionais e de sociabilidade. Os vazios na parte ocidental do distrito, em espaço mais acidentado e de pequena propriedade, correspondem a zonas mais afastadas da capital de distrito, factor que poderá também explicar os vazios que se observam tanto a sudeste, nos latifúndios das freguesias meridionais de Castelo Branco e Idanha-a-Nova, como a nordeste, em Penamacor, novamente em espaço acidentado. É curioso verificar que em Vila Velha de Ródão, Proença Jr dispõe de muita informação a oriente da serra das Talhadas, onde ocorre o latifúndio (freguesia de Perais), e que deixou incógnito numeroso e diversificado património arqueológico na parte ocidental daquele concelho, para lá da mesma serra, na freguesia de Fratel.

Observam-se assimetrias na distribuição distrital por tipologias (**Figura 2**). Sítios e achados pré-históricos têm uma distribuição elevada que acompanha as duas faixas mencionadas, embora as antas e os *tumuli* atinjam maior quantidade no Sul, nomeadamente no pequeno concelho de Vila Velha de Ródão (26), seguindo-se Castelo Branco (23) e Idanha-a-Nova (13), estes dois municípios com uma concentração comum conecta com uma necrópole dolménica, em torno da fronteira e do rio Ponsul, e os *machados de pedra* ocorram em maior quantidade em torno da cidade de Castelo Branco (186 exemplares) e a norte desta com destaque para Alcains (179) e Escalos de Baixo (120). Uma causa para estas quantidades também poderá estar no elevado investimento que Proença Jr dedicou à temática do megalitismo (Caninas, 2012; Ferreira, 2004), em variados estudos e escavações, em mais de 14 antas e *tumuli*. Ao invés os castros e os machados de bronze são mais numerosos a norte, entre o Fundão e Belmonte e na parte setentrional de Idanha-a-Nova.

Sintomáticas, talvez, da execução por Proença Jr de prospecções de campo são as cinco *estações neolíticas* que assinala em três

localidades (Alcains, Caféde e Tinalhas) a norte da cidade de Castelo Branco, e duas outras, em Monsanto e Idanha-a-Nova.

Outra temática que entusiasmou Proença Jr, patente na quantidade e na distribuição de sítios e achados no distrito de Castelo Branco (**Figura 2**), foi a da romanização (Ferreira, 2004), com escavações nomeadamente no chamado *triângulo* balizado por São Martinho, Santa Ana e Senhora de Mércules (Proença Jr, 1903), nas margens do rio Ocreza ou no sítio de Santiago, em Medelim, concelho de Idanha-a-Nova e com a formação de um significativo acervo museológico no qual se destacam as epígrafes funerárias e votivas romanas (20) e as moedas (320). A sua colecção continha uma grande diversidade de objectos resultados de recolhas no terreno e de doações como, por exemplo, *“uma conta de colar, magnífica, enorme, de calaíte, generosa oferta de meu colaborador no enriquecimento do Museu de C. Branco, o Sr. Joaquim Capelo Franco Frazão”*, proveniente do imponente monumento megalítico do Torrão, situado nos arredores de Idanha-a-Velha ou o singular tesouro proto-histórico encontrado em Monsanto da Beira. Sempre presentes no seu itinerário científico, as estelas descobertas em 1903 no monte de S. Martinho, extraordinário conjunto gráfico onde assentou a internacionalização do conhecimento arqueológico do distrito, adquiriu um estatuto emblemático do Museu, relevância e importância que se diluiu na diversidade informativa patenteada na *Archeologia*. Em 1910, anunciava Tavares Proença *«que brevemente serão novamente descriptos com bastante desenvolvimento, bem como outro achado posteriormente»*, objectivo que nunca haveria de concretizar.

2. Inventário em 2016

O inventário público em 2016 (**Figura 3**) embora mais numeroso, com mais 547% de sítios do que em 1910, continua marcado por acentuadas assimetrias na sua densidade e distribuição regional, conseqüente da ausência de uma política transversal de

actualização de inventários a nível municipalⁱⁱⁱ. O acervo actual resulta da iniciativa de inúmeros arqueólogos com enquadramentos, objectivos e focos espaciais muito diferenciados. Além da investigação, da valorização de sítios e do planeamento, no último quartel de século a arqueologia preventiva, de emergência e de salvamento, nomeadamente no âmbito da minimização de impactes de obras, públicas ou privadas, passou a ter um papel destacado no crescimento daquele inventário (Banha, 2016).

A tipologia de sítios abrangidos pelo inventário público atingiu uma diversidade muito superior à de 1910, com mais de uma centena de opções, e tem vindo a crescer por pressão da própria investigação com a inclusão, progressiva, de novas categorias (Caninas *et al*, 2013).

Neste período, os únicos inventários sistemáticos à escala distrital, que julgamos terem sido publicados, abordaram o megalitismo funerário (Leisner, 1998) e a romanização (Alarcão, 1988).

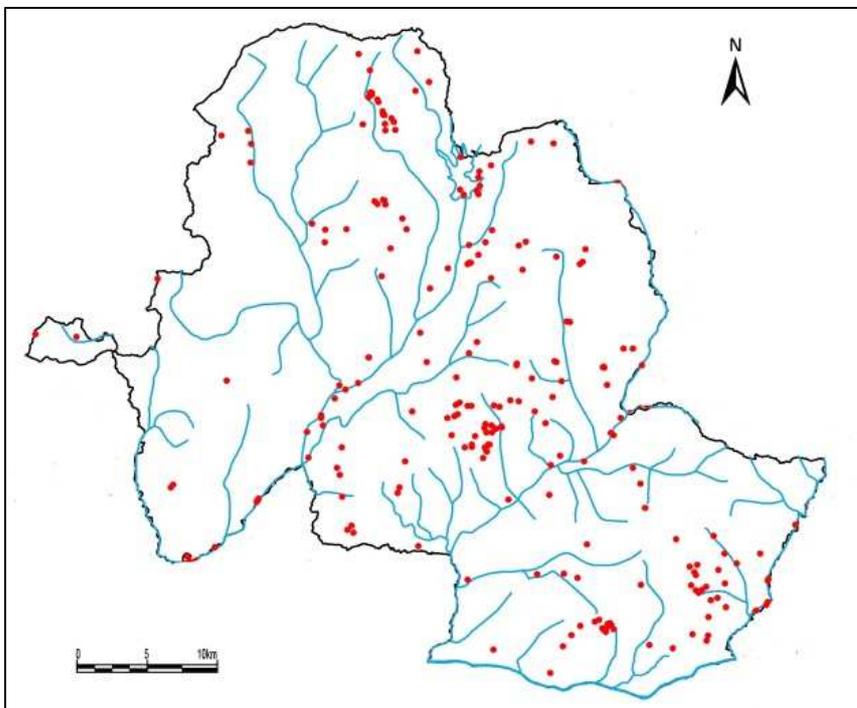


Figura 4. Distribuição de sítios do Endovélico (fonte: DGPC, 2016) no município de Castelo Branco.

2.1. Em Castelo Branco (Figura 4)

Pode afirmar-se que a arqueologia de carácter científico se iniciou no concelho de Castelo Branco com Francisco Tavares de Proença Júnior, actividade que exerceu no primeiro decénio do séc. XX e que sintetizou na *Archeologia do Districto de Castello Branco* (1910) e em vários inéditos e notas de investigação. Naquele trabalho assinala, em 23 localidades, várias dezenas de monumentos e sítios arqueológicos de várias tipologias, nomeadamente, estações neolíticas (cinco), antas e *tumuli* (23), instrumentos de pedra polida (712), machados de bronze, vestígios romanos diversos, moedas, minas e sepulturas escavadas na rocha, que formam o maior acervo por município naquele distrito. Contemporâneo da acção de Proença Jr destaquemos o papel desempenhado pelo padre jesuíta Manuel Narciso Martins a partir do Colégio de São Fiel, notável instituição de ensino situado em Louriçal do Campo, na encosta sul da serra da Gardunha. Foi um dos principais informadores e doadores de Francisco Tavares Proença e a quem ficamos a dever uma primeira descrição e interpretação das realidades arqueológicas serranas, como foi o caso do povoado proto-histórico de Castelo Velho, assim descrito nas páginas da prestigiada revista científica *Brotéria*, órgão científico do colégio jesuíta: “*É ponto culminante, a uns 1110 m. de altitude, donde a vista abrange até grandes distancias para quasi todos os rumos. Fica-lhe sobretudo fronteira a grande planície a sueste, que poderíamos chamar o coração da antiga Lusitânia, à que da fronteira actual entre o Douro e o Tejo. (...) O ponto que servia principalmente de habitação e centro dos seus movimentos era um terreiro no cimo do morro, coroado de ameias naturaes a pique e inacessiveis, excepto por fendas, tapadas depois em grande trabalho. (...) inúmeros fragmentos dispersos de cerâmica tosca, por vezes ornados de lavores grosseiros, varios nas formas, materiais constitutivos e destino, são os indícios, ténues e quasi apagados, das moradas de irmãos nossos e talvez progenitores que assim viviam (...)*” (Martins, 1910).

Apontemos também, as iniciativas de inventário principalmente nos domínios dos grafismos rupestres do sul da Serra da Gardunha, do povoamento romano e medieval (Pessoa, 1924, 1932/1934), de escavação no monte de São Martinho, levadas a efeito pelo segundo director do Museu de Castelo Branco e sucessor científico de Tavares Proença, Manuel de Paiva Pessoa, durante a década de trinta do século passado. Na década de 70 do séc. XX surge, de modo informal, o Grupo Amador Juvenil de Arqueologia^{iv}, com actividade nos concelhos de Castelo Branco, Vila Velha de Ródão, Nisa e curtas incursões em concelhos vizinhos como Proença-a-Nova, Idanha-a-Nova e mesmo Penamacor (Santos, 1992). Neste âmbito, em 1979, foi preparada uma síntese do inventário arqueológico obtido até àquela data, para divulgação no boletim informativo *Preservação*, informação não publicada devido a divergências formais. O documento então elaborado continha 137 ocorrências arqueológicas e seguia um modelo que foi utilizado em publicação referente aos concelhos de Vila Velha de Ródão e Nisa (Henriques e Caninas, 1980). Em 1991 fez-se nova tentativa de divulgação deste inventário, contendo à data 161 registos, com idêntico insucesso, por falta de acordo entre os vários autores.

Desde 1978, até ao presente, foram publicadas notícias de descobertas (Leitão, 1979; AA VV, 1982) ou inventários parcelares, balizados por limites temáticos ou cronológicos, nomeadamente, sobre megalitismo (NRIA, 1979), sobre sepulturas escavadas na rocha (Leitão, 1978), sobre atalaias (Henriques *et al*, 2016b), sobre 68 ocorrências de cronologia romana distribuídas por diferentes freguesias do município (Leitão, 1994), ou por limites geográficos, casos da prospecção executada em 1986 por convite do Instituto Português do Património Cultural, na área a submergir pela barragem da Marateca, com identificação de 36 ocorrências de diferentes tipos e cronologias (Henriques e Caninas, 1986b), de 11 sítios na freguesia de Alcains (Leitão *et al.*, 1994), da carta arqueológica do Tejo Internacional, com 49 ocorrências nas freguesias de Monforte da Beira e de Malpica do

Tejo (Henriques *et al*, 1995), ou de trabalhos mais recentes (entre 2010 e 2014) de delimitação de uma extensa área mineira romana na margem direita do rio Ponsul, a jusante da ponte da Munheca (Henriques *et al*, 2016), que proporcionaram a identificação de outras tipologias de sítios.

A menor densidade de sítios na parte meridional do município de Castelo Branco, em Lentiscais, Malpica do Tejo e Monforte da Beira, por contraste com as áreas adjacentes de Vila Velha de Ródão e de Idanha-a-Nova (**Figura 3**), resulta, em parte, de a AEAT ter desistido de investir na prospecção deste sector devido à maior incidência de povoamentos industriais de eucalipto.

Neste município, atendendo à menor persistência e à menor intensidade da investigação arqueológica, com prospecção focada na descoberta de novos sítios, deve admitir-se que os estudos de avaliação ambiental de projectos e as consequentes acções de acompanhamento arqueológico de obras possam ter proporcionado uma maior contribuição relativa para o inventário arqueológico, como foi o caso do Aproveitamento Hidroeléctrico do Alvito (2009). Esta informação encontra-se vertida em relatórios, quase sempre inéditos^v.

Mais recentemente, a SAMFTPJr acordou com o Município de Castelo Branco a elaboração da respectiva carta arqueológica^{vi}.

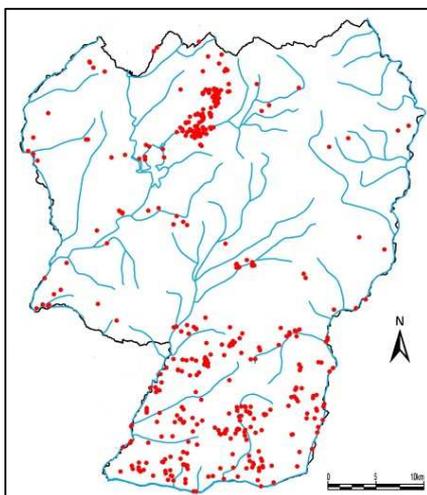


Figura 5. Distribuição de sítios do Endovélico (fonte: DGPC, 2016) no município de Idanha-a-nova.

2.2. Em Idanha-a-Nova (Figura 5)

Idanha-a-Nova detém o mais elevado acervo de sítios arqueológicos, no conjunto dos cinco municípios que abordamos neste texto, quantidade que é proporcional à sua dimensão territorial embora com uma densidade inferior à de Vila Velha de Ródão, em resultado, talvez, da existência de muitos espaços lacunares, nas partes central e setentrional do município, à excepção de sector situado entre Idanha-a-Velha e Monsanto. A área meridional, com destaque para a freguesia de Rosmaninhal, apresenta uma densa mancha de sítios resultante da persistente prospecção executada pela AEAT na senda dos trabalhos pioneiros do Grupo de Estudos e Pesquisas Arqueológicas de Rosmaninhal.

Até há cerca de quatro décadas atrás, a investigação arqueológica no concelho de Idanha-a-Nova centrou-se, quase exclusivamente, em Idanha-a-Velha, desde os trabalhos de Félix Alves Pereira, publicados no *Archeologo Português*, de 1909 (nº 14) a 1917 (nº 21), sob a rubrica *Ruínas de Ruínas* ou *Destroços Igeditanos*. Este foco de atenção deveu-se à excepcionalidade do sítio (Almeida, 1956) e especialmente à quantidade e à qualidade das epígrafes ali identificadas (Sá, 2007). Com o passar dos anos Idanha-a-Velha não perdeu importância científica, em termos arqueológicos, mas toda a área envolvente foi ganhando relevo pela diversidade e qualidade dos vestígios arqueológicos dados a conhecer por uma miríade de investigadores (síntese em Henriques *et al*, 2015). Sucederam-se vários projectos de investigação, de valorização e de divulgação, promovidos pela administração central (Côrte-Real, 1996) e local, na sua qualificação como aldeia histórica (Cristóvão, 2005), e por diferentes equipas de académicos (Carvalho, 2009; Sanchez-Ramos e Morin de Pablos, 2016)^{vii}.

Para o concelho de Idanha-a-Nova identificam-se vários documentos com características de inventário e cartografia

arqueológica. O primeiro, e o único que cobre a totalidade do concelho, é a já referida *Archeologia do Districto de Castello Branco* (Proença Jr, 1910) com sítios e achados móveis em 16 diferentes localidades, tratados de modo muito desigual. Reproduzamos, por exemplo o modo como Tavares Proença apreendeu a sucessibilidade dos ritmos de ocupação de Idanha-a-Velha: *"Na própria povoação (...) além de vestígios importantes da influencia céltica revelada principalmente na linguagem epigráfica luso-romana, mostram-se-nos vestígios importantíssimos da influencia luso-romana. Além da quantidade de inscripções que tem ali aparecido e que já por si revelam a riqueza local na época luso-romana, revelam-nos essas inscripções que na mesma época ali existiram templos e um culto consagrado a divindades locais formandos um panthéon de caracter muito especial e local; que ali existiram grandes edifícios destinados a fins diversos; que ali viveram famílias opulentas que nos deixaram provas significativas do seu fausto nas pedras belamente lavradas das suas habitações, dos seus amplos, nas suas lapides sepulcraes, nas suas inscripções gravadas com extraordinaria perfeição e pintadas muitas vezes. A essa civilização que tão formidáveis vestígios ali deixou, sucedeu a influencia barbara que tudo destruiu em confundiu. Mais tarde esta cedeu o campo á nova civilização que se impunha e os templários ali construíram uma fortaleza e muralha utilizando os materiais dos templos, das habitações, do cemitério romano; metendo dentro das paredes das novas habitações, nas inscripções, os capitéis, as capiteis, as colunas, os frisos que a civilização romana ali deixara."*

Seguindo uma ordem cronológica, o segundo documento, *Subsídio para a Carta Arqueológica da Região Egitaniense* (Ferreira, 1978), circunscreve-se a área de 14 km², com Alcafozes em posição central, Monsanto no limite norte e Idanha-a-Nova no limite oeste. Esta publicação resultou da permanência de O. da Veiga Ferreira, durante 15 anos (1956-1971), nas campanhas de escavação na Egitânia. Aquele arqueólogo assinala sítios de diferentes tipos e épocas, do

Paleolítico à Alta Idade Média, com destaque para o período Romano. São de realçar as descobertas pioneiras de artefactos em pedra lascada (Almeida e Ferreira, 1970) e de grafismos rupestres (Almeida e Ferreira, 1966). Refira-se ainda o elevado acervo de sepulturas megalíticas que dá a conhecer, uma das quais com dois menires, parte das quais escavou.

Anos mais tarde, a *Carta Arqueológica do Tejo Internacional* (Henriques *et al*, 1993), promovida pela AEAT, e apresentada publicamente numa Presidência Aberta sobre Ambiente, no mandato presidencial de Mário Soares, revela os resultados das prospecções executadas entre 1977 e 1992 na freguesia de Rosmaninhal, com 162 ocorrências representativas de amplo espectro tipológico e cronológico, desde o Neolítico, com 75% das ocorrências, até à Época Moderna. Posteriormente, também por iniciativa da AEAT, esse quadro foi enriquecido com trabalhos de prospecção generalista, documentados em sete relatórios, com 118 novas ocorrências, principalmente ao longo dos rios Erges, Aravil e Tejo, e na envolvente das povoações de Ladoeiro, Rosmaninhal, São Miguel de Acha, Segura e outras, e por estudos temáticos, dedicados, por exemplo, à arte rupestre (Nobre, 2008; Caninas *et al*, 2016), ao megalitismo (Cardoso *et al*, 2003), às sepulturas escavadas na rocha (Chambino *et al*, 2015), aos muros-apiários (Henriques *et al*, 2010) e às atalaias (Henriques *et al*, 2016b).

Mais tarde, a *Carta Arqueológica da Freguesia de Idanha-a-Velha* (Batista, 1998) compila os resultados de vários anos de prospecções e reconhecimentos com 100 ocorrências no espaço da antiga cidade de Idanha-a-Velha, organizadas em três sectores; no interior do circuito muralhado, no exterior do mesmo e fora da área da cidade. Como seria expectável, predominam sítios e achados de cronologia Romana e Romano-Medieval. No mesmo decénio, no âmbito de um Seminário de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, foi elaborado trabalho académico (Ruivo *et al*, 1991), que permanece inédito, focado na prospecção sistemática da área de Idanha-a-Velha.

Os resultados desta pesquisa foram utilizados em recente dissertação de mestrado defendida na mesma universidade (Matias, 2017).

Embora limitado ao Bronze Final não podemos deixar de referir o inventário de sítios e achados, apoiado em representação cartográfica, publicado por Raquel Vilaça no âmbito da elaboração da sua tese de doutoramento dedicada à Beira Interior (Vilaça, 1995).

A terminar, referimos a notícia relativa ao inventário arqueológico da freguesia de Monsanto (Henriques *et al*, 2008b) que contém 82 sítios de diferentes tipos e cronologias com predomínio de lagares escavados na rocha.

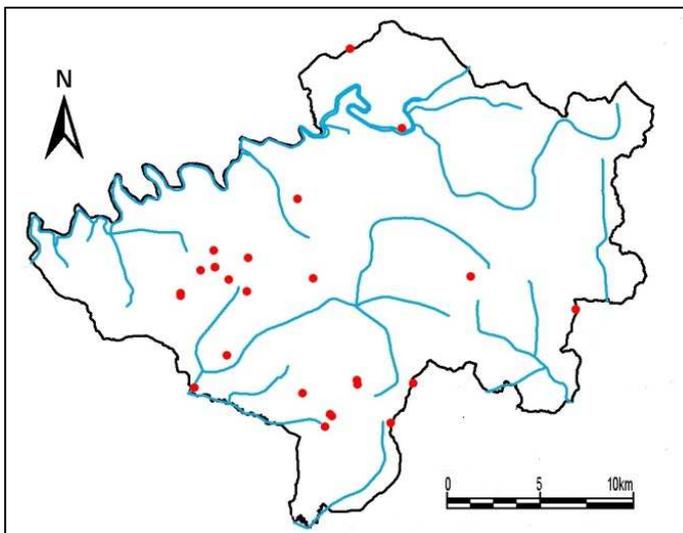


Figura 6. Distribuição de sítios do Endovélico (fonte: DGPC, 2016) no município de Oleiros.

2.3. Em Oleiros (Figura 6)

No conjunto de cinco municípios abordados neste texto, Oleiros é o mais deficitário em quantidade e densidade de sítios arqueológicos (**Tabela 1**), circunstância que se poderá explicar, em parte, por razões de menor diversidade de investimentos, de maior isolamento no contexto regional e, ainda, de orografia acidentada e ocupação vegetal - com inserção no chamado Pinhal Interior -, menos favoráveis à prospecção de campo é à investigação arqueológica. A partir do início do séc. XXI os investimentos em infraestruturas de energia eólica

contribuíram para um incremento, temporário, da investigação arqueológica neste território, abrindo horizontes à identificação de novas tipologias de sítios (Caninas *et al*, 2008).

Até então, e excluindo a recolha de dez *machados de pedra*, para ingresso no museu municipal (Proença Jr, 1910: 11), a descoberta do castro do Picoto, erradamente atribuído ao concelho de Castelo Branco (Proença Jr, 2010: 14), e referências a sítios (mina) ou achados (tesouro), a visão mais sistemática do património arqueológico deste município deve-se a uma dissertação de mestrado sobre a Idade do Ferro e a Romanização, em espaço mais amplo balizado entre os rios Zêzere, Tejo e Ocreza, que atribui o início da ocupação deste território ao final da Idade do Bronze (Batata, 2006). Devem ainda referir-se os estudos de achados romanos em Vale do Souto (Diogo e Neto, 2000) e de uma pequena estatueta romana, de touro, em bronze (Gomes, 2004), cuja atribuição à serra de Oleiros^{ix} nos suscita dúvidas quanto à sua real proveniência.

No presente, a informação disponível na AEAT, em preparação para publicação, é muito superior à que consta no Endovélico, distribuindo-se sobretudo na Serra Vermelha, entre a ribeira da Sertã (ou de Oleiros) e o rio Zêzere, e em menor quantidade noutros relevos deste concelho onde se localizaram os vários equipamentos do Projecto Eólico do Pinhal Interior, do Grupo GENERG. Os trabalhos de prospecção executados no âmbito da avaliação ambiental deste projecto revelaram um insuspeito, numeroso e diversificado conjunto de estruturas monticulares (*tumuli*) atribuíveis a rituais funerários pré-históricos e grafismos rupestres. Foi ainda possível investigar, com recurso a sondagens e escavações manuais, alguns dos sítios identificados nas proximidades das infraestruturas deste projecto, nomeadamente os *tumuli* de Vale de Mós, de Cimo dos Valeiros e de Selada do Cavalo (Caninas *et al*, 2011, 2014, 2015), trabalhos que permitiram perspectivar uma ocupação mais antiga desta área, atribuível ao Neolítico.

Após o acompanhamento ambiental do referido projecto eólico, a AEAT complementou as prospeções anteriores sobretudo em zonas de cumeada com a identificação de outros tipos de sítios, nomeadamente arte rupestre, recintos muralhados na serra do Muradal (por iniciativa do Geoparque Naturtejo no âmbito da definição do Trilho Apalachiano) e algumas estruturas militares integráveis no dispositivo da chamada Linha Defensiva das Talhadas-Muradal (Henriques, 2016; Monteiro, 2012).

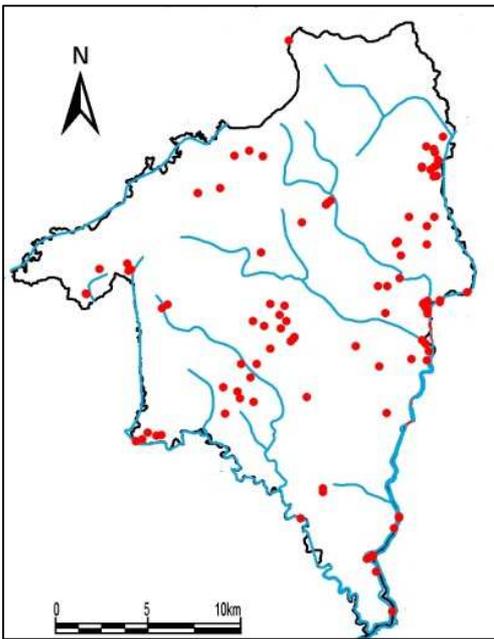


Figura 7. Distribuição de sítios do Endovélico (fonte: DGPC, 2016) no município de Proença-a-nova.

2.4. Em Proença-a-Nova (Figura 7)

Depois da referência episódica de Francisco Tavares de Proença Júnior (1910) a diversos sítios e achados, a arqueologia neste município renasce, também episodicamente embora com importantes resultados, com a passagem de Georg e Vera Leisner, em 1945, de que resultou o reconhecimento de um numeroso conjunto de sepulturas megalíticas, publicado postumamente (Leisner, 1998). A partir do último quartel do séc. XX a AEAT dá início a prospeções até ao presente. A primeira escavação arqueológica neste município acontece em 2007, no forte das Baterias (Monteiro & Pereira, 2008), quase 100

anos depois da escavação da anta da Urgueira, em Vila Velha de Ródão. Mas, de 2012 a 2016 realizaram-se 13 escavações em sete diferentes sítios arqueológicos, no âmbito das actividades do *Campo Arqueológico (Internacional) de Proença-a-Nova (CAPN)*, enquadradas desde 2015 no projecto de investigação *Mesopotamos - Povoamento entre o 5º e o 1º milénio AC entre os rios Tejo e Zêzere na actual Beira Baixa*.

O CAPN, constituído para dar execução à parceria estabelecida entre a AEAT e Câmara Municipal de Proença-a-Nova, tem proporcionado uma continuidade de acção de dimensão internacional, focada em áreas específicas como a investigação, a valorização, a formação e a divulgação pública do património^x. Até ao momento, foram realizados trabalhos de escavação arqueológica nas sepulturas megalíticas de Cão do Ribeiro, do Cimo do Vale de Alvito e do Cabeço da Anta, nos sítios muralhados do Chão de Galego e do Castelo do Chão do Trigo, no pequeno abrigo da Dobra da Albarda, no forte das Batarías e na bateria das Batarías. Dois destes sítios, a anta do Cão do Ribeiro e o forte das Batarías, estão musealizados e integrados em dois circuitos de visita criados pelo município, respectivamente, *História na Paisagem e Pela Linha de Defesa*.

Embora com uma quantidade de ocorrências inferior a Idanha-a-Nova e a Vila Velha de Ródão, mas com a segunda maior densidade (**Tabela 1**), detém sítios de elevada relevância cultural e científica (Henriques *et al*, 2016c) como são as sepulturas megalíticas das Moitas, e em particular o Cabeço da Anta, a maior e a melhor conservada desta região (Caninas *et al.*, no prelo), as estruturas militares da chamada *LDTM - Linha Defensiva das Talhadas-Muradal* (Henriques *et al*, 2002; Monteiro, 2012, 2013) e o recinto murado, monumental e enigmático, do Chão de Galego (Félix *et al*, 2017).

O primeiro documento relativo a achados arqueológicos no concelho de Proença-a-Nova é da autoria de Francisco Tavares de Proença Júnior (Proença Jr, 1910) que assinala, na área da Sobreira Formosa, seis antas, seis machados de pedra polida, uma sepultura

romana com um anel em ouro e sete moedas de cobre do mesmo período. Na área da vila documenta uma estação romana e duas moedas de bronze, da mesma época. Em Catraia Cimeira, ou área envolvente, assinala uma mina da época romana, na serra, que pode estar associada ao topónimo Ferrarias, e obtém sete machados de pedra polida para o seu acervo museológico. Nos inéditos daquele investigador existem informações, pioneiras, relativas a uma visita aos fortes e baterias que relaciona com as invasões francesas (Antunes, 2008:153).

Em 1945, Georg e Vera Leisner percorreram parte deste território focando-se unicamente no fenómeno megalítico. Da sua curta estada resultaram novas descobertas, embora acompanhadas de raras descrições, de plantas de cinco monumentos (Leisner, 1998) e da fotografia de um deles (Leisner e Leisner, 1956). Em obra póstuma, foi publicado um inventário de 95 sepulturas megalíticas, com a respectiva cartografia (Leisner, 1998). Outras paragens e outros interesses inviabilizaram o regresso destes investigadores a Proença-a-Nova e ao estudo daqueles monumentos.

A partir de 1977 a AEAT passou a dedicar particular atenção ao concelho de Proença-a-Nova. Os primeiros registos surgem em apêndice à *Carta Arqueológica de Vila Velha de Ródão e Nisa* (Henriques e Caninas, 1980 e 1986), onde se assinalam 12 ocorrências de interesse arqueológico. Na última década do séc. XX e na primeira do séc. XXI realizaram-se novas campanhas de prospecção arqueológica, ao abrigo de vários projectos.

No ano 2000, os resultados do *Projecto Altejo – Pré-História Recente na Margem Direita do Alto Tejo Português* foram documentados em relatório, enviado à tutela, contendo 63 novos sítios distribuídos por todo o território. Nos primeiros anos deste século os trabalhos de cartografia arqueológica incidiram sobre as estruturas militares que constituem a LDTM, e foi numa dessas estruturas, o forte

das Baterias, que em 2007 se realizou, como referido, a primeira escavação arqueológica neste concelho.

Em 2016 foi elaborado outro relatório de cartografia arqueológica, com 68 novos registos, e publicada uma síntese de conhecimentos acerca da Arqueologia de Proença-a-Nova (Henriques *et al*, 2016c), a partir da qual se encontra em preparação a edição circunstanciada destes resultados, em livro.

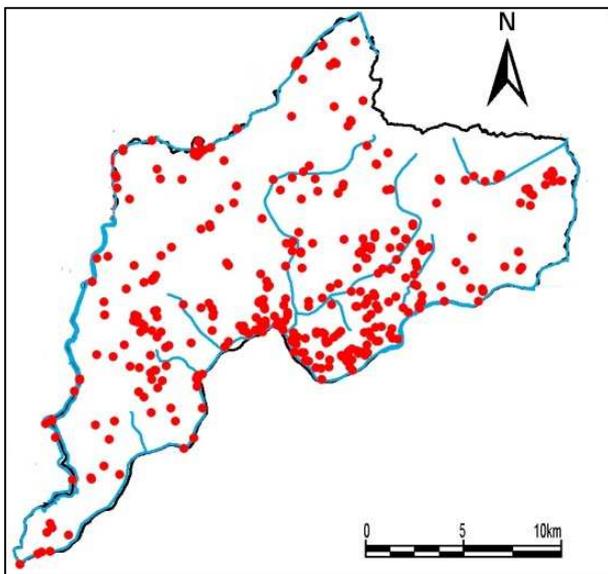


Figura 8. Distribuição de sítios do Endovélico (fonte: DGPC, 2016) no município de Vila Velha de Ródão.

2.5. Em Vila Velha de Ródão (Figura 8)

Em resultado de um continuado processo de prospecção e escavação arqueológica, desde os anos 70 do séc. XX, Vila Velha de Ródão detém uma posição de destaque no contexto regional (Silva, 2010) pela quantidade, diversidade e valor do seu património, atingindo uma relevância internacional, nomeadamente com o complexo de arte rupestre do Tejo (Anati, 1975; Serrão *et al*, 1972; Gomes, 2010)^{xi}, com os sítios de ocupação paleolítica (GEPP, 1977; Raposo, 1987) ou, mais recentemente, com a diversificada rede de vestígios de exploração aurífera em época romana (Henriques *et al*, 2011). Este território também foi beneficiado por um investimento em investigação geoarqueológica com a datação absoluta dos depósitos de

terraço do rio Tejo (Cunha *et al*, 2008), em correlação com as diferentes fases da sua ocupação durante a Pré-História Antiga.

Este património foi bafejado pela investigação aplicada, bem cedo (1904, 1905 e 1906), com as escavações de Proença Jr em diversas sepulturas megalíticas e de uma forma modelar como se comprova na publicação relativa à anta da Urgueira (Proença Jr, 1909), a única que nos legou sobre este tipo de sítios.

Este município foi beneficiado com vários documentos com características de inventário arqueológico apoiado em representação cartográfica. O primeiro foi da responsabilidade de Francisco Tavares de Proença Júnior e integrou o já referido inventário distrital (Proença Jr, 1910), com a mais elevada densidade de sítios arqueológicos, a par de Castelo Branco, no conjunto dos cinco municípios em análise.

Nas décadas de 70 e 80 do século passado a arqueologia de Ródão foi protagonizada por dois importantes acontecimentos. O primeiro, em 1971, corresponde à descoberta da arte rupestre do Tejo, cujos trabalhos de salvaguarda pelo registo se prolongaram até 1974, devido à prevista submersão pela albufeira da barragem de Fratel. A intervenção em causa mobilizou várias dezenas de participantes dando lugar a vasta bibliografia e criando uma nova geração de arqueólogos (Silva, 1996). O mais completo inventário deste conjunto específico de sítios foi tornado público no âmbito de uma tese de doutoramento (Gomes, 2010). O segundo acontecimento foi a descoberta de numerosos assentamentos, datados do Paleolítico Inferior e, principalmente, do Paleolítico Médio, como Monte Famaco, Fonte das Virtudes, Foz do Enxarrique e, mais recentemente, Cobrinhos (Pereira *et al*, 2019). Estes trabalhos colocaram a área de Ródão num patamar superior da investigação arqueológica, em Portugal, pelos meios mobilizados, pelas técnicas inovadoras ali aplicadas e pelos resultados obtidos.

Em meados dos anos 80 (séc. XX) o concelho de Vila Velha de Ródão passou a dispor de informação arqueológica sistematizada, com

carácter público, sobre a generalidade do seu território, materializada na carta arqueológica, conjunta, dos concelhos de Vila Velha de Ródão e de Nisa (Henriques e Caninas, 1980). Este documento, com 95 ocorrências, de amplo espectro temporal e de tipologia muito diversificada, resultou das acções de prospecção iniciadas pelos signatários a partir da década de 70, tendo beneficiado da informação obtida nessa mesma década pela pesquisa de enquadramento arqueológico da arte rupestre do Tejo (Serrão e Serrão, 1973). O terceiro contributo corresponde à continuação do trabalho anterior, na mesma área geográfica, contempla 138 novas ocorrências, de vários tipos e épocas, e inaugura a inclusão de novas tipologias como concheiras e muros de sirga (Henriques e Caninas, 1986). No mesmo ano foi publicado um inventário de 52 ocorrências, abrangendo unicamente a freguesia de Fratel (Henriques *et al*, 1986).

A quarta contribuição, relativa à totalidade do território municipal, resultou do pedido endereçado à AEAT, em 1991, pelo então presidente da Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão, Inspector Baptista Martins (NRIA, 1992), de providenciar uma carta arqueológica para inclusão na planta de condicionantes do primeiro plano director municipal. Para o efeito foi elaborada uma base de dados com 224 ocorrências e a respectiva localização em folhas da Cartas Militar de Portugal (escala de 1:25000).

Em 2005 o inventário arqueológico estava profundamente desactualizado, com a existência de novas descobertas, com a destruição ou a degradação de diversos sítios^{xii}, mas também por deficiências nas metodologias adoptadas nos registos antecedentes. Impunha-se fazer a sua actualização, com a revisitação dos sítios já conhecidos e a identificação de outros em áreas lacunares (caso da Charneca de Ródão). O trabalho de campo para o cumprimento deste objectivo realizou-se, principalmente, entre 2005 a 2007 (Henriques *et al*, 2008) no âmbito da revisão do plano director municipal, mediante protocolo estabelecido entre a Câmara Municipal de Vila Velha de

Ródão e a AEAT, e deu origem a uma base dados com 490 ocorrências. Está em preparação a edição destes resultados em livro.

3. Considerações finais

Da exposição que fizemos são patentes as insuficiências quantitativas e as lacunas espaciais no inventário^{xiii} georreferenciado de sítios arqueológicos na maioria dos cinco municípios da CIMBB abrangidos por este estudo, principalmente em Castelo Branco (2 sítios por 10 km², de acordo com a informação da DGPC na **Tabela 1**), Oleiros (2 sítios por 10 km², de acordo com a informação da AEAT na **Tabela 1**, e casos seguintes) e Idanha-a-Nova (4 sítios por 10 km²). Embora em situação mais favorável, com 6 sítios por 10 km², Proença-a-Nova carece de um esforço de incremento do seu inventário arqueológico imóvel, objectivo que tem sido apoiado pelo município no âmbito da revisão do plano director municipal e do CAPN. Em posição destacada encontra-se Vila Velha de Ródão com 15 sítios por 10 km², devido à acção continuada da AEAT e ao apoio do município, em dois momentos correspondentes à elaboração e à revisão do plano director municipal. Este conhecimento foi liderado maioritariamente por arqueólogos, a título individual ou integrados em associações e projectos de investigação. Num segundo plano, registam-se iniciativas lideradas por municípios^{xiv}, na obtenção da já referida informação para os seus instrumentos de planeamento, e por empresas no âmbito da avaliação ambiental de projectos ou na minimização dos impactes de obras.

A insuficiência do inventário arqueológico é agravada pela inexistência de uma política municipal de gestão activa deste património, como recurso essencial para o conhecimento e para o desenvolvimento, tal como vem sendo preconizado (Caninas e Custódio, 2018). Esta situação poderá ficar consideravelmente agravada, a prazo, com a intenção governamental de alijar as responsabilidades que a Administração Central detém neste domínio,

transferindo-as para as autarquias locais. Essa intenção só é aceitável se acompanhada dos meios adequados bem como de critérios universais quanto ao valor deste património e à prioridade da sua salvaguarda, que impeçam a liberalidade de políticas municipais determinadas por visões pessoais adversas à salvaguarda deste património.

Nestas condições, consideramos essencial que os municípios actualizem os seus inventários arqueológicos, nomeadamente em áreas lacunares, em áreas de potencial de interesse ou em zonas de risco, com projecção de resultados nos instrumentos de planeamento. Em acréscimo, o licenciamento municipal deve tomar em considerações a informação disponível e a adopção de boas práticas adequadas à salvaguarda dos sítios, ou do conhecimento acerca destes, nos termos da Lei. Por último, devem promover uma gestão activa destes recursos, a monitorização periódica do seu estado de conservação, incluindo uma comunicação positiva com os proprietários, e a constituição de reservas de materiais arqueológicos, também nos termos da Lei.

Poderíamos dar liberdade à elaboração de outros cenários de evolução do inventário arqueológico nesta região e da investigação dos seus sítios, imaginando o que poderia acontecer se Francisco Tavares de Proença Júnior tivesse vivido uma vida longa, de 90 anos, nesta região; seria provavelmente mais rica em conhecimento acerca de inúmeros sítios, entretanto destruídos pelas actividades produtivas, e, em particular, da maioria das suas escavações cujos resultados se perderam.

Convoquemos as premonitórias palavras que o fundador da arqueologia regional da Beira revelou nessa grande cartografia do seu intenso percurso de trabalho delimitado no título *Archeologia do Districto de Castello Branco - 1º contribuição para o seu estudo*: “À medida que caminhava por esta selva escura, cada vez mais e mais me convencia de que o que nós principalmente devemos ter em vista

é reunir um conjunto de factos, de observações e de estudos para o formidável trabalho de conjunto que só os que nos sucederem poderão completar quem sabe ainda quando. Nas poucas paginas que vão seguir-se, rígidas e frias – facta, non verba – estão os primeiros materiaes para o edifício magnifico futuro”.

Um futuro que anseia edificar uma grande arquitectura que revele os ritmos, os tempos, as presenças e as ausências da longa história da paisagem cultural deste território hoje interior.

Agradecimentos

Ao arqueólogo João Marques, da Direcção da Associação dos Arqueólogos Portugueses, pelo convite para apresentar este contributo. À arqueóloga Ana Sofia Gomes, da Direcção Geral do Património Cultural, pela disponibilização da informação constante na figura 3. Aos arqueólogos Joana Bizarro (Câmara Municipal de Fundão), Elisabete Robalo (Câmara Municipal de Belmonte) e Marcos Osório (Câmara Municipal do Sabugal), pelas informações que tiveram a gentileza de nos prestar. E a Francisco Tavares de Proença Júnior pelo conhecimento que nos legou.

Bibliografia

AA VV (1982) - Castelo Branco. Informação Arqueológica, 2. Instituto Português do Património Cultural. Lisboa: 13-16.

AA VV (1986) - Livro das 1as Jornadas de Arqueologia da Beira Baixa (1979). ARCINPE Associação Regional Arqueológica e Defesa do Património dos Concelhos de Castelo Branco, Idanha-a-Nova e Penamacor. Castelo Branco: 132.

AA VV (2010) - Actas do Congresso Internacional de Arqueologia: cem anos de investigação arqueológica no Interior Centro (Castelo Branco, 2008). Oosterbeek, L., editor. Materiaes, número especial. Museu Francisco Tavares de Proença Júnior. Castelo Branco: 308.

AA VV (2016) - Actas do II Congresso Internacional de Arqueologia da Região de Castelo Branco. Vilaça, R., coord. Câmara Municipal de Castelo Branco e Sociedade dos Amigos do Museu de Francisco Tavares de Proença Jr. Castelo Branco: 518.

ALARCÃO, J. (1988) - Roman Portugal. Aris & Philips. Warminster.

ALMEIDA, D. F. (1956) - Egitânia – História e Arqueologia. Publicações da Universidade de Letras da Universidade de Lisboa.

ALMEIDA, D. F.; FERREIRA, O. da V. (1966) - Descoberta das primeiras insculpturas com figuração humana estilizada nos arredores de Idanha-a-Velha. *Lucerna*, 5. Porto: 425-433.

ALMEIDA, D. F.; FERREIRA, O. da V. (1970) - Descoberta de uma estação languedocense em Idanha-a-Velha. Actas das I Jornadas Arqueológicas, vol. 1. Associação dos Arqueólogos Portugueses. Lisboa: 235-240.

ANATI, E. (1975) - Incisioni Rupestri Nell'Alta Valle del Fiume Tajo (Portogallo). *Bolletino del Centro Camuno di Studi Preistorici*, 12. Brescia: 156-160.

ANTUNES, L. F. A. R. (2008) - Francisco Tavares Proença Júnior: um arqueólogo moderno na Pré-História da Arqueologia Portuguesa? *Arkeos*, 22. CEIPHAR Centro Europeu de Investigação da Pré-História do Alto Ribatejo. Tomar: 39-172.

BANHA, C. (2016) - A arqueologia na Beira Interior (distritos de Castelo Branco e da Guarda): perspectiva da evolução da actividade arqueológica nas duas últimas décadas. In Raquel Vilaça, coordenadora, Actas do II Congresso Internacional de Arqueologia na região de Castelo Branco (10-12 de Abril de 2015). Município de Castelo Branco e Sociedade dos Amigos do Museu Francisco Tavares Proença Júnior. Castelo Branco: 475-486.

BAPTISTA, A. M. (1981) - A rocha F-155 e a origem da arte do Vale do Tejo. *Monografias Arqueológicas*, I. Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto. Porto: 85.

BAPTISTA, A. M.; MARTINS, M. M; SERRÃO E. C (1978) - Felskunst im Tejo-Tal, São Simão (Nisa, Portalegre, Portugal). Madrider Mitteilungen, 19. Madrid: 89-101.

BATATA, C. (1998) - Carta arqueológica do concelho de Sertã. Câmara Municipal de Sertã. Sertã: 96.

BATATA, C. (2006) - Idade do Ferro e Romanização ente os rios Zêzere, Tejo e Ocreza. Trabalhos de Arqueologia, 46. Instituto Português de Arqueologia. Lisboa.

BATATA, C.; GASPAR, F. (2013) - Carta arqueológica do concelho de Vila de Rei. Município de Vila de Rei e Ozecarus Lda. Vila de Rei: 160.

BATISTA, J. (1998) - Carta arqueológica da freguesia de Idanha-a-Velha. Associação de Estudos do Alto Tejo. Vila Velha de Ródão: 116.

CANINAS, J. (2012) - As construções funerárias da Pré-História Recente na região de Castelo Branco no contexto da Carta Arqueológica regional. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto: 287.

CANINAS, J.; CANHA, A.; HENRIQUES, F.; HENRIQUES, F. R.; MONTEIRO, M.; LIMA, A.; CHAMBINO, M. (2013) - Tão importante como registar é saber o que procurar para registar. 2º Workshop "Critérios de Avaliação de Impactes sobre o Património – o Registo". CHAIA / Laboratório de Arqueologia Pinho Monteiro (UE). Évora, 12 de Março de 2011. In Estudos de Arqueologia e Património Cultural, 1 (2013): 172-187. www.emerita.pt

CANINAS, J.; CUSTÓDIO, J. (2018) - Associativismo na construção da salvaguarda e conservação do património cultural/natural. Revista Património, 5 (2017-2018). Direcção-Geral do Património Cultural. Lisboa: 60-70.

CANINAS, J.; HENRIQUES, F. R.; MONTEIRO, J. L.; HENRIQUES, F.; MONTEIRO, M.; CARVALHO, E. (2015) - The tumuli of Selada do Cavalo (Serra Vermelha, county of Oleiros, district of Castelo Branco). II Internacional Conference of Transition Archaeology. BAR (British Archaeological Reports) International, Series 2708. Edited by Leonor

Rocha, Primitiva Bueno Ramírez and Gertrudes Branco. Oxford: 291-305.

CANINAS, J.; HENRIQUES, F.; MONTEIRO, M.; FÉLIX, P.; NETO DE CARVALHO, C.; PEREIRA, A.; HENRIQUES, F. Robles; MENDES, C.; CARVALHO, E. (no prelo) - A look at Proença-a-Nova's Megalithism (Beira Baixa Intermunicipal Community, UNESCO Global Geopark Naturtejo, Portugal). In Mega-talks 2: megaliths and geology. Redondo, 19 e 20 de novembro de 2015.

CANINAS, J.; MONTEIRO, M.; PEREIRA, A.; CARVALHO, E.; HENRIQUES, F.; GOMES, J. A.; FERNANDES, L. (2014) - The mound at Cimo dos Valeiros (Serra Vermelha, Oleiros, Castelo Branco). A Neolithic burial site in the Central Cordillera, south of Serra da Estrela. Comunicação apresentada na Mesa Redonda A Morte Protegida, Discursos Arqueográficos e Discursos Mentais, IPT, CPH.IPT, AEAT, Ass. Cultural, Beira Serra e outros, e 11 de Maio de 2013, Abrantes. BAR (British Archaeological Reports) International, Series 2648, Edited by Ana Cruz, Enrique Cerrillo-Cuenca, Primitiva Bueno Ramírez, João Carlos Caninas e Carlos Batata. Oxford: 45-60.

CANINAS, J.; PIRES, H.; HENRIQUES, F.; CHAMBINO, M. (2016) - Rock art in Portugal's border area. Rock Art Research, 33 (1). Australian Rock Art Research Association. Melbourne.

CANINAS, J.; SABROSA, A.; HENRIQUES, F.; GERMANO, A.; MONTEIRO, J. L.; CARVALHO, E.; BATISTA, Á.; CANHA, A.; CHAMBINO, M. (2011) - Tumulus de Vale de Mós 1 (Serra Vermelha, Oleiros). Açafa on line, 4. Vila Velha de Ródão: 50. www.altotejo.org

CANINAS, J.; SABROSA, A.; HENRIQUES, F.; MONTEIRO, J. L.; CARVALHO, E.; BATISTA, A.; CHAMBINO, M.; HENRIQUES, F. R.; MONTEIRO, M.; CANHA, A.; CARVALHO, L.; GERMANO, A. (2008) - Novos dados para o conhecimento da Pré-História Recente do Maciço Central na Beira Interior Sul. Tumuli e Gravuras Rupestres na Serra Vermelha e na Serra de Alvélos (Oleiros – Castelo Branco). Actas das

I Jornadas do Património de Belmonte, Câmara Municipal de Belmonte. Belmonte: 1-38.

CARDOSO, J. L. (2010) - Francisco Tavares Proença Júnior, no quadro da Arqueologia Portuguesa do início do século XX. Actas do Congresso Internacional de Arqueologia: cem anos de investigação arqueológica no Interior Centro. Castelo Branco, 2008. In *Materiaes*, número especial, Museu Francisco Tavares de Proença Júnior. Castelo Branco: 17-45.

CARDOSO, J. L.; CANINAS, J. C. & HENRIQUES, F. (2003) - Investigações recentes do megalitismo funerário na região do Tejo Internacional (Idanha-a-Nova). *O Arqueólogo Português*. Série IV, 21. Lisboa: 151-207.

CARVALHO, P. (2007) - Cova da Beira, ocupação e exploração do território na época romana. Câmara Municipal do Fundão e Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Fundão: 590.

CARVALHO, P. (2009) - O forvm dos Igaeditani e os primeiros tempos da Civitas Igaeditanorum (Idanha-a-Velha, Portugal). *Archivo Español de Arqueologia*, 82: 115-131.

CHAMBINO, M.; HENRIQUES, F. & CANINAS, J. C. (2015) - Sepulturas escavadas na rocha da freguesia de Rosmaninhal (Idanha-a-Nova). Actas do II Congresso Internacional sobre Arqueologia de Transição: o mundo funerário. CHAIA /Universidade de Évora (29 de Abril a 1 de Maio de 2013). Évora: 272-288.

COFFIN, A. (1976) - L'âge du bronze au musée Tavares Proença Júnior, Castelo Branco, Portugal. Castelo Branco.

CÔRTE-REAL, A. (1996) - Estação arqueológica de Idanha-a-Velha: acções desenvolvidas pelo Serviço Regional de Arqueologia da Zona Centro no âmbito do estudo, conservação e valorização do sítio (1987-199). *Materiais*, 0 (2) (2ª Série, ano 1). Castelo Branco: 21-44.

CRISTÓVÃO, J. L. (2005) - Breve estudo sobre a organização do espaço público e os equipamentos urbanos da cidade de Idanha-A-Velha (dos

finais do século I A.C. ao limiar do século IV). In *Lusitanos e Romanos no Nordeste da Lusitânia: Actas das II Jornadas de Património da Beira Interior*. Centro de Estudos Ibéricos (Guarda, 21 e 22 de Outubro de 2004). Guarda: 189-204.

CUNHA, P. P.; MARTINS, A. A.; HUOT, S.; MURRAY, A.; RAPOSO, L. (2008) - Dating the Tejo River lower terraces in the Ródão area (Portugal) to assess the role of tectonics and uplift. *Geomorphology*, 102, 43-54. doi:10.1016/j.geomorph.2007.05.019.

DIAS, J. L. (1972) - Francisco Tavares de Proença Júnior Fundador do Museu de Castelo Branco (Vida e Obras). *Estudos de Castelo Branco*. Castelo Branco, 40. Castelo Branco.

DIOGO, A. M. D.; NETO, J. L. (2000) - Estudo de achados romanos no Vale do Souto, Concelho de Oleiros. Edição da Câmara Municipal de Oleiros. Oleiros: 25.

FABIÃO, C. (2004) - O arqueólogo Francisco Tavares de Proença Júnior. Catálogo da Exposição "Arqueologia: colecções de Francisco Tavares de Proença Júnior. Instituto Português de Museus / Museu de Francisco Tavares de Proença Jr. Castelo Branco: 12-27.

FÉLIX, P.; CANINAS, J. C.; HENRIQUES, F.; MENDES, C. (2017) - O recinto muralhado de Chão de Galego (Montes da Senhora, Proença-a-Nova): contextualização e problemática. Há 70 anos o Castelo Velho do Caratão. *Arkeos*, 41. Mação: 77-91.

FERREIRA, A. M., coord. (2004) - *Arqueologia: colecções de Francisco Tavares de Proença Júnior*. Instituto Português de Museus. Castelo Branco: 261.

FERREIRA, O. da V. (1978) - Subsídio para a Carta Arqueológica da Região Egitanense. *Setúbal Arqueológica*, 4. Museu de Arqueologia e Etnografia de Setúbal. Setúbal: 227-240.

FERRO, S. (2017) - Contribuição para a carta arqueológica de Penamacor: sítios inéditos. *Almadan on line*, 21 (3), 2ª série. Centro de Arqueologia de Almada. Almada: 28-45.

GARCIA, L. P. (1974) - Manuel Pessoa. Um esquecido. Estudos de Castelo Branco, 48-49. Castelo Branco: 48-51.

GOMES, M. V. (2004) - Touro, de bronze, da Serra de Oleiros (Beira Baixa). Catálogo da Exposição "Arqueologia: colecções de Francisco Tavares de Proença Júnior. Instituto Português de Museus / Museu de Francisco Tavares de Proença Júnior. Castelo Branco: 86-89.

GOMES, M.V. (2010) - Arte rupestre do Vale do Tejo: um ciclo artístico-cultural Pré e Proto-Histórico. Dissertação de doutoramento em História, especialidade de Arqueologia. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

GRUPO PARA O ESTUDO DO PALEOLÍTICO PORTUGUÊS (1977) - Estudo do Paleolítico na Área de Ródão. O Arqueólogo Português, 7-9 (3ª série). Museu Nacional de Arqueologia. Lisboa: 31-47.

HENRIQUES, F. (2016) - Relatório das prospecções arqueológicas executadas em 2014-2015. Projecto Mesopotamos. Associação de Estudos do Alto Tejo. Vila Velha de Ródão: 58.

HENRIQUES, F.; BATATA, C.; CHAMBINO, M.; CANINAS, J.; CUNHA, P. P. (2011) - Mineração aurífera antiga, a céu aberto, no Centro e Sul do distrito de Castelo Branco. Actas do VI Simpósio Sobre Mineração e Metalurgia Históricas no Sudoeste Europeu. Vila Velha de Ródão. Editor Carlos Batata. Abrantes: 215-246.

HENRIQUES, F.; CANINAS, J. (1980) - Contribuição para a carta arqueológica dos concelhos de Vila Velha de Ródão e Nisa. Núcleo Regional de Investigação Arqueológica, Vila Velha de Ródão.

HENRIQUES, F.; CANINAS, J. (1986) - Nova contribuição para a carta arqueológica dos concelhos de Vila Velha de Ródão e Nisa. Núcleo Regional de Investigação Arqueológica, Vila Velha de Ródão.

HENRIQUES, F.; CANINAS, J. (1986b) - Levantamento arqueológico na área a submergir pela Barragem da Marateca (Castelo Branco). II Jornadas da Beira Interior, 2. Jornal do Fundão. Fundão: 189-198.

HENRIQUES, F.; CANINAS, J.; BAPTISTA, J.; HENRIQUES, A. T.; PEQUITO, A.; MARQUES, F. J.; AFONSO, V. (1986c) - Carta

Arqueológica do Concelho de Vila Velha de Ródão. Informação Arqueológica, 6. Instituto Português do Património Cultural. Lisboa: 9-22.

HENRIQUES, F.; CANINAS, J.; NETO DE CARVALHO, C.; CHAMBINO, M. (2016) - Exploração aurífera antiga no rio Ponsul. Actas do II Congresso Internacional de Arqueologia da Região de Castelo Branco. Sociedade dos Amigos do Museu de Francisco Tavares de Proença Júnior. Castelo Branco: 307-323.

HENRIQUES, F.; CANINAS, J.; CHAMBINO, M. (1993) - Carta Arqueológica do Tejo Internacional, 3 (Idanha-a-Nova). Associação de Estudos do Alto Tejo. Vila Velha de Ródão: 299.

HENRIQUES, F.; CANINAS, J.; CHAMBINO, M. (1995) - Carta Arqueológica do Tejo Internacional, 2 (Castelo Branco). Associação de Estudos do Alto Tejo. Vila Velha de Ródão: 119.

HENRIQUES, F.; CANINAS, J.; CHAMBINO, M. (2008) - Carta Arqueológica de Vila Velha de Ródão: uma leitura actualizada dos dados da Pré-História Recente. In P. Bueno-Ramirez, R. Barroso-Bermejo & R. de Balbín-Berhmann, Graphical markers and megalith builders in the International Tagus, Iberian Península. Oxford: British Archaeological Reports, BAR International Series, 1765. Oxford: 79-88.

HENRIQUES, F.; CANINAS, J.; CORREIA, F. B. (2002) - As estruturas militares da serra das Talhadas (concelhos de Proença-a-Nova, Vila Velha de Ródão e Nisa). Actas do Colóquio "As Invasões Peninsulares e a Região de Rodão" (Vila Velha de Ródão, Maio de 2000). Açafa, 5. Associação de Estudos do Alto Tejo. Vila Velha de Ródão: 43-71.

HENRIQUES, F.; CANINAS, J.; CHAMBINO, M.; CAMISÃO, V. (2008b) - Cartografia arqueológica da freguesia de Monsanto (Idanha-a-Nova): primeira notícia. Açafa on line, 1. Associação de Estudos do Alto Tejo. Vila Velha de Ródão: 14.

HENRIQUES, F.; CANINAS, J.; CHAMBINO, M.; PRATA, J. T.; GARDETE, J. (2010) - Os muros-apiários da região de Castelo Branco e zona

envolvente. Açafa on line, 3. Associação de Estudos do Alto Tejo. Vila Velha de Ródão: 149.

HENRIQUES, F.; CANINAS, J.; MONTEIRO, M.; FÉLIX, P.; PEREIRA, A.; MENDES, C.; CARVALHO, E. (2016c) - Arqueologia de Proença-a-Nova: estado dos conhecimentos. In Raquel Vilaça, coord., Actas do II Congresso Internacional de Arqueologia na região de Castelo Branco (10-12 de Abril de 2015). Município de Castelo Branco e Sociedade dos Amigos do Museu Francisco Tavares Proença Júnior. Castelo Branco: 447-474.

HENRIQUES, F.; MONTEIRO, M.; CANINAS, J.; CHAMBINO, M. (2016b) - Atalaias da Raia na Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa: olhos de um território aberto a leste e a sul. Açafa on line, 11. Associação de Estudos do Alto Tejo & Centro Português de Geo-História e Pré-História. Vila Velha de Ródão: 69-91.

HENRIQUES, F.; SALVADO, P.; CANINAS, J.; CHAMBINO, M. (2015) - Apontamentos sobre a investigação arqueológica no concelho de Idanha-a-Nova. Açafa on line, 10. Associação de Estudos do Alto Tejo. Vila Velha de Ródão: 246-273.

LADRA, L. (2018) - Arqueologia industrial na Beira Baixa: moinhos hidráulicos no rio Ocreza. Lema d´Origem. Carviçais.

LEISNER, G.; LEISNER, V. (1956) - Die Megalithgraber Der Iberischen Halbinsel, Der Westen. Deutsches Archaologisches Institut, Walter de Gruyter. Berlin, New York.

LEISNER, V. (1998) - Die Megalithgraber Der Iberischen Halbinsel, Der Westen. Deutsches Archaologisches Institut, Walter de Gruyter. Berlin, New York: 162.

LEITÃO, M. (1978) - As sepulturas escavadas na rocha nos arredores de Castelo Branco. Sellivum, 1. Marmelais de Baixo: 2 e 10.

LEITÃO, M. (1979) - Volta do Pinto e Volta (Castelo Branco). Informação Arqueológica, 1. Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho: 20.

LEITÃO, M. (1994) - Vestígios romanos do concelho de Castelo Branco. *Trebarvna*, 3. Centro de Estudos Epigráficos da Beira. Castelo Branco: 23-40.

LEITÃO, M.; RIBEIRO, A.; BARATA, L. (1994) - Subsídios para um inventário arqueológico do concelho de Castelo Branco: I (Alcains). *ARA*, 18. Centro de Estudos Epigráficos da Beira. Castelo Branco: 1-4.

MARQUES, A. A. C. (2000) - Subsídios para a carta arqueológica do concelho de Belmonte (Castelo Branco). *Beira Interior História e Património*, Actas das I Jornadas de Património da Beira Interior. Guarda: 351-359.

MARTINS, A. C. (2016) - Francisco Tavares Proença Júnior (1883-1916) e a arqueologia em Castelo Branco na viragem para o século XX: textos, contextos e (des)venturas. In Raquel Vilaça, coordenadora, *Actas do II Congresso Internacional de Arqueologia na região de Castelo Branco (10-12 de Abril de 2015)*. Município de Castelo Branco e Sociedade dos Amigos do Museu Francisco Tavares Proença Júnior. Castelo Branco: 25-60.

MARTINS, M. (1910) - *A Serra da Gardunha*. Brotéria. Separata. Lisboa.

MATIAS, A. S. (2017) - Povoamento rural romano e usos potenciais da terra em torno da capital da civitas Igaeditanorum (Idanha-a-Velha, Portugal). Tese de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

MONTEIRO, M. (2012) - A Linha Defensiva das Talhadas-Moradal: um ensaio sobre a tipologia das estruturas militares identificadas. *Açafa on line*, 5. Associação de Estudos do Alto Tejo. Vila Velha de Ródão: 33-68.

MONTEIRO, M. (2013) - A Linha das Talhadas-Moradal e o sistema defensivo de Abrantes. Resultados dos trabalhos de prospecção arqueológica e de pesquisa documental. *Açafa on line*, 6. Associação de Estudos do Alto Tejo. Vila Velha de Ródão: 113-203.

MONTEIRO, M.; PEREIRA, A. (2008) - O forte das Batarrias sobre a Ribeira do Alvito (Proença-a-Nova): análise preliminar da intervenção arqueológica. Açafa on line, 1. Associação de Estudos do Alto Tejo. Vila Velha de Ródão: 75.

NOBRE, L. (2008) - Arte rupestre Pré-Histórica da margem esquerda do Rio Erges. Centro Europeu de Investigação da Pré-História do Alto Ribatejo, Arkeos – Perspectivas em Diálogo, 24. Tomar. Em CD-Rom anexo.

NÚCLEO REGIONAL DE INVESTIGAÇÃO ARQUEOLÓGICA (1979) - Inventário dos monumentos dolménicos do concelho de Castelo Branco. Preservação, 2. Núcleo Regional de Investigação Arqueológica. Vila Velha de Ródão: 14-16.

NÚCLEO REGIONAL DE INVESTIGAÇÃO ARQUEOLÓGICA (1992) - Notícias diversas. Alto Tejo, 11. Vila Velha de Ródão: 3.

PEREIRA, T.; CUNHA, P. P.; MARTINS, A.A.; NORA, D.; PAIXÃO, E.; FIGUEIREDO, O.; RAPOSO, L.; HENRIQUES, F.; CANINAS, J.; MOURA, D.; BRIDGLAND, D. (2019) - Geoarchaeology of the Cobrinhos site (Vila Velha de Ródão, Portugal) - a record of the earliest Mousterian in western Iberia. *Journal of Archaeological Science: Reports*, 24 (2019) 640–654.

PESSOA, M. P. (1924) - Antiguidades e origens de Castelo Branco. *Revista das Beiras*, 14. Coimbra: 4-7.

PESSOA, M. P. (1932-1934) - Insculturas e figuras rupestres de Lourçal do Campo. *Revista de Arqueologia*, 1. Lisboa: 119-124.

PLÁCIDO, L.; MARQUES, C. S. (1980) - Subsídios para a carta arqueológica do concelho - Período Romano. Comunicação apresentada às 1ª Jornadas Arqueológicas da Beira Baixa (1979). Policopiado.

PROENÇA JÚNIOR, F. T. (1903) - Antiguidades. 1. Resultado de explorações feitas nos arredores de Castello Branco em Setembro e Outubro de 1903. Typographia França Amado. Coimbra.

PROENÇA JÚNIOR, F. T. (1909) - Anta da Urgueira. Typographia Leiriense. Leiria.

PROENÇA JÚNIOR, F. T. (1910) - Archeologia do districto de Castello Branco: 1ª contribuição para o seu estudo. Typographia Leiriense. Leiria: 25.

RAPOSO, L. (1987) - Os mais antigos vestígios de ocupação humana paleolítica na região de Ródão. Da Pré-História à História. Homenagem a Octávio da Veiga Ferreira. Editorial Delta. Lisboa: 153-178.

ROSA, J. M.; BIZARRO, J. (2013) - Arqueologia do concelho do Fundão: contributos para a carta arqueológica. Ebrobriga, 8. Museu Arqueológico Municipal José Monteiro. Fundão.

RUIVO, J.; FERNANDES, L. S.; CARVALHO, P. C. (1991) - Um ensaio de prospecção sistemática na área de Idanha-a-Velha. Seminário de Arqueologia: trabalho académico policopiado. Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra.

SÁ, A. M. (2007) - Civitas Igaeditanorum - Os Deuses e os Homens. Município de Idanha-a-Nova. Idanha-a-Nova.

SALVADO, A. (1978) - "Rudimentos de Archeologia" um inédito de Francisco Tavares Proença Júnior. Estudos de Castelo Branco, nova série, 4. Castelo Branco: 3-30.

SALVADO, P. M.; BAPTISTA, J. (2016) - A revista "Materiaes para o estudo das antiguidades portuguesas" (1910-2010). Materiaes, série 3, 1. Castelo Branco: 153-167.

SANCHEZ-RAMOS, I.; MORIN DE PABLOS, J. (2016) - Idanha-a-Velha: guía arqueológica. Como: 68.

SANTOS, J. M. B. (1982) - Subsídios para a carta arqueológica do concelho de Penamacor até ao domínio romano. Actas e Memórias do I Colóquio Arqueológico de Arqueologia e História do Concelho de Penamacor (1979). ARCINPE. Penamacor: 71-79.

SERRÃO, E. C.; LEMOS, F. S.; MONTEIRO, J. P.; QUEROL, M. A.; LOPES, S. R.; JORGE, V. O. (1972) - O complexo de arte rupestre do Tejo (Vila Velha de Ródão - Nisa): notícia Preliminar. Arqueologia e História, 4, 9ª série. Lisboa: 9-38.

SERRÃO, V. M.; SERRÃO, E. C. (1973) - Ensaio de enquadramento arqueo-lógico do complexo de arte rupestre do Vale do Tejo (capítulo 2, de um relatório apresentado pelo Grupo para o Estudo do Paleolítico Português à Fundação Calouste Gulbenkian). Relatório inédito.

SILVA, A. C. (1996) - A Geração do Tejo. In Luis Raposo e António Carlos Silva, A Linguagem das Coisas. Ensaios e Crónicas de Arqueologia. Publicações Europa-América. Mem Martins: 293-296.

SILVA, A. C. (2010) - O Ródão e a Arqueologia portuguesa do último quartel do século XX. Encruzilhadas de mudança. Congresso Internacional de Arqueologia "Cem anos de investigação arqueológica no Interior Centro (Castelo Branco, 2008)". Museu Francisco Tavares de Proença Júnior. Castelo Branco: 81-105.

VICENTE, A. P. (2007) - Guerra Peninsular (1801-1814). Guerras e Campanhas Militares da História de Portugal. Academia Portuguesa da História e Quidnovi. Lisboa: 104.

VILAÇA, R. (1995) - Aspectos do povoamento da Beira Interior (Centro e Sul) nos finais da Idade do Bronze. Trabalhos de Arqueologia, 9. IPPAR, 2 volumes. Lisboa.

VILAÇA, R. (2016) - Francisco de Tavares Proença Júnior em 33 imagens. SAMFTPJ. Castelo Branco.

ⁱ Este texto corresponde a comunicação apresentada no Colóquio de Homenagem a Francisco Tavares de Proença Jr (1883 – 1916), organizado pela Associação dos Arqueólogos Portugueses, em Lisboa, em 11 de outubro de 2016.

ⁱⁱ A 2ª série saiu com um número único que publicou, em 1996, as actas das 1^{as} Jornadas de Arqueologia da Beira Interior (Castelo Branco, 1991) e, em 2010, foi publicado um número especial com as actas do 1º Congresso Internacional.

ⁱⁱⁱ Os municípios que mais têm valorizado este objectivo, em grande parte por influência da AEAT, são Vila Velha de Ródão e Proença-a-Nova. Em Vila Velha de Ródão e em Proença-a-Nova o inventário, apoiado em prospecção de campo, tem vindo a ser actualizado tanto no âmbito de projectos de investigação como da actualização dos respectivos planos directores municipais.

^{iv} Nome que manteve até 1975, data em que passou a Núcleo Regional de Investigação Arqueológica e em 1988 a Associação de Estudos do Alto Tejo, já com personalidade jurídica.

^v Uma excepção que deve ser mencionada corresponde à publicação dos moinhos hidráulicos caracterizados no âmbito da avaliação ambiental do projecto da barragem do Alvito (Ladra, 2018).

^{vi} A concretização da carta arqueológica do concelho continua num impasse. A intenção em recair na SAMFTPJr, conjuntamente com a AEAT, a coordenação da sua efectivação teve o seu início com a realização no Museu de Francisco Tavares Proença Júnior, no dia 30 de Novembro de 2013, da “Mesa Redonda Arqueologia em Castelo Branco: uma paisagem cultural com futuro”.

^{vii} Não cabe citar neste texto as numerosas publicações e relatórios produzidos por Jorge Morin de Pablos e Isabel Sánchez Ramos, acessíveis nas respectivas páginas na Academia.edu, relativas à investigação e divulgação do património arqueológico de Idanha-a-Velha.

^{viii} Estações paleolíticas, sepulturas megalíticas, menires, sítios com arte rupestre (pintura e gravura), um castro, pontes romanas, uma barragem romana, lagariças e sepulturas romanas isoladas ou agrupadas em necrópole.

^{ix} Em Oleiros não existe uma mas várias serras com distintos nomes que não Oleiros. Será proveniente da Serra de Olelas, situada a sul de Castelo Branco? Pode tratar-se de uma imprecisão atribuível ao colector ou ao informante.

^x <http://archaeologicalfieldcamps-portugal.pt>

^{xi} É inviável citar a numerosa bibliografia relativa a este conjunto de sítios. Algumas publicações proporcionam informação pormenorizada acerca da localização destas ocorrências nomeadamente em Fratel (Baptista, 1981) e Cachão de São Simão (Baptista *et al*, 1978).

^{xiii} A actualização deste inventário proporcionou a oportunidade de quantificar e identificar as causas de degradação de sítios arqueológicos (Henriques *et al*, 2008: 87).

^{xii} A “carta arqueológica nacional” é um projecto acalentado desde há muito tempo pela comunidade arqueológica e pela administração central do Estado, mas que só foi concretizada por esta, em edição gráfica, no Algarve.

^{xiv} Concomitante com a falta de liderança dos municípios na actualização periódica dos inventários de recursos arqueológicos dos seus territórios é a produção editorial (local) dedicada a este tema, que se poderá qualificar de marginal quando comparada com a de outros distritos do território continental, desde o Estado Novo, com destaque, talvez, para o de Viseu.

O que nos escondem as mamoas e a problemática das datações absolutas no Norte do Alentejo

Jorge de OLIVEIRA¹

RESUMO

Este texto pretende ser uma reflexão sintética sobre o que se conhece do Megalitismo no Norte do Alentejo, com especial enfoque nas datações absolutas já disponíveis. Na sequência desta reflexão constata-se que as respostas a muitas das questões que sobre esta matéria se colocam poderão ser encontradas sob os tumuli dos dólmenes que melhor se conservaram. Estrutura-se, então, uma linha de investigação que se poderá desenvolver a partir do estudo pormenorizado das colinas artificiais que preservaram páleo-solos e que foram maioritariamente negligenciadas desde os inícios dos estudos sobre o Megalitismo.

Palavras-Chave: Megalitismo, Norte do Alentejo, datações absolutas, projecto de investigação.

ABSTRACT

This text intends to be a synthetic reflection on what is known about Megalithism in Northern Alentejo, with a special focus to the absolute dating already available. Following this reflection, it appears that the answers to many of the questions on this subject may be found under the best preserved dolmen tumuli. A line of research can be developed from the detailed study of the artificial hills that have preserved paleo-soils and which have been largely neglected since the beginning of studies on Megalithism.

Keywords: Megalithism, Northern Alentejo, absolute dating, research project.

¹ joli@uevora.pt; ECS/ UÉ, CHAIA

ANTES DE MAIS

A opção pela temática do Megalitismo e pela região do Norte do Alentejo decorre de diferentes factores dos quais se destaca o longo investimento de investigação que há mais de 40 anos lhe dedicamos de forma consecutiva e coerente. Assim, o volume de estudos aí efectuados, a diversidade de testemunhos e sua singularidade, a sua dispersão geográfica, a variedade dos conjuntos artefactuais e as múltiplas e problemáticas datações absolutas conhecidas justificam o aprofundamento da investigação, procurando obter respostas para as novas questões que, entretanto, se foram colocando e que se prendem sobretudo com as cronologias absolutas de dólmens e menires da região norte-alentejana e do seu relacionamento com os povoados conhecidos e já parcialmente estudados.

Pretende-se, assim, entender o desfasamento cronológico entre as matérias orgânicas encontradas na base dos sepulcros e mamoaas, com as datas obtidas, sobretudo e para materiais ósseos do interior dos dólmens. Igualmente interessa compreender a proximidade cronológica dos menires já datados com as cronologias mais antigas obtidas nas mamoaas e bases dos sepulcros megalíticos e a sua relação com os povoados atribuídos ao Neolítico antigo identificados na região.

Perante a magnitude desta problemática e da já abundante informação existente para o interior dos sepulcros megalíticos, das datas agora consolidadas para os menires e face à suficiente informação sobre as estruturas e artefactos dos povoados atribuídos ao Neolítico antigo, importa melhor conhecer um universo de extrema importância e que por todos os investigadores foi menorizado. Trata-se dos mistérios que as mamoaas seguramente conservam e que foram grandemente negligenciadas por praticamente todos os investigadores. As poucas abordagens que se realizaram nas mamoaas destinaram-se praticamente só a definir os seus limites e a conhecer superficialmente a sua técnica construtiva. Raras foram as sondagens

que atingiram os páleo-solos protegidos há milénios pelas estruturas tumulares. Na zona em apreço (Norte Alentejano) e no que respeita às nossas investigações esse estudo foi por várias vezes inviabilizado por estranhas faltas de consentimento da entidade da tutela, por receio de perturbar a estabilidade das estruturas tumulares e por falta de apoios financeiros que nos permitissem prolongar os trabalhos para o exterior do sepulcro.

Assim, haverá que seleccionar um conjunto diversificado de monumentos que à partida apresentem potencial informação nas mamoas ou em parte delas, cujo interior do espaço funerário já tenha sido objecto de estudo e preferencialmente que possua datas absolutas para episódios ocorridos no seu interior. Importa, ainda, seleccionar diferentes tipos de monumentos, desde as câmaras simples aos dólmenes mais complexos.

Com o estudo das mamoas pretendemos validar as datas consideradas antigas já obtidas nas colinas tumulares de alguns monumentos, reconhecer a presença provável de antigos povoados escondidos sob as coberturas pétreas, testemunhados pela abundante presença de moinhos manuais e cerâmicas muito roladas, perceber a recorrência de silos preservados nesses páleo-solos como os que já identificámos nalguns monumentos e perceber se a presença de alguns dos menires incluídos nas estruturas megalíticas funerárias são preexistentes *in situ* aos dólmenes ou apenas uma economia de recursos energéticos, ou se tratarão de rituais hoje desconhecidos. Importa, ainda, avaliar e compreender a vulgar presença de tumulações secundárias, ou de épocas posteriores, como é recorrente nalguns monumentos, sobretudo no Alentejo central. Nalgumas mamoas têm ocorrido a presença de vestígios de oferendas rituais pré-históricas sem qualquer testemunho de enterramento secundário associado provavelmente a memórias de revisitações rituais posteriores. Obrigatoriamente, no âmbito de um projecto sobre esta temática, terão que ser abertas sanjas até ao substrato rochoso por

forma a avaliar a possível presença e datação de carvões que comumente ocorrem na base dos monumentos. A presença desses carvões, que alguma discussão já gerou, poderá vir a ser definitivamente compreendida com este estudo. Tratar-se-á de carvões resultantes da limpeza do mato no início da construção do monumento, portanto identificáveis em todo o perímetro protegido pela mamoas, vestígios de alguma fogueira de sacralização do espaço ou, tão só, fogueiras técnicas acesas para facilitar a abertura dos alvéolos para implantação dos esteios? Seja qual for a resposta ela é, sem sombra de dúvida, de um momento muito próximo ao início da construção do monumento e cujos carvões submetidos a datação por radiocarbono poderão ajudar a posicionar, com elevado grau de segurança, o arranque dos trabalhos de construção do monumento. Nos páleo-solos se ocorrerem a presença de carvões poderemos, igualmente, desenvolver o seu estudo antracológico e reconhecer a paisagem existente à data da construção do monumento, assim como recolher terras para estudos palinológicos que, em conjugação com o estudo dos carvões, ajudarão a melhor compreender a flora e consequentemente o clima à época.

Pelo acima exposto demonstra-se a importância do estudo das mamoas de monumentos criteriosamente seleccionados cujos resultados poderão revelar-se de extrema importância para o esclarecimento de tantas dúvidas que ainda subsistem sobre testemunhos patrimoniais que, como veremos a seguir, têm um longo historial de investigação. O estudo das mamoas poderá, igualmente, contribuir para o reforço e consolidação de esteios em fase de reposicionamento de terras e pedras resultantes destes estudos.

Antevê-se a possibilidade de, previamente, se recorrer a técnicas de detecção remota na área das mamoas que nos possibilitem orientar as sondagens a efectuar.

O TERRITÓRIO

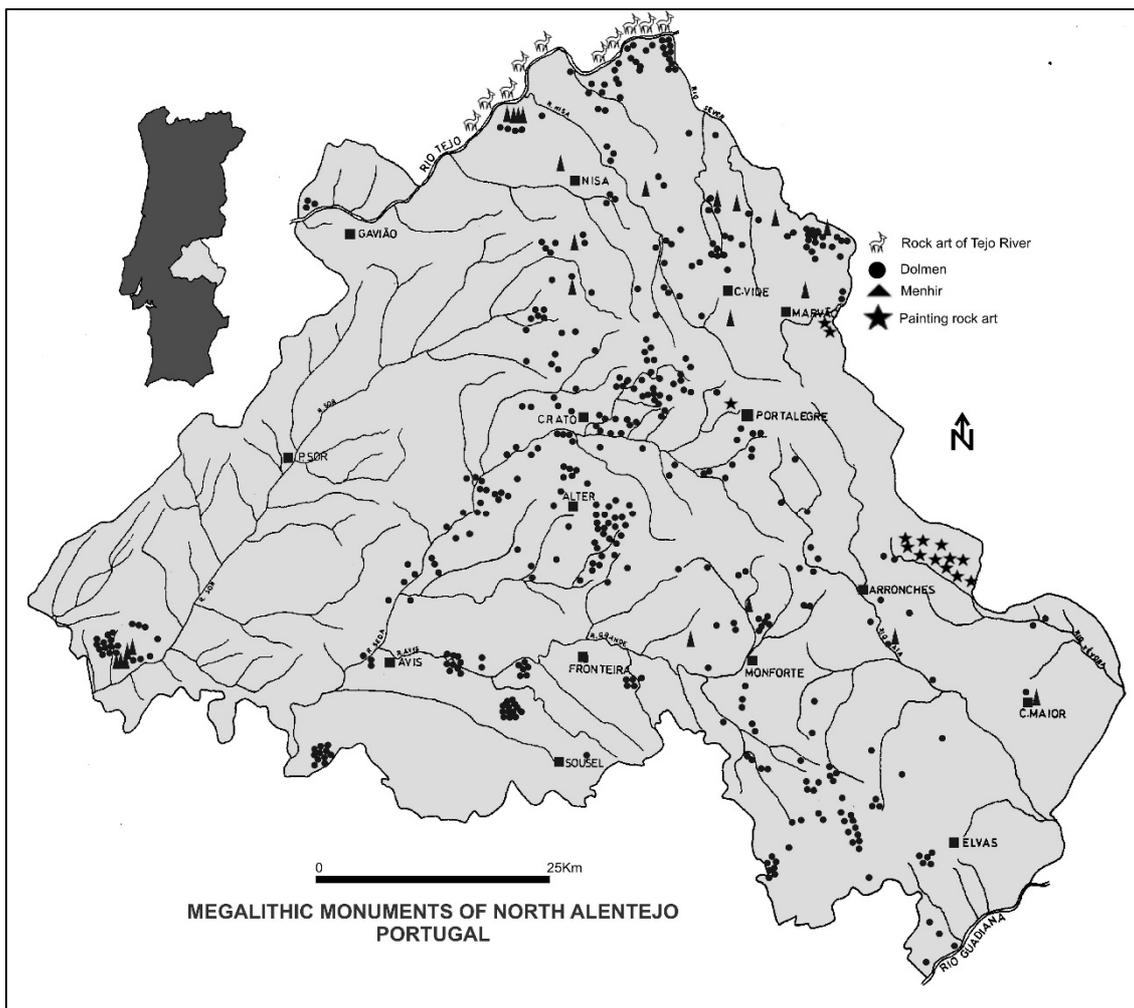


Figura 1 – Mapa dispersão do megalitismo do Distrito de Portalegre

Na Região do Alto Alentejo, delimitado a Norte pelo Rio Tejo, a Oriente pela Espanha, a Sul pelos terrenos aplanados dos concelhos de Estremoz, Arraiolos e Mora, já no distrito de Évora e a Ocidente pelas terras de areia do distrito de Santarém, conhecem-se referências para cerca de seiscentos e cinquenta sepulcros megalíticos, quinze menires e dois recintos megalíticos.

Embora em número elevado, a distribuição desta paisagem megalítica não é uniforme. Grandes concentrações contrastam claramente com vastas áreas para as quais nenhuma referência se conhece. Estas ausências não parecem resultar de falta de prospecções sistemáticas nem de destruições maciças. Outros factores, que

tentaremos descortinar, poderão, de alguma forma, explicar a ausência de monumentos megalíticos.

O norte do Alentejo é marcado do ponto de vista orográfico pela Serra de S. Mamede. Com uma cota máxima de 1025 metros, o pico de S. Mamede é o ponto mais alto a Sul do Rio Tejo. Envolve este pico uma cordilheira montanhosa que se orienta, genericamente, no sentido Noroeste – Sudeste, cuja cota média ronda os seiscentos metros de altitude. Para Norte, até ao Rio Tejo, os terrenos vão-se suavizando até se voltarem a enrugar, sobretudo nos vales cavados onde correm linhas de água tributárias do grande rio. Para Sul e Sudeste, a descida altimétrica é mais acentuada para se estabilizar na cota média dos 300 metros, que marca a peneplanície que se começa a espraçar nos concelhos de Monforte, Arronches, Campo Maior e Elvas. Para Ocidente o enrugamento orográfico prolonga-se até ao concelho de Castelo de Vide, ainda em cotas de 500 a 600 metros, para se começar a diluir pelos concelhos de Nisa, Crato e Alter do Chão, ainda em cotas de 300 metros. Mais para Ocidente e Sudoeste, já em terras da Ponte de Sor, Avis, Sousel e Fronteira, a influência da Serra de S. Mamede é praticamente nula. Os terrenos são mais aplanados, com cotas médias estabilizadas entre os 150 a 250 metros, já muito influenciados pelas formações recentes condicionadas pela bacia do médio Tejo.

É neste ambiente que teremos que compreender a continuidade e as rupturas da mancha megalítica do Distrito de Portalegre. Atendendo ao mapa geral de distribuição de monumentos megalíticos denotam-se, de imediato, duas grandes manchas onde a ausência é marcante (fig. 1). A primeira corresponde ao maciço central da Serra de S. Mamede. A segunda estende-se a Ocidente pelas terras de areia que se iniciam a Sul do Gavião e se prolongam por praticamente todo o concelho da Ponte de Sor. No primeiro caso, verifica-se que acima dos 550 metros de altitude não ocorrem testemunhos megalíticos. Trata-se de uma região suficientemente prospectada onde, para além da ausência de vestígios pré-históricos, também e até ao século XVIII,

poucos testemunhos foram registados. Corresponde à zona mais acidentada, com fortes pendentes e que devido à altitude apresenta invernos muito rigorosos. Com base nos documentos escritos, até aos inícios do século XIX, sabemos que o coberto vegetal era extremamente denso e praticamente impenetrável. Por outro lado, apresenta, maioritariamente, solos de classe D e E onde a actividade agrícola é quase impraticável. Com um coberto vegetal impenetrável, invernos rigorosos e fortes pendentes, também a pastorícia estava muito limitada. Parece, assim, explicar-se a ausência humana mais antiga nas cotas elevadas da Serra de S. Mamede.

A sub-região do Gavião – Ponte de Sor é outra grande área onde a ausência de testemunhos megalíticos é mais problemática. Embora já tenham sido desenvolvidas várias campanhas de prospecção por estas terras de areia, que pouco ou nada revelaram, torna-se difícil de entender que as comunidades neolíticas aqui não se tenham estabelecido. Poder-se-á argumentar que se trata de solos sem aptidão agrícola, o que levaria à sua não ocupação por comunidades que da terra tiravam o seu sustento. Contudo, incluem-se na mesma categoria os que bordejam, a Norte, nos concelhos de Nisa e Gavião, o Rio Tejo, mas estes encontram-se polvilhados de pequenos monumentos obtidos por esteios de xisto. Poder-se-á, então, interpretar que a ausência de pedra nos terrenos de areia do concelho de Ponte de Sor terá condicionado a construção de sepulcros megalíticos. Esta explicação não nos parece, no entanto, aceitável. Embora os solos de Nisa, Gavião e os da Ponte de Sor se encontrem classificados, do ponto de vista agrícola, na mesma categoria, notoriamente, os deste último concelho são mais leves e drenados do que os que bordejam o Tejo. Assim, perante a tecnologia agrícola das comunidades neolíticas, seria preferível a utilização destas terras às de solos quase esqueléticos da zona Norte, nas margens do Tejo. Não nos parece aceitável que estas comunidades não se tivessem estabelecido aqui, unicamente, porque as rochas duras estão ausentes. Mais difícil se torna aceitar esta

hipótese quando verificamos que, um pouco mais a Sul, ainda no concelho de Ponte de Sor, mas na freguesia de Montargil, se conheçam vários monumentos megalíticos funerários, e até vários menires, implantados numa pequena mancha de rochas granitóides. Não nos parece, deste modo aceitável, que numa tão grande mancha de solos de areia, onde os vales mais irrigados são hoje intensamente aproveitados agricolamente, não tivesse havido ocupação humana durante o Neolítico. Se, de facto, todos reconhecemos que se torna muito difícil identificar *habitats* deste período e que até agora, praticamente têm sido os monumentos funerários os indicadores de presença humana das primeiras comunidades agrícolas, haverá que promover novas prospecções nesta região, procurando uma outra variante megalítica que, atendendo ao substrato geológico, não será, seguramente, caracterizada pela utilização de grandes pedras como até agora nos habituámos a ver pelo menos noutras zonas do Alentejo. A inexistência, nesta região, de rochas à superfície terá obrigado as comunidades aqui estabelecidas a optarem por outra arquitectura funerária, provavelmente mais frágil, ou menos monumental e até agora ainda não identificada. Haverá que procurar vestígios de outra forma de tumulação, provavelmente em fossa, coberta por um *tumulus* formado por calhaus rolados, matéria-prima que abunda por toda esta região. Os investigadores que ao longo dos tempos e até recentemente se têm debruçado sobre esta área, provavelmente não despertados para esta possibilidade, assim como as profundas lavouras que nos últimos anos aqui se têm feito sentir, diluindo pequenas alterações na paisagem, terão contribuído, para que hoje, no mapeamento do megalitismo do distrito de Portalegre, as terras de areias sejam apresentadas em branco.

Continuando a analisar o mapa geral de distribuição de megálitos no distrito de Portalegre, constatamos que ocorrem, pelo menos, mais três zonas, ainda que menos evidentes, para as quais não existem notícias de sepulcros megalíticos. Trata-se de partes dos concelhos de

Alter do Chão, Avis, Campo Maior e Elvas. Contudo, em qualquer destes concelhos, se exceptuarmos o de Campo Maior, verificamos que noutras zonas dos mesmos municípios, localizam-se grandes concentrações de monumentos e alguns de grandes dimensões. Sobrepondo a carta da dispersão megalítica sobre a de solos, verificamos que as manchas onde não existe megalitismo coincidem com as terras com melhor aptidão agrícola (solos de classe A e B) e, ao mesmo tempo, onde as rochas duras estão ausentes. Parece, então, depreender-se desta verificação que os construtores de megálitos rejeitaram, claramente, os solos mais pesados e argilosos, quer pela dificuldade de movimentação que apresentariam durante os invernos mais pluviosos, quer pela sua forte compactação na época de estio. A tecnologia agrícola do Neolítico tornava-se inoperante perante esta variedade de solos. Se somarmos a esta realidade uma menor presença de rochas duras, poderemos, provavelmente, encontrar, na conjugação destas situações, a explicação para a ausência de ocupação humana durante o Neolítico e a consequente e normal inexistência de megálitos.

Resulta desta demonstração que os solos de classe A e B, assim como as cotas mais elevadas da Serra de S. Mamede, terão sido maioritariamente rejeitados pelos construtores de megálitos.

OS ANTECEDENTES - o percurso da investigação do megalitismo funerário

O conhecimento da principal expressão do Neolítico, o Megalitismo, no Norte-Alentejano passou por várias etapas. Até ao século XIX encontram-se referências a antas em diferentes documentos sem que, contudo, nelas houvesse qualquer interesse científico. As informações existentes do século XVII e XVIII referem as antas como elementos destacados na paisagem que serviram de marcos de divisão de propriedade. A título de exemplo registe-se o

documento de doação de uma propriedade à Misericórdia de Marvão, datado de 1693, no qual se referia a delimitação de duas propriedades pela Anta da Atalaia, situada na zona norte do concelho de Marvão. Quase cem anos depois, em 1780, outro documento de doação à mesma Misericórdia refere, com o mesmo fim, a Anta do Vale de Figueira. Infelizmente, estes documentos, como grande parte do Arquivo da Misericórdia de Marvão, foram destruídos nos finais da década de oitenta do século XX. Contudo, se os referidos documentos anteriores ao século XIX não atribuem qualquer relevância às antas enquanto monumentos históricos, outros há, ainda do século XVIII, que as reconhecem como elementos patrimoniais. Para além da multiplamente referida lista de antas de Mendonça e Pina, elaborada em 1733, na qual se regista a Anta de Nisa, provavelmente um monumento que, anos mais tarde, em 1877, Motta e Moura localiza no Rossio de Nisa e hoje desaparecida, conhece-se, um interessantíssimo manuscrito anónimo existente na Biblioteca Pública de Évora, intitulado *Antiguidades de Alter do Chão*, datável dos finais do século XVII, ou inícios do XVIII, no qual se referem nove antas nas imediações de Alter do Chão. Neste manuscrito o seu anónimo autor reporta-se às antas como “edifícios dos antigos”, a par de outros vários sítios, maioritariamente romanos, existentes no mesmo concelho. Ainda no século XVIII, nas respostas prestadas pelos párocos ao inquérito mandado elaborar após o terramoto de 1755, e vulgarmente conhecidas por “Memórias Paroquiais”, um dos párocos de Castelo de Vide, em 1758, regista a existência de “oito, ou nove antas” nas imediações desta vila. Refere-se a elas como “obra dos antigos” e, claramente, como testemunhos de interesse histórico.

Nos inícios da segunda metade do século XIX, em 1865, Pereira da Costa, com evidentes interesses científicos, desloca-se a Castelo de Vide onde procede ao levantamento e escavação de várias antas. Os resultados destes trabalhos vieram a ser publicados em 1868. Neste estudo, “*Descrição de Alguns Dolmens ou Antas de Portugal*”, Pereira

da Costa regista, igualmente, outros monumentos do distrito de Portalegre, como os de Nisa, Crato e Monforte, para além de outros dólmenes existentes noutras zonas do País.

O importante estudo de Pereira da Costa marca o início de uma nova época no conhecimento dos monumentos megalíticos. Após a publicação da "Descrição" até aos inícios do século XX, múltiplas referências e por vários autores começam a aparecer referindo-se a monumentos megalíticos no norte do Alentejo. Motta e Moura (1877), Filipe Simões (1878), Possidónio da Silva (1882), Vitorino de Almada (1889), Júlio Basso (1895), Matos Silva (1896) e Leite de Vasconcelos (1896) referem a presença de antas nos concelhos de Nisa, Crato, Elvas e Ponte de Sor.

Nos inícios do século XX, sobretudo estimulados por Leite de Vasconcelos, Matos Silva, na região da Ponte de Sor e Tavares Proença Júnior, escavam diversos monumentos no distrito de Portalegre. As "excursões" que Leite de Vasconcelos promove a esta região do Alentejo, sobretudo acompanhado por Matos Silva, originam escavações em série em monumentos da Ponte de Sor, Crato e Fronteira.

Em 1924, Laranjo Coelho divulga algumas antas do concelho de Marvão, mas que já eram conhecidas de Leite de Vasconcelos desde os princípios do século, conforme se constata na correspondência trocada com António Maçãs.

Desde a informação de Laranjo Coelho até ao fim da Segunda Guerra Mundial denota-se uma estagnação nas referências a estudos ou escavações em monumentos megalíticos nesta região.

Entre 1950 e 1957, Dias de Deus e Abel Viana desenvolvem prospecções e escavações em monumentos da região de Elvas e Castelo de Vide. Em 1953, Afonso do Paço, ao elaborar a Carta Arqueológica de Marvão, inventaria 24 antas naquele concelho. Em 1954, Irisalva Moita, estuda vários sepulcros megalíticos no Alentejo dos quais se destacam os da Ponte de Sor. Será, contudo, quando em

1959 é publicado o *corpus* relativo ao Alentejo, por Georg e Vera Leisner, que se passa a ter uma visão alargada, ainda que sectorial de todo o megalitismo funerário do norte do Alentejo. No entanto, os volumes do *Die Megalithgraber*, tanto pela sua restrita distribuição, mas sobretudo pela língua em que se encontram escritos, tornaram-se praticamente inacessíveis aos que posteriormente continuaram a interessar-se sobre esta temática. Sinal desta inacessibilidade constata-se na Carta Arqueológica do Concelho de Castelo de Vide, publicada em 1975, na qual se inventariam os monumentos megalíticos deste concelho, sem que nela se refira esta obra de Georg e Vera Leisner. O casal Leisner inventaria 410 sepulcros megalíticos em todo o distrito de Portalegre sem, contudo, se referir, expressamente, à presença de nenhum menir. As primeiras referências a menires nesta região ocorreram pela pena de Martins Barata (1965) e Mário Saa (1967), respectivamente o da Meada e o do Carvalhal, ambos em Castelo de Vide. Contudo, para Mário Saa, o monumento do Carvalhal não seria mais do que um marco territorial dos Templários.

Após o grande inventário do casal Leisner, sobretudo os monumentos do Crato e Alter, entre 1966 e 1975, são objecto de frenéticas escavações por parte de Agostinho Farinha Isidoro que, também, inventaria alguns sepulcros no concelho de Portalegre.

Após o 25 de Abril de 1974 emergem vários grupos culturais por toda a região que promovem levantamentos patrimoniais onde os monumentos megalíticos merecem especial referência. Assim, em Marvão, Elvas, Avis, Ervedal, Portalegre, Crato e pouco tempo depois, também, em Castelo de Vide diversas campanhas de prospecções e algumas escavações em monumentos megalíticos são efectuadas, maioritariamente, por grupos de amadores.

Em 1977, Jorge Pinho Monteiro e Mário Varela Gomes escavam e publicam os menires do Vale de Sobral, no concelho de Nisa.

Nos finais da década de setenta e inícios da de oitenta os monumentos megalíticos funerários da zona norte do concelho de Nisa

são objecto de inventários sistemáticos por parte de equipas lideradas por João Caninas e Francisco Henriques e os seus resultados publicados. Também nos inícios da década de oitenta, uma equipa dirigida por Victor Gonçalves, escava a anta dos Penedos de S. Miguel e sonda a do Tapadão, situadas nas imediações da vila do Crato.

Pela mesma altura e na sequência de prospecções anteriores, dou início, de uma forma sistemática e continuada, ao estudo do megalitismo da bacia hidrográfica do Rio Sever, cujos resultados foram sendo publicados sectorialmente e que justificaram, posteriormente, uma síntese editada em 1997. De 1995 a 2004 o estudo do megalitismo desta região focou-se nas sepulturas de xisto da foz do Sever, com especial incidência no conjunto bem preservado localizado na margem direita, no Termo Municipal de Cedillo.

Em meados da década de noventa, através de um projecto do IPPAR, Rui Parreira, inventaria e procede ao diagnóstico do estado de conservação dos monumentos megalíticos do concelho do Crato e de alguns da zona sul do concelho de Nisa, cujos resultados nunca foram devidamente publicados, conhecendo-se, apenas, a versão em formato de tese de mestrado

Nos finais dos anos noventa, através de outro projecto do IPPAR, coordenado por Ana Carvalho Dias, as antas de Elvas são objecto de realocização, inventário e limpeza e é, então, promovido o roteiro turístico das Antas de Elvas.

Em 1999, o Grupo Pontis promove a Carta Arqueológica da Ponte de Sor, através da qual são inventariadas mais de trinta antas e um "cromeleque" na área daquele concelho.

Em 2000, por convite da Região de Turismo de S. Mamede, coordeno o projecto Paisagens Megalíticas do Norte Alentejano. Através deste projecto promove-se o inventário de cerca de seiscentos e cinquenta sepulcros megalíticos, quinze menires isolados e dois "cromeleques" nos quinze concelhos abrangidos pela região de turismo. Decorrente deste projecto organizaram-se roteiros turísticos

dos principais monumentos e criou-se o Centro de Interpretação do Megalitismo do Norte Alentejano, em Castelo de Vide.

Leonor Rocha, em 2001, publica os resultados da escavação que desenvolveu na anta dos Coutos dos Algarves, em Monte da Pedra.

Em 2005, André Carneiro publica na Carta Arqueológica de Fronteira cerca de vinte sepulturas megalíticas que identificou naquele concelho.

Entre 2003 e 2006, na sequência de um protocolo estabelecido entre a Universidade de Évora e a Coudelaria de Alter, coordeno os trabalhos de estudo de três sepulcros megalíticos e dois povoados do Neolítico antigo na área agrícola daquela coudelaria, cujos resultados foram publicados em 2006.

Entre finais do século XX e até à atualidade outros trabalhos têm vindo a ser realizados no concelho de Monforte, os primeiros dirigidos por Rui Boaventura e, mais recentemente, por Leonor Rocha e Paula Morgado.

No âmbito do Projecto Arqueologia Rural do Rio Sever, patrocinado pelo Município de Marvão, Leonor Rocha tem vindo a desenvolver nos últimos anos trabalhos arqueológicos na zona de Vidais, no concelho de Marvão, especialmente conducentes à recuperação da muito vandalizada Anta da Tapada do Castelo.

Por convite do Município de Nisa, desde 2015, coordeno o projecto MEGANISA que tem como objectivo o estudo e valorização de três dólmenes (Saragonheiros) e o Menir do Patalou.

Será com base na informação disponível para esta zona do Alentejo, provavelmente a única que no Sul foi objecto de estudos sistemáticos e continuados, nos últimos vinte e cinco anos, que se organiza a presente reflexão que poderá conduzir a um novo e alargado projecto de investigação.

A ARQUITECTURA FUNERÁRIA

Se exceptuarmos os levantamentos de Georg e Vera Leisner e, quase na mesma altura, as referências de Irisalva Moita, verificamos que do Megalitismo do Alentejo Norte foi apenas estudado e divulgado aquele que pela sua monumentalidade mais se destacava. Agostinho Isidoro fez incidir os seus trabalhos de escavação sobre grandes monumentos de Alter e Crato, como a Anta Grande do Tapadão. Abel Viana e Dias de Deus, na região de Elvas, igualmente actuaram, quase exclusivamente sobre dólmenes monumentais. Assim, até há pouco tempo a visão que se tinha do megalitismo da zona norte do Alto Alentejo resumia-se às grandes antas, formadas, maioritariamente, por esteios de granito, definindo uma câmara poligonal regular e um corredor mais ou menos alongado. Contudo, nos últimos anos, outros monumentos desta região têm merecido a atenção dos arqueólogos. Reportamo-nos aos levantamentos de João Caninas e Francisco Henriques, na região de Nisa, e aos trabalhos de escavação que temos efectuado nalguns desses sepulcros e em menires dos concelhos de Marvão, Nisa e Castelo de Vide. A partir destes estudos começou a ser noticiada uma outra realidade do megalitismo funerário, até aí quase completamente esquecida. Referimo-nos às pequenas sepulturas obtidas com lajes de xisto organizadas em grandes necrópoles que coroam as principais linhas de cumeada que se elevam sobre as linhas de água directamente tributárias do Tejo.

Trata-se, maioritariamente, de estruturas dolménicas em forma de saco sem uma clara diferenciação da câmara e corredor, quer em planta, quer em alçado. Formadas, por norma, por múltiplos esteios, onde, nem sempre se destaca um de cabeceira. Eram guarnecidas por uma mamoa formada por pequenas lajes de xisto e revestida exteriormente por blocos de quartzo leitoso. Pelas pequenas dimensões dos seus esteios, de fácil transporte e montagem, pelas

características dos solos onde se implantam e pela especificidade dos artefactos fúnebres, temos vindo a defender que os construtores destes pequenos sepulcros teriam desenvolvido uma economia assente, maioritariamente, na pastorícia o que contribuiu para uma vivência pouco sedentária e portanto incapaz de congregar um número avultado de pessoas que a construção de um dólmen de grandes, ou mesmo médias dimensões, obrigava.

Procurando neste distrito outros paralelos para esta realidade encontramos-os nas imediações de Monforte, no sítio da Rabuje, em Montargil, nas quase desaparecidas antas da Herdade de Portugal (Montargil), na do Couto dos Algarves, no Crato (esta em granito), nas margens do Guadiana, a Sul de Elvas e a nascente de Sousel. Em qualquer destes locais os solos têm pouca aptidão agrícola (classes D e E) e a pastorícia ainda há pouco tempo marcava presença.

Pelo contrário, em solos maioritariamente de classe C e também nalguns de classe D, leves e bem drenados, encontram-se os monumentos de maior dimensão e que marcam, sobretudo pela sua volumetria e riqueza de espólios, a visão tradicional que se tem do Megalitismo Alentejano.

Estes sepulcros apresentam, essencialmente, câmaras poligonais, mais ou menos regulares, de sete a nove esteios, com corredores de dimensões variadas e cobertos por mamoadas, construídas de diferentes formas. Nestas encontramos fortes carapaças líticas, mamoadas apenas de terra, mamoadas de saibro e argila e mamoadas compósitas, onde uma estreita carapaça de pedra miúda que se adossa directamente aos esteios é envolvida por uma colina de terra compactada e eventualmente delimitada por blocos de pedra de maior dimensão. Ainda que mais raros, provavelmente destruídos pelas fainas agrícolas, reconhece-se a existência de átrios que antecedem o corredor. Estes átrios tanto ocorrem em monumentos de corredor curto como longo, ou mesmo nos de pequena dimensão obtidos em xisto.

Os esteios destes sepulcros foram maioritariamente implantados em alvéolos abertos na rocha de base e calçados com pequenos blocos de pedra reconhecendo-se, frequentemente, entre estes elementos de moinho, maioritariamente dormentes, fracturas intencionais.

Tem-se vindo a constatar que os monumentos de maior dimensão, por norma implantados em zonas proeminentes, são secundados por outros mais pequenos, denotando-se uma provável hierarquização funerária e que, igualmente, transparece nos conjuntos artefactuais que comportam.

Considerando o investimento em energia necessária à construção destes sepulcros só comunidades sedentárias, dependendo maioritariamente da agricultura, ainda que secundadas pela caça e pastorícia, poderiam organizar-se e disponibilizar várias dezenas de homens, quando não mais de uma centena, para cortarem, transportarem e montarem blocos de pedra, alguns pesando mais de uma dezena de toneladas.

Também encontramos nestes monumentos uma panóplia de artefactos, dos quais se destacam os objectos de adorno e os talhados em sílex, sinal claro da capacidade de produção de excedentes compatível com a elite tumulada e da capacidade de promoverem trocas a longas distâncias que a presença destes artefactos implicava. Paralelamente, e ao contrário do que ocorre nos pequenos monumentos de xisto, a presença abundante de recipientes de cerâmica e de elementos de mó, artefactos directamente relacionados com as comunidades agrícolas, parece confirmar a nossa interpretação. A presença de cinábrio, corante extremamente raro e apenas existente a centenas de quilómetros desta região que polvilha grandes manchas, ou ocorre em grandes concentrações no interior dos dólmenes de grandes dimensões, comprovam a poderosa capacidade económica destas comunidades para fazerem permutas a largas centenas de quilómetros.

Assim sendo, parece que a diversidade arquitectónica que se evidencia nos monumentos do distrito de Portalegre resulta mais da maior, ou menor capacidade para congregar a força necessária à construção dos monumentos do que da matéria-prima em que foram construídos.

Com raras excepções verifica-se que a matéria-prima utilizada na construção dos sepulcros corresponde ao substrato geológico onde se implantam. Existem, contudo, alguns casos em que os construtores destes monumentos optaram pela incorporação de esteios, ou coberturas obtidos a, por vezes, quase uma dezena de quilómetros de distância. Como exemplo desta situação registe-se a Anta dos Pombais, em Marvão, situada em solos xistosos das margens do Sever, formada por esteios extraídos localmente, mas cuja cobertura da câmara é talhada em granito.



Figura 2 – Mamoia da Anta dos Pombais



Figura 3 – Chapeu de granito da Anta dos Pombais



Figura 4 – Mamoá da Anta da Bola da Cera



Figura 5 – Mamoa da Anta da Figueira Branca



Figura 6 – Anta da Figueira Branca: escavação do silo no interior da câmara

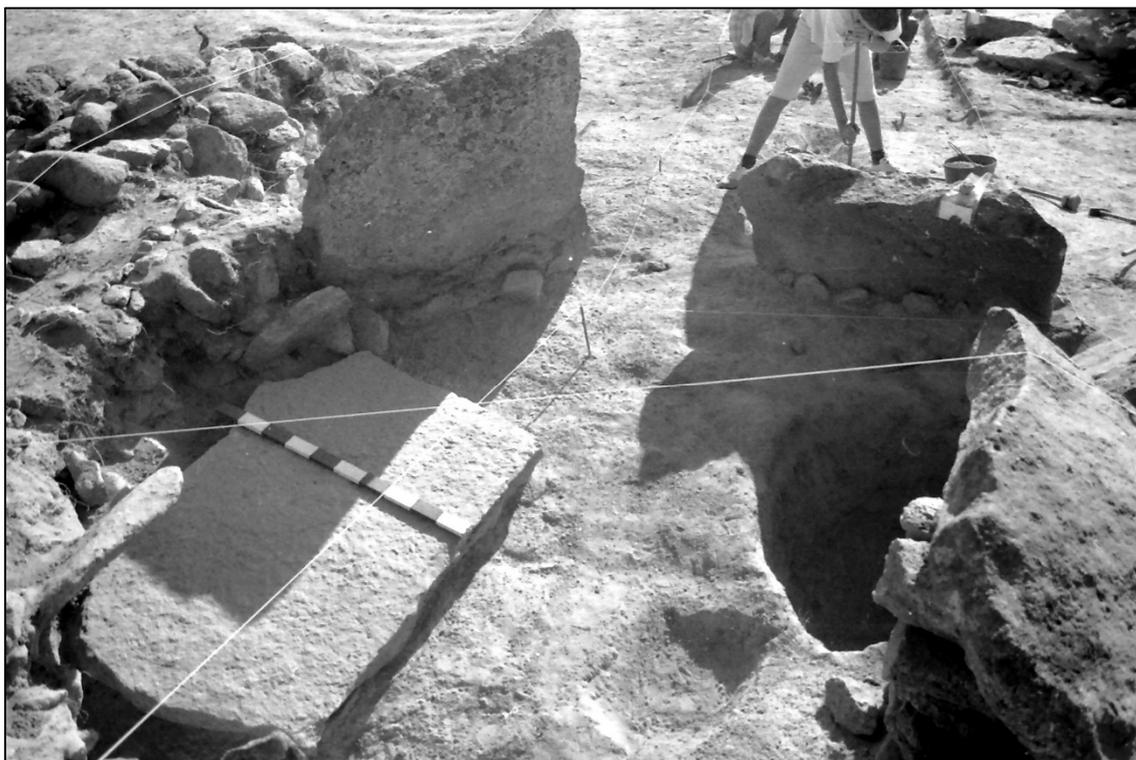


Figura 7 – Anta da Figueira Branca: silo no interior da câmara



Figura 8 – Anta da Cabeçada: silo no interior da câmara



Figura 9 – Anta da Tapada dos Matos: silos na mamoa



Figura 10 – Anta da Figueira Branca: elemento de mó manual na mamoa



Figura 11 – Anta das Castelhanas: elemento de mó manual na mamoa

OS ARTEFACTOS

Se analisarmos os conjuntos artefactuais recolhidos nos diferentes monumentos, quer nas variantes dos localizados junto ao Tejo, quer nos que se implantam em solos graníticos, poderemos reconhecer, independentemente de distintos e possíveis posicionamentos crono-culturais, associações que parecem reforçar as nossas anteriores afirmações ou hipóteses.

A primeira conclusão que resulta de uma contagem geral dos materiais arqueológicos recolhidos em monumentos de xisto é a de que os recipientes cerâmicos estão ausentes nos sepulcros de pequenas dimensões. Em seis dos sete monumentos estudados, tanto na margem portuguesa como na espanhola, não se registaram materiais cerâmicos. A única excepção para esta ocorrência verifica-se no monumento da Charca Grande de la Regañada (Cedillo) que, também pelas suas características arquitectónicas, se afasta dos restantes sepulcros. Na verdade, foi neste monumento que se recolheram, até

agora, os únicos seis vasos muito fragmentados em todo este grupo de monumentos. Comparativamente, a média de recipientes cerâmicos em sepulcros do grupo que se implanta na zona granítica é de 36,7 vasos por monumento. Neste conjunto haverá que salientar os oitenta e cinco vasos recolhidos na anta da Bola da Cera, dólmen de corredor curto, situado no Concelho de Marvão, os cerca de quarenta recolhidos na anta de S. Gens 2, em Nisa, igualmente de corredor curto e os apenas cinco vasos identificados na anta 1 dos Coureleiros, dólmen de corredor longo situado no Concelho de Castelo de Vide.

Outro aspecto que se destaca, quando se compara o número médio de artefactos nos dois grupos, é a grande aproximação de valores para os artefactos de pedra polida. Embora em número superior nos monumentos de granito (média de 3,4 por sepulcro), não se afasta, contudo, muito do valor registado em túmulos de xisto (média de 2,6 por sepulcro). Nos monumentos da zona granítica foi a anta da Cabeçada (Marvão) a que forneceu mais instrumentos em pedra polida, registando-se 9 peças. No grupo de sepulcros de xisto o que forneceu maior número de machados e enxós foi a pequena sepultura da Fonte da Pipa, em Nisa, com quatro peças.

Outro conjunto de artefactos que merece consideração, sobretudo pelo seu afastamento numérico entre os dois grupos de monumentos é o das pontas de seta. A média de pontas de seta por monumento da zona dos granitos ultrapassa o número de 56, enquanto nos monumentos de xisto se fica por 3,6 pontas de seta, por sepulcro.

No que diz respeito a artefactos como lâminas e geométricos, embora sempre em número superior nos monumentos de granito, proporcionalmente, não se registam grandes afastamentos ao número médio de ocorrências em monumentos de xisto.

Os objectos de adorno, tais como contas de colar e pingentes, estão presentes nos dois grupos, denotando-se, contudo, diferenças no maior número e sobretudo na melhor qualidade da pedra e acabamento nos recolhidos em sepulcros situados na zona granítica.

Outro objecto que ocorre com denotada diferença proporcional nos dois grupos são os elementos de mó, tanto dormentes, como moventes. Nos sepulcros da zona granítica chegam a registar-se mais de cem elementos de mó por sepulcro, enquanto o número médio deste tipo de objecto recolhido em túmulos de xisto não ultrapassa as duas peças (figs. 9 e 10).

Num cômputo geral verificamos, igualmente, que a média de artefactos por monumento da zona granítica ultrapassa o número de 134, enquanto a média nos sepulcros da zona xistosa baixa, significativamente para 11 peças por sepultura.

No que aos ídolos-placa diz respeito as diferenças são abismais. Até ao presente apenas duas peças idoliformes foram identificadas em monumentos de xisto. No monumento da Fonte da Pipa, em Nisa, identificaram-se duas placas obtidas em arenito, com recorte subrectangular, e sem decoração, semelhantes às recolhidas no provável átrio da Anta da Horta, na Coudelaria de Alter. Reconhecendo-se hoje que este tipo de artefactos teriam centros de produção e seriam trocados a longas distâncias, parece que as comunidades da margem do Tejo, ou estariam fora das rotas comerciais, ou não teriam excedentes em número suficiente para poderem obter estes "objectos de luxo".

Estamos, assim, no que aos conjuntos artefactuais diz respeito, perante ambientes completamente distintos, resultantes, seguramente, não de significativos afastamentos cronológicos, mas de contextos económicos e sociais diferentes.



Figura 12 – Anta da Tapada dos Matos: materiais do corredor



Figura 13 – Anta da Horta, quadrado O10



Figura 14 – Anta da Horta, ídolos placa



Figura 15 – Anta da Fonte da Pipa: ídolo placa

OS MENIRES - o percurso da investigação do megalitismo menírico

Se para o megalitismo funerário do norte do Alentejo possuímos avultada informação e desde época bastante recuada, já no que à componente menírica diz respeito, apenas a partir de meados do século XX começamos a ter notícias destes sempre enigmáticos monumentos. Foi necessário chegar a 1965 para encontrarmos a primeira referência a menires nesta região e pela pena dum investigador que até nem se assumia, propriamente, como arqueólogo.

Martins Barata, em 1965, noticia pela primeira vez o Menir da Meada, situado no concelho de Castelo de Vide e pensa reconhecer no monumento do Carvalhal um esteio de anta. Dois anos depois, Mário de Saa (Saa, 1967: 184-187) refere-se explicitamente, pela primeira vez, ao menir do Carvalhal, situado, igualmente, no concelho de Castelo de Vide. Trata-se das primeiras referências a menires nesta região da Península. Enquanto Martins Barata se limita a descrever o monumento da Meada, Mário de Saa compreende-os como monumentos pré-históricos utilizados pelos Cavaleiros da Ordem do Templo, como marcos de delimitação das suas terras. Mário de Saa, baseando-se no documento de *Doação da Azafa* que o Rei D.Sancho I fez à Ordem do Templo, publicado por Fr. Bernardo da Costa, na *Historia da Ordem de Nosso Senhor Jesus Christo*, em 1771, tenta delimitar as terras da *Azafa* chegando à conclusão que a grande construção romana da Torre do Azinhal, hoje praticamente destruída, que se situa no actual concelho de Marvão, o Menir da Meada e o do Carvalhal teriam servido de demarcação das terras doadas aos Cavaleiros do Templo. No documento apresentado por Fr. Bernardo da Costa, que descreve o território da *Azafa*, lê-se ainda " Partitur nanque cum Agitania a Tago usque ad flumen de Ponsul, deinde ad capud Mercores. Quomodo vavid ad capud Cardosa. Partitur enim ultra Tagum per focem da Frieirosoo, quomodo intrat in Tagum, deinde ad

rostrum de Mrliça, et vavit ad Maontaret [...] (Costa, 1777:226). Se considerarmos a interpretação que Mário de Saa faz deste documento, poderemos, provavelmente, encontrar nele a mais antiga referência a uma sepultura megalítica nesta região. O atrás referido "rostrum de Mrliça" poderia ser a anta da Melriça situada no concelho de Castelo de Vide, monumento que por se destacar na paisagem poderia ser considerado como "rostrum".

É, assim, já nos finais da década de sessenta que se noticiam, pela primeira vez, menires na zona de Portalegre. Embora nesta região a referências a menires só ocorra desde 1965, em Portugal data de 1864 a primeira clara descrição deste tipo de monumentos. Deve-se a Simão Rodrigues Ferreira a identificação do Marco de Luzim, no concelho de Penafiel, o primeiro menir a ser referenciado em Portugal. Pereira da Costa, em 1868, regista um menir no Monte da Pedreira, no concelho de Fafe, descrevendo, igualmente outros no distrito de Castelo Branco. Sá Vilela, em 1876 informa de presença de vários menires junto a Castelo de Paiva. Mas será sobretudo com Estácio da Veiga, em 1886, ao publicar as notáveis *Antiguidades Monumentais do Algarve* que a palavra menir, ou menhir mais se divulga. Contudo, um longo período de quase total esquecimento sobre este tipo de monumentos vai passar. Basta-nos recordar que só em 1970, pela pena do médico José Pires Gonçalves, se noticiam os menires da região de Monsaraz, uma das zonas mais ricas em monumentos megalíticos de toda a Península Ibérica e onde se regista a maior concentração de menires, isolados, ou em grupo. Contudo, comparativamente com o conhecimento das sepulturas megalíticas os menires mantiveram-se e, de alguma forma ainda se conservam, pouco divulgados e estudados. Múltiplas razões poderão explicar a não referência e sobretudo o desinteresse por este tipo de monumento megalítico. De entre outras sobressaem as relacionadas com as práticas religiosas judaico-cristãs que proíbem qualquer culto às pedras. Já no Antigo Testamento encontramos referências a estas prescrições e estão sobejamente

documentados os actos de destruição de monumentos megalíticos, sobretudo menires durante a Idade Média, no Norte de França, por ordem de bispos e clérigos. Por outro lado, as tradicionais descrições de descoberta de lendários tesouros em sepulturas megalíticas, não se aplicariam, naturalmente aos menires, porque quem quer que o tentasse nada encontraria, ao contrário do que acontece com os dólmenes, onde sempre uma ponta de seta, ou um machado, por norma, qualquer caça tesouros encontra, levando ao desinteresse popular por aquele tipo de monumentos. Acresce a estas razões a pouca estabilidade e resistência que estes monumentos oferecem aos elementos naturais e sobretudo a abalos sísmicos, contribuindo para que, especialmente os de maiores dimensões e por isso os que mais facilmente poderiam despertar maior interesse se encontrem, por norma, tombados ou partidos e nalguns casos parcialmente soterrados. Mas a fractura ou a simples deposição da maior parte dos menires, sobretudo os de maiores dimensões, parece ter ocorrido ainda nos finais da Idade da Pedra, ou inícios da Idade dos Metais. A presença das enigmáticas covinhas na maior parte dos menires tombados, exclusivamente na face exposta, parece deixar entender que a sua gravação, terá ocorrido ainda na Pré-História. Assim sendo, poderemos considerar como provável que a perda de identidade e significado cultural dos menires terá ocorrido intencionalmente entre os finais do Neolítico e a Idade do Bronze, com especial relevância durante o Calcolítico.

Desde a nossa última síntese sobre os *Menires do Distrito de Portalegre* publicado em artigo, na revista *Ibn Maruán* nº 9/10 (Oliveira & Oliveira, 1999/2000), foram por nós identificados novos monumentos, em diferentes concelhos, no âmbito das nossas pesquisas.

Acrescentamos, assim, ao inventário dos menires que publicámos em 2000 mais um provável recinto, o da Laje da Prata (Nisa), cinco menires isolados, o da Fonte do Cão (Nisa), o do Caminho

da Forca (Castelo de Vide), o do Castelo Velho (Castelo de Vide), e o de Santo Ildefonso (Arronches) e os menires incorporados em antas situadas no interior da Coudelaria de Alter, a saber, dois na Anta da Soalheira, um na Anta de Vale de Carreiras 2 e outro na Anta Várzea Grande. No concelho de Portalegre fomos recentemente informados para a existência de um bloco de granito imposto verticalmente no terreno. Este monólito, situado no Monte do Milhar da Santa, com cerca de 1,75m acima do solo, poderá tratar-se de um menir, ou de uma estela antropomórfica. Só com estudos mais aprofundados poderemos esclarecer de que tipo de monumento se trata. Assim, actualmente conhecem-se no distrito de Portalegre quinze menires isolados, cinco incluídos em antas, quatro grupos de menires e dois afloramentos meníricos.

Entre os menires desta região efectuámos estudos específicos no da Água da Cuba, localizado em Marvão, em 1981, no do Carvalho, localizado em Castelo de Vide, em 1992, no da Meada, também situado em Castelo de Vide, em 1993 e no do Patalou, no concelho de Nisa, em 2015. De entre estes menires tivemos a sorte de identificar carvões no interior dos alvéolos do grande Menir da Meada e no do Patalou, que foram submetidos a datação por radiocarbono.



Figura 16 – Menir da Meada em fase de escavação



Figura 17 – Menir da Meada: recolha de carvões



Figura 18 – Menir da Meada após restauro



Figura 19 – Menir do Patalou em fase de escavação



Figura 20 – Menir do Patalou após restauro

A PROBLEMÁTICA DAS CRONOLOGIAS ABSOLUTAS

Se monumentos enigmáticos existem, os menires serão seguramente um deles. Em torno destes testemunhos colocam-se variadíssimas questões desde a sua funcionalidade e simbologia, quer quando isolados, quer quando em grupo, ou à sua relação com o

espaço, ou com os astros. A sua reutilização funcional ou meramente decorativa tem contribuído ainda mais para levantar e aprofundar estas e outras questões. Praticamente desde as primeiras referências científicas a estes monumentos que se procedeu à sua colagem cronocultural ao megalitismo funerário, especialmente o dolménico, estabelecendo-se uma estreita relação de continuidade funcional, mas sobretudo simbólica. Mas se logo desde os inícios dos estudos sobre megalitismo funerário se ensaiaram várias esquematizações evolutivas para as sepulturas, independentemente da existência de datas absolutas, no que aos menires diz respeito apenas se ensaiaram algumas possibilidades de posicionar culturalmente em universos separados os menires em grupo dos menires isolados. Naturalmente que várias razões se podem identificar para justificar a ausência de reflexões mais profundas sobre esta matéria, comparativamente, por exemplo, ao megalitismo funerário. Das principais convém destacar o número muito reduzido de menires em relação aos sepulcros e, por consequência, um muito menor conjunto de trabalhos realizados, ou investigadores que sobre eles se tivessem debruçado. Veja-se, a título de exemplo, como o Casal Leisner, que praticamente escrutinou todo o megalitismo funerário peninsular e que estranhamente quase ignorou a presença de menires. Por outro lado, poderemos também relacionar algum desinteresse por estes monumentos, ou por estarem maioritariamente tombados, ou por teoricamente nenhum espólio a eles estar associado. Praticamente só a partir dos finais da década de setenta do século XX é que se iniciaram trabalhos de escavação, cientificamente e directamente dirigidos a menires. Infelizmente, ou porque os alvéolos estavam muito remexidos, ou porque, na verdade, nenhuma matéria orgânica se tivesse preservado foi necessário efectuarmos a escavação e reabilitação do Menir da Meada (Castelo de Vide), em 1993, para conseguirmos obter uma datação absoluta. Tratava-se duma amostra de carvão recolhida no fundo do alvéolo, encostado ao menir, em zona perfeitamente conservada, sob os blocos

que calçavam o monumento e envolta em argila. Essa amostra submetida a datação por radio carbono forneceu a seguinte data: Utc-4452: 6022±40 BP, que calibrada a 2 sigmas resultou em 4810 a 5010 cal BC. Quando em 1996, no decurso do 1º Colóquio Internacional sobre Megalitismo, realizado em Monsaraz, divulgámos publicamente esta data a incredibilidade e a estupefacção foi geral entre os investigadores presentes. Contudo, a partir desse momento, a contemporaneidade dos menires e das antas começou claramente a ser questionada, sobretudo em relação aos monumentos funerários mais complexos, ainda que já anteriormente e apenas por via de análises estratigráficas se reconhecesse alguma anterioridade dos menires em relação aos dólmenes. Aqui devemos destacar o singular monumento da Granja de S. Pedro, em Idanha-a-Nova. Em boa verdade os investigadores que o estudaram afirmaram peremptoriamente que os menires já aí se encontravam quando o sepulcro foi construído (Almeida e Ferreira, 1971). Outros estudos entretanto promovidos vieram reforçar o mais que provável posicionamento dos menires no Neolítico mais antigo. Toda a polémica que se gerou em torno dos Menires do Padrão a propósito da ligação cultural destes monumentos com os carvões da camada C2 que foi possível datar de meados dos 6º milénio (5480-5242 cal AC; 5580-5350 cal AC) (Gomes, 1997:176), ou os materiais atribuídos ao Neolítico antigo identificados junto aos menires da Caramujeira (Gomes, 1997: 175), ainda que muito contestados e objecto de várias revisões e interpretações, somados às informações decorrentes dos trabalhos efectuados nos recintos megalíticos de Almendres e Portela de Mogos, junto dos quais se registaram ocupações atribuíveis, igualmente, ao Neolítico antigo, vinham, gradualmente, a reforçar a percepção da grande antiguidade destes monumentos. Se a data do menir da Meada foi então considerada duvidosa por ser muito mais antiga em relação ao espectável, todas as outras entretanto obtidas, maior controvérsia ainda geraram porque apenas, de uma forma

indirecta, se podiam ligar aos menires. No decurso da recente escavação e recuperação do menir do Patalou, no concelho de Nisa, foi-nos possível recolher e datar uma amostra de madeira carbonizada obtida no interior do alvéolo que forneceu a seguinte data: Beta-416341: 5420±30BP, que calibrada resulta em Cal BC 4340 a 4235 (Cal BP 6290 a 6185). Com esta data agora obtida valida-se a que já anteriormente possuíamos para o Menir da Meada (Utc-4452: 6022±40 BP, que calibrada a 2 sigmas resultou em 4810 a 5010 cal BC), cuja amostra de carvão foi recolhida em situação e contexto idêntico. Confirma-se, assim, o posicionamento cultural dos menires no seio do Neolítico antigo e reafirma-se a anterioridade dos menires em relação, pelo menos, à fase plena do megalitismo dolménico. O curto afastamento cronológico do menir da Meada, cerca 550 anos mais antigo do que o do Patalou, poderá explicar a diferença volumétrica entre dois menires que se distanciam entre si pouco mais de 10Kms? O menir da Meada com 7,52 metros de altura e quase 18 toneladas de peso assume-se como o maior da Península Ibérica e consubstanciará, naturalmente, um momento de apogeu dos rituais subjacentes a estas manifestações. Cerca de 550 anos depois, a curtíssima distância, em contexto ambiental idêntico, ergue-se outro menir, apenas com 4 metros de altura e a rondar as 7 toneladas. Poderá esta acentuada diferença volumétrica e conseqüentemente implicando metade do investimento energético necessário à sua erecção, revelar já algum declínio destas práticas rituais, pouco mais de 500 depois do seu apogeu? Se neste momento pelo menos para os menires isolados já temos um posicionamento crono-cultural seguro, importa agora compreender estas datas com as obtidas para alguns monumentos megalíticos funerários, sobretudo para as amostras recolhidas em mamoadas, ou na base dos sepulcros que se aproximam das datas dos menires e se afastam das datas obtidas a partir de tumulações no interior dos dólmens.

Se as datas obtidas para depósitos funerários no interior dos dólmenes e que até agora têm servido de referência para datar o megalitismo funerário (3º a 4º milénios a.C.) se afastam substancialmente das datas confirmadas para os menires da mesma região já outro conjunto de datas, algumas obtidas para os mesmos sepulcros, mas provenientes de unidades estratigráficas distintas aproximam-se das datas obtidas para os menires e das recolhidas em ambientes de povoados conotados com o Neolítico antigo da mesma região. Paralelamente, temos vindo a registar um número crescente de menires incorporados em sepulturas megalíticas, reaproveitados integralmente ou adaptados, como o que actualmente estudámos na Anta 1 dos Saragonheiros, em Nisa (monumento em fase de estudo).

Decorrem destas observações um conjunto de questões que estão por resolver e que se prendem, em grande medida, com a sequência, ou sequências cronológicas das manifestações megalíticas desta região.



Figura 21 – Menir na câmara da Anta da Várzea Grande



Figura 22 –Anta da Soalheira e menir junto ao corredor

Parece ser hoje consensual a existência de uma grande anterioridade dos menires em relação aos sepulcros megalíticos do tipo dólmen. Se aceitarmos essa anterioridade, a presença, que começa a ser hoje já recorrente, de menires no interior de estruturas funerárias dolménicas, poderá ter, pelo menos, três explicações possíveis. A mais simplista dir-nos-ia que devido a uma economia de recursos, os construtores de dólmenes recorreriam àquelas pedras já talhadas e aproveitavam-nas para a construção dos sepulcros. Uma segunda hipótese dir-nos-á que a inclusão dos menires se ficaria a dever a algum ritual que obrigaria os construtores de antas a remover os menires e a incluí-los na sua estrutura. Uma terceira hipótese dir-nos-ia que os dólmenes foram construídos no mesmo local onde se situava já anteriormente o menir, incluindo-o na sua estrutura e mantendo uma sacralização do espaço. Provavelmente todas as hipóteses poderão coexistir, contudo, e independentemente da existência, ou não, de menires na estrutura construtiva dos dólmenes, estão disponíveis, há já alguns anos, um conjunto de datas, consideradas

demasiado antigas, recolhidas em dólmenes do Norte-Alentejano e “Extremadura” Espanhola, que se aproximam da data do Menir da Meada e do Patalou e, ao mesmo tempo, das datas, em geral, já disponíveis para *habitats* do Neolítico antigo, remetendo-nos, em anos de calendário, para o V e por vezes inícios do VI milénio BC. De facto, já muitas explicações foram aventadas para minimizar o impacto que estas datas antigas teriam nas interpretações tradicionais para a origem do megalitismo, que o remete sempre para momentos de um Neolítico médio e, maioritariamente, final. Na verdade, a maior parte das datas disponíveis para os dólmenes situa-se entre o IV e o III milénios, em anos de calendário mas, igualmente, essas datas foram obtidas, maioritariamente, a partir de material ósseo. Contudo, é hoje totalmente aceite que estes sepulcros tiveram uma vida útil e funcional muito longa e com evidentes sinais de reutilizações, reabilitações e desenvolvimentos. Haverá que questionar, coisa que raramente foi feita, se as datações obtidas a partir de restos ósseos não datarão, maioritariamente, momentos finais de utilização e não do momento fundacional. Todos reconhecemos quão raro é encontrarem-se restos ósseos, passíveis de serem datados, localizados em terrenos xistosos, ou graníticos, terrenos que pela sua acidez destroem completamente a matéria orgânica. Provavelmente teremos vindo, sucessivamente, a datar ossos de momentos finais de utilização destes sepulcros. Recorde-se que as datas mais antigas e consideradas anormais resultam, invariavelmente, de carvões que, sistematicamente foram recolhidos na base dos monumentos ou, sob as respectivas mamoas, quando bem conservadas. Essas datações, porque iam contra as teorias aceites, foram sempre rejeitadas, considerando-se que se reportariam a episódios pré-megalíticos e, portanto, muito anteriores à construção dos sepulcros.

A inexistência de trabalhos em *habitats* do Neolítico mais antigo na mesma área onde se localizam os dólmenes com datas, igualmente muito antigas, e a só recente disponibilização de datações absolutas

para os contextos do Neolítico antigo, terão contribuído para que não se tivessem esboçado propostas interpretativas de ligação directa entre dólmenes, menires e *habitats* das primeiras comunidades agro-pastoris.

Os trabalhos que desenvolvemos na área da Coudelaria de Alter parecem facilitar-nos essa possível relação, ainda que, e por agora, sustentados num conjunto restrito de elementos. Vejamos os paralelos possíveis de estabelecer entre os materiais recolhidos na Anta da Horta, situada a quinhentos metros do *Habitat* da Porta do Tempo, na Coudelaria de Alter. No interior da câmara funerária, onde ocorreram diversos episódios de revisitação, identificaram-se nove fragmentos de cerâmica com decorações incisas, impressas e aplicações plásticas, cujos motivos decorativos encontram paralelo directo nas cerâmicas do *Locus* da Toca da Raposa e Locus II, do *Habitat* da Porta do Tempo, ambos do Neolítico antigo, também situados na Coudelaria de Alter. Se os paralelos ocorressem nas cerâmicas do *Habitat* do Reguengo (Coudelaria de Alter), que se situa a cinquenta metros desta anta, sempre se poderia colocar a hipótese de ter havido contaminações por arraste. Contudo, a distância, ainda significativa, entre os dois locais inviabiliza essa possibilidade. Evidentes e expressivas são as semelhanças das cerâmicas da Anta da Horta com as cerâmicas da Toca da Raposa (Coudelaria de Alter) conotada como Neolítico antigo, entre tantos outros exemplos. Iguais semelhanças encontram-se num machado de corpo picotado e de secção subcircular, recolhido na Anta da Horta e no machado, com características idênticas, recolhido na Toca da Raposa. Mas os exemplos mais significativos foram identificados no Locus II da Porta do Tempo (Coudelaria de Alter), também ele do Neolítico antigo. Neste pequeno abrigo, no nível de base, onde ocorrem, especificamente, cerâmicas decoradas, restos de talhe e indústria lamelar, recolheu-se um pendente em rocha verde. Nas cotas mais superficiais deste abrigo, em terras de arraste, identificou-se um fragmento do que parece ser um ídolo-placa, de

arenito, em fase de acabamento. Pelos exemplos apontados parecem existir demasiadas semelhanças entre os materiais da câmara da Anta da Horta e os materiais, claramente do Neolítico Antigo, do *Habitat* da Porta do Tempo, para não podermos estabelecer estreitas relações entre os habitantes do *Habitat* e os construtores, ou os primeiros tumulados deste dólmen. Se para esta anta temos evidentes relações, através dos conjuntos artefactuais, com evidências atribuíveis a momentos muito recuados do Neolítico, na Anta da Soalheira, na da Várzea Grande e na nº2 de Vale de Carreiras, situadas na Coudelaria de Alter, estão presentes, nas respectivas estruturas tumulares, menires fálicos, que nos reportam igualmente para momentos recuados do Neolítico. Perante estas realidades, teremos que colocar a questão: em que momento foram construídos os sepulcros megalíticos da Coudelaria de Alter e por semelhantes razões os outros, em situações idênticas, existentes pelo menos desta zona do Alentejo? Seguramente que em momento posterior à fase da erecção de menires. Mas se encontramos materiais, maioritariamente cerâmicos, atribuídos ao Neolítico antigo no interior dos dólmenes, onde posicionar a fase dos menires? A fase "menírica" não poderá ser muito recuada em relação à emergência dos dólmenes porque as datas obtidas a partir de carvões, recolhidos na base de antas e sob as suas mamoadas, como Castelhanas, Cabeçuda e Figueira Branca, em Marvão e mesmo a da Joaninha, em Cedillo, posicionam-se dentro das balizas cronométricas já disponíveis para os *habitats* do Neolítico antigo, o mesmo acontecendo com data do Menir da Meada e do Patalou. Suportados nestes dados teremos que aceitar que a "moda" de erecção de menires foi relativamente curta, sendo rapidamente absorvidos nos sepulcros megalíticos. A fase de erecção de menires deverá ter sido muito efémera, ou então, a explicação para as datas muito antigas nas antas e a presença de cerâmicas do Neolítico Antigo no seu interior terá que ter outra explicação. A tese das trasladações defendida por Leonor Rocha (Rocha, 2005), seguramente que é globalmente aceitável, num

sentido lato, contudo não responde ao problema das datas antigas obtidas sob as mamoas. Anteriormente e com base em evidências claras demonstrámos que alguns dos dólmenes estudados no nordeste alentejano foram construídos sobre *habitats* anteriores, onde ocorriamlareiras e silos (Oliveira, 1997 e 1998). Contudo, noutros casos tal situação não foi detectada, encontrando-se os sítios de *habitat*, todos do Neolítico antigo, bem definidos, nas imediações dos dólmenes.

O maior problema coloca-se quanto ao posicionamento relativo para a emergência dos menires. Se, de facto, eles já existiam ao tempo da construção dos primeiros dólmenes então, durante o Neolítico Antigo teremos que encontrar, pelo menos, duas fases. Uma mais antiga, durante a qual se ergueram menires e, posteriormente, uma fase de construção de sepulcros megalíticos que incorpora menires na sua estrutura funerária. A alternativa a esta interpretação poderá ser equacionada se se vier a definir, um dia, com precisão, o que se entende por Neolítico Médio. Para reequacionar toda esta problemática há necessidade de alargar as áreas de escavação das mamoas e dos *habitats* e, sobretudo, procurar encontrar matéria datável para nos ajudar a esclarecer, com precisão, a periodização do Neolítico no interior alentejano.

Pelas datas de radiocarbono disponíveis para a bacia hidrográfica do Sever, embora apenas existam duas para sepulcros da zona xistosa, verificamos que estas caem dentro dos valores cronológicos médios dos monumentos de granito. Duas amostras de carvão recolhidas na anta da Joaniña, situada no Termo Municipal de Cedillo, forneceram, respectivamente, as seguintes idades: amostra A – 3840 ± 170 anos BP; amostra B – 5400 ± 210 anos BP. A primeira amostra refere-se a carvões identificados sobre o lajeado da base do monumento, associados a um machado de anfíbolite e a uma ponta de seta de base triangular e a uma lâmina de sílex. A segunda amostra refere-se a carvões localizados entre o lajeado da base do monumento e o solão xistoso, em terras argilosas muito compactadas, sem materiais

arqueológicos associados. Se a amostra B parece corresponder a carvões ou anteriores, ou da fase inicial da construção do monumento, a segunda encontra-se perfeitamente situada nos contextos megalíticos regionais, bastante próxima da data disponível para enterramentos na Anta da Bola Cera (monumento de granito de corredor curto), situada no concelho de Marvão. Esta amostra, obtida a partir de ossos humanos queimados aos quais se associava uma placa de xisto de recorte antropomórfico, forneceu a seguinte idade: 4360 ± 50 anos BP. Igualmente, a amostra 1 da Anta da Cabeçada, monumento de corredor curto, localizado no concelho de Marvão, correspondente a carvões recolhidos na base da câmara, associados a taças abertas que forneceu a seguinte idade: 3650 ± 110 anos BP. Um outro monumento, este de corredor longo, a anta IV dos Coureiros, situada no concelho de Castelo de Vide, forneceu uma amostra de carvões recolhidos no corredor, associados a uma placa de xisto de recorte geométrico, que veio a dar a seguinte idade: 4240 ± 150 anos BP. Reconhece-se, assim, um perfeito enquadramento da amostra A da anta da Joaniña nos mesmos contextos cronológicos dos monumentos megalíticos de granito do Norte-Alentejano. No que à amostra B da anta da Joaniña diz respeito também ela é igualmente enquadrável no grupo das chamadas datas antigas do megalitismo da zona granítica. Neste grupo conhecem-se os seguintes valores: Amostra 2 da Anta das Castelhanas: 6300 ± 110 anos BP; Amostra 2 da Anta da Cabeçada: 7660 ± 60 anos BP e Anta da Figueira Branca: 6210 ± 50 anos BP.

Parece, assim, não restarem dúvidas e com base em apenas duas datas da anta da Joaniña, que os pequenos monumentos megalíticos da foz do Sever são contemporâneos dos monumentos de maiores dimensões situados no patamar granítico da Serra de S. Mamede.

Em face dos dados disponíveis parece não haver dúvidas quanto à contemporaneidade dos dois grupos de monumentos. As dissemelhanças na volumetria arquitectónica e nos conjuntos artefactuais resultariam, assim, de diferentes organizações sócio-

económicas impostas pela especificidade de recursos existentes em cada zona. No que à origem dos menires diz respeito ela parece conviver com um período imediatamente anterior à emergência das primeiras sepulturas megalíticas e eventualmente haver ainda alguma convivência cultural entre as duas realidades mas durante um curto espaço de tempo, vindo a “cultura menírica” a perder importância à medida que o megalitismo funerário se afirmava na paisagem, incorporando directa ou indirectamente menires ou porções deles nas suas estruturas.

PERSPECTIVAS FUTURAS DE INVESTIGAÇÃO

No decurso desta breve exposição evidenciaram-se múltiplas dúvidas, e questões por resolver. Embora se trate de uma das poucas regiões onde, desde há muito, se têm desenvolvido e de uma forma sistemática, trabalhos de prospecção e escavação importa dar continuidade aos trabalhos anteriormente empreendidos tentando responder a muitas das questões que ainda se colocam. Paralelamente importa perspectivar novas linhas de investigação emergentes dos trabalhos até agora realizados e que passamos a enunciar:

a)

Estabelecer, de uma forma clara, uma periodização para o megalitismo desta região. Para esse fim torna-se fundamental obter um maior número de datações em diferentes monumentos e em diferentes locais, especialmente na base das mamoas e nos enterramentos primários, tendo por objectivo validar as datas muito recuadas até agora obtidas. Proceder a sondagens nos alvéolos dos menires, especialmente naqueles que se incorporam nas estruturas funerárias, tentando compreender se se trata de pré-existências ou foram para ali movidos.

b)

Promover a abertura de sanjas em mamoadas com potência estratigráfica perceptível até à sua base, por forma a avaliar o processo construtivo da mamoadas, mas sobretudo identificar, claramente, que elementos pétreos ou cerâmicos ocorrem. Recordemos que em praticamente todas as mamoadas, onde até agora intervimos, ocorreu grande número de elementos de mó, intencionalmente partidos e fragmentos de cerâmica, muito rolados.

c)

Tentar identificar na base das mamoadas materiais orgânicos que nos ajudem a esclarecer as datas muito antigas até agora obtidas em circunstâncias idênticas.

d)

Procurar na base das mamoadas a presença de silos abertos no substrato rochoso como nos ocorreu em diversas monumentos por nós já estudados, como seja a Anta da Figueira Branca (Marvão), Anta da Cabeçada (Marvão), Anta da Tapada de Matos (Castelo de Vide) ou na Anta 2 da Mitra e Hortinha 1, em Évora. A presença desses silos a par da presença de abundantes elementos de mó, cerâmicas roladas e carvões dispersos ou contidos em estruturas poderão indiciar, naturalmente, a sobreposição da estrutura tumular a um povoado pré-existente.

e)

Se o que se procura nas mamoadas, descrito anteriormente, ocorrer poderemos encontrar resposta para múltiplas questões. Se se observarem testemunhos de povoados sob as mamoadas poderemos justificar o diferencial cronológico entre os ossos datados recolhidos no interior dos sepulcros e os carvões obtidos na base dos monumentos, confirmado a longa vida útil destes sepulcros, ou dos espaços que ocupam.

f)

Conforme for a dispersão da presença de carvões na base das mamoaas assim poderemos confirmar, ou não a existência de lareiras mais ou menos estruturadas, logo a existência de povoados anteriores ou, simplesmente, queimadas para limpeza do espaço pré-construção do monumento.

g)

O estudo da presença de carvões na base das mamoaas, para além de possibilitar, com grande probabilidade, a datação do início da construção do monumento, facultar-nos-á a possibilidade, através do estudo antracológico, associado à recolha de pólenes do coberto vegetal existente na época e inclusive a altura do ano em que o monumento começou a ser construído.

h)

Promover rastreios por detecção remota das mamoaas dos principais monumentos, sobretudo para aqueles que já possuímos datações, torna-se de fundamental importância para nos ajudar a seleccionar as mamoaas a intervir. Se alargarmos um pouco mais essas detecções às zonas imediatamente envolventes das mamoaas poderemos vir a ter interessantes surpresas como a que ocorreu a escassos metros para poente da mamoa da Anta da Charca da Regañada onde se registou uma estrutura soterrada de forma subcircular obtida por lajeado, aparentemente relacionada com o sepulcro. Situação aparentemente semelhante ocorre no monumento que actualmente estudamos (Anta 1 dos Saragonheiros - Nisa) onde nos principais pontos cardeais, a afastamentos equidistantes da câmara funerária ocorrem grandes lajões de granito com dimensões idênticas à estrutura da Charca Grande da Regañada, cuja explicação funcional por agora desconhecemos.

Estes novos meios de detecção poderão vir a registar quer nas mamoaas, quer nas zonas adjacentes sepulturas secundárias contemporâneas ou não da utilização funerária da câmara e corredor

do monumento, ajudando-nos, provavelmente, a compreender onde se encontram tumulados aqueles que, aparentemente, não tinham direito a ser tumulados no interior dos dólmenes.

i)

O estudo cuidado das mamoas poderá, igualmente, ajudar-nos a compreender que tipo de terras, sobretudo argilas, foram utilizados para preenchimento os espaços inter-esteios. Hoje, é possível, laboratorialmente, identificar as diferentes componentes de terras existentes e inclusive reconhecer os locais de recolha, sobretudo das argilas que comumente consolidam a base dos esteios, formando como que uma argamassa substancialmente resistente que nalguns casos dispensou a presença de calços líticos, ou mamoas pétreas.

j)

Por último, mas não menos importante, justifica-se identificar na área das mamoas depósitos votivos, compostos por vasos e eventualmente outros artefactos como o que identificámos na Anta das Castelhanas, onde num pequeno recanto da mamoa pétreia estavam depositados dois vasos e um machado idênticos aos que encontrámos no interior do espaço funerário. Tratava-se, aparentemente, da memória de uma revisitação ao espaço tumular ancestral por parte de algum membro da comunidade. Idênticos vestígios de revisitação com ritualizações monumentais encontrámo-las junto à entrada do corredor da Anta da Horta na Coudelaria de Alter.

EM CONCLUSÃO

Embora já muito se tenha estudado e escrito sobre o megalitismo em geral e, em particular, sobre o do Norte do Alentejo, há que reconhecer que múltiplas questões estão por responder. Por via desta reflexão que poderá configurar uma nova linha de investigação propomos que, primeiramente, se rastreie, por detecção remota, a área tumular e zonas envolventes de alguns monumentos singulares,

sobretudo aqueles para os quais já possuímos informação cronométrica que poderão revelar algumas surpresas e que nos ajudarão a melhor compreender aspectos desta vasta problemática. Haverá, igualmente que promover revisitações arqueológicas a alguns monumentos específicos, abrindo sanjas em mamoaas e tentando desvendar o que elas encerram, especialmente nos solos que se mantiveram protegidos há milhares de anos pelas couraças pétreas ou argilosas destes monumentos. Identificar, recolher, estudar e datar eventuais carvões que com frequência ocorrem na base das mamoaas torna-se fundamental para validar as cronologias já disponíveis. Procurar diversificar este tipo de estudos a monumentos com características distintas, quer nos grandes e pequenos monumentos de granito, quer nas câmaras simples de xisto obtendo, eventualmente, resultados diferenciados que nos permitirão resolver dúvidas pendentes há longos anos.

Entendemos, assim, que todo um mundo de preciosa informação se encontra guardada nas mamoaas que envolvem os espaços tumulares megalíticos e que desde sempre foram parcialmente negligenciadas, especialmente no norte do Alentejo e que urge estudar permitindo, eventualmente, dar respostas às muitas questões que se mantêm em aberto.

BIBLIOGRAFIA

PRINCIPAL BIBLIOGRAFIA SOBRE O MEGALITISMO NO NORTE DO ALENTEJO

BREUIL, Henri (1917) - La roche peinte de Valdejunco à la Esperança, près de Arronches (Portalegre). *Terra Portuguesa*, 13-14, Fev. – Mar., Lisboa.

BREUIL, Henri (1917) - La Station Paléolithique ancienne d'Arronches (Portalegre). *O Arqueólogo Português*, nº24, 1920, Lisboa.

CORREIA, Vergílio (1916) - Pinturas rupestres da Sr^a. da Esperança (Arronches). *Terra Portuguesa*, nº5, Junho, Lisboa.

BARATA, J. Pedro Martins (1965) - O Menir da Meada. *Ethnos*, 4, Lisboa.

BASSO, Júlio (1911) - Antas nos concelhos do Crato, Nisa e Castelo de Vide. *O Archeólogo Português*, vol I, Lisboa.

BAPTISTA, A.M. *et alii* (1974) - O Complexo da arte rupestre do Tejo - processos de levantamento. *Actas do III Congresso Nacional de Arqueologia*, Porto.

BATISTA, J. e LEITÃO, M (1980) - Um Monumento Dolménico nas Naves (Montalvão-Nisa). *Estudos de Castelo Branco*, nº5, Nova Série, Castelo Branco.

BOAVENTURA, R. (2000) - A geologia das antas de Rabuje, Monforte, Alentejo. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: IPA, 3 (2), p. 15-23.

BOAVENTURA, R. (2006) - Os IV e III milénios a.n.e. na região de Monforte, para além dos mapas com pontos: os casos do cluster de Rabuje e do povoado com fossos de Moreiros 2. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: IPA, 9 (2), p. 61-73.

BUENO, Primitiva (1988) - Los Dolmenes de Valencia de Alcantara. *Excavaciones Arqueológicas en España* nº155. Ministerio de Cultura, Madrid.

BUENO, Primitiva (1986) - Megalitos en Extremadura, in *Actas de la Mesa Redonda sobre Megalitismo Peninsular*. España- Portugal, 1984.

BUENO, Primitiva (1987) - Megalitismo en Extremadura: Estado de la Cuestión. *El Megalitismo en la Península Ibérica*. Ministerio de Cultura, Madrid.

BUENO, Primitiva (1988) - Los Dolmenes de Valencia de Alcantara. *Excavaciones Arqueológicas en España* nº155. Ministerio de Cultura, Madrid.

BUENO, Primitiva (1989) - Camaras Simples en Extremadura. *XIX Congreso Nacional de Arqueologia*. 1987, Castellón de la Plana.

CANINAS, J.C. Pires; HENRIQUES, F.J. (1985) - Testemunhos do Neolítico e do Calcolítico no Concelho de Nisa. *Actas das 1as. Jornadas de Arqueologia do Nordeste Alentejano*. Comissão Regional de Turismo e Câmara Municipal de Castelo de Vide, Portalegre.

CANINAS, J.C. Pires; HENRIQUES, F.J. (1987) - Megalitismo de Vila Velha de Ródão e Nisa. *Arqueologia no Vale do Tejo*. I.P.P.C., Lisboa.

CARBALLO, Gonzalo Muñoz (1983) - MenirMenires de Valencia de Alcantara. *Boletín de la Asociación Española de Amigos de la Arqueología*, nº17, Junio, Madrid.

CARNEIRO, André (2005) - *Carta Arqueológica do Concelho de Fronteira*. Ed. Colibri / Câmara Municipal de Fronteira, Lisboa.

CARTAILHAC, E. (1886) - *Les Âges Préhistoriques de l'Espagne et du Portugal*. Reinwald Librairie, Paris.

COELHO, Possidónio M. Laranjo (1924) - *Terras de Odiana - Subsídios para a sua História documentada - Medobriga. Ammaia. Aramenha. Marvão*. Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra (2ª. Edição editada em 1988 pelas Câmaras Municipais de Castelo de Vide e Marvão).

CORREIA, Virgílio (1913) - As antas. *Ilustração Portuguesa*, nº15, 2ª Série, Lisboa.

CORREIA, Virgílio (1914) - Crónica. Excursões arqueológicas ao Alentejo. *O Archeólogo Português*, nº19, Lisboa.

CORREIA, Virgílio (1917) - Pinturas Rupestres da Srª. da Esperança (Arronches). *Terra Portuguesa*, nº5, Lisboa.

CORREIA, Virgílio (1917) - Antas do Alentejo. *Terra Portuguesa*, nº17-20, Lisboa.

COSTA, F. A. Pereira da (1868) - *Monumentos Prehistóricos Descrição de Alguns Dolmens ou Antas de Portugal...*, Typographia da Academia Real das Ciências, Lisboa.

DIAS, Ana Carvalho; OLIVEIRA, Jorge Manuel, (1981) - *Monumentos Megalíticos do Concelho de Marvão*. Assembleia Distrital de Portalegre, Portalegre.

FEIO, Mariano; ALMEIDA, Graça (1980) - *A Serra de S. Mamede Estudo de Geomorfologia*. Finisterra, Revista Portuguesa de Geografia, Vol.XV, Lisboa.

FERNANDES, A. Peinador; PERDIGÃO, J. Correia (1973) - *Carta Geológica de Portugal - Notícia Explicativa da Folha 28-D - Castelo de Vide*. Serviços Geológicos, Lisboa.

GOMES, Mário V. (1990) - A rocha 491 do Fratel e os períodos estilizado-dinâmico da Arte do Vale do Tejo *in Homenagem a J.R. dos Santos Júnior*. Instituto de Investigação Científica e Tropical, Lisboa.

GOMES, Mário V; CARDOSO, J.L. (1989) - A mais antiga representação de *Equus* do Vale do Tejo, *in Colóquio Internacional de Arte Pré-Histórica. Almansor*, nº7, C.M. de Montemor-o-Novo.

GONÇALVES, Francisco (1971) - Subsídios para o conhecimento geológico do Nordeste Alentejano. *Memória nº18*, Nova Série, Serviços Geológicos de Portugal, Lisboa.

GONÇALVES, Francisco (1986) - *Aspectos Geológicos da Serra de S. Mamede*. Clube de Biologia e Geologia da Serra de S. Mamede, Portalegre.

GONÇALVES, Vitor *et alii* (1981); Anta dos Penedos de S. Miguel (Crato), Campanha 1- (81). *Clio*, vol. 3, INIC, Lisboa.

HENRIQUES, F.J.R; CANINAS, J.C.P. (1980) - *Contribuição para a carta arqueológica dos concelhos de Vila Velha de Ródão e Nisa*. N.R.I.A. Vila Velha de Ródão.

HENRIQUES, F.J.R; CANINAS, J.C.P. (1986) - *Nova contribuição para a carta arqueológica dos concelhos de Vila Velha de Ródão e Nisa*. N.R.I.A. Vila Velha de Ródão.

HENRIQUES, F.J.R., CANINAS, J.C., CHAMBINO, Mário (1993) - *Carta Arqueológica do Tejo Internacional*. Volume 3, A.E.A.T., V.V.de Ródão.

ISIDORO, A. Farinha (1966) - Escavações em dólmenes do Concelho do Crato (Alto Alentejo). *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Porto.

ISIDORO, A. Farinha (1966) - Contribuição para o Estudo da Arqueologia do Concelho de Alter do Chão (Alto Alentejo). *IV Colóquio Portuense de Arqueologia, 1965, Porto.*

ISIDORO, A. Farinha (1967) - Escavações em dólmene do Concelho do Crato (Alto Alentejo) II. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia, Nº20, Porto.*

ISIDORO, A. Farinha (1969) - Antas do Concelho de Portalegre. *Trabalhos do Instituto de Antropologia Dr. Mendes Correia, nº21, Porto.*

ISIDORO, A. Farinha (1970) - Escavações em dólmene do Concelho do Crato (Alto Alentejo) III. *Anais da Faculdade de Ciências, nº 54, Porto.*

ISIDORO, A. Farinha (1971) - Escavações em dólmene do Concelho do Crato (Alto Alentejo) IV. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia, nº 22, Porto.*

ISIDORO, A. Farinha (1973) - Esboço Arqueológico do Concelho do Crato (Alto Alentejo). Novos Elementos (IV). *Trabalhos do Instituto de Antropologia Dr. Mendes Correia, nº 20, Porto*

ISIDORO, A. Farinha (1973) - Escavações em dólmene do concelho do Crato (Alto Alentejo) – V. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia, nº17, Porto.*

ISIDORO, A. Farinha (1975) - Escavações em dólmene do concelho do Crato (Alto Alentejo) – VI. *Trabalhos do Instituto de Antropologia Dr. Mendes Correia, nº29, Porto.*

LEISNER, George e Vera (1956) - *Die Megalithgraber Iberischen Halbinsel. Der Westen (1)*, Walther de Gruyter, Berlin.

LEISNER, George e Vera (1959) - *Die Megalithgraber Iberischen Halbinsel. Der Westen (2)*. Walther de Gruyter, Berlin.

LEISNER, George e Vera (1965) - *Die Megalithgraber Iberiscischen Halbinsel. Der Westen (3)*, Walter de Gruyter, Berlin.

MOITA, Irisalva (1954) - Subside pour l'étude de la culture dolménique de Alentejo. *Congresos Internacionales de Ciencias Prehistoricas e Protohistoricas*, nº4, Madrid.

MOITA, Irisalva (1956) - Subsídios para o estudo do eneolítico do Alto Alentejo. *O Arqueólogo Português*, 2ª Série, nº3, Lisboa.

MONTEIRO, J. Pinho; GOMES, Mário Varela (1977) - Os Menires da Charneca do Vale do Sobral – Nisa. *Revista de Guimarães*, LXXXVII, Guimarães.

OLIVEIRA, Jorge de (1984) - *Introdução ao Estudo das Sepulturas Megalíticas da Margem Esquerda do Sever*. Universidade de Évora, Évora – (Trabalho de síntese destinado às Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica apresentado na Universidade de Évora) (trabalho policopiado).

OLIVEIRA; Jorge de (1986) - A Anta da Bola da Cera. *Informação Arqueológica*, n.º 6, Lisboa.

OLIVEIRA, Jorge de (1987) - O Menir da Água da Cuba. *Actas das Primeiras Jornadas de Arqueologia do Nordeste Alentejano*. Portalegre - Castelo de Vide.

OLIVEIRA, Jorge de (1989) - A Anta do Porto Aivado. *Informação Arqueológica*, Nº7, Dep. de Arqueologia do IPPC, Lisboa.

OLIVEIRA, Jorge de (1989) - A Anta III dos Coureiros. *Informação Arqueológica*, Nº7, Dep. de Arqueologia do IPPAR, Lisboa.

OLIVEIRA, Jorge (1990) - A Necrópole Megalítica de Montalvão - A Anta da Nave do Padre-Santo. *Actas das IV Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, Lisboa.

OLIVEIRA, Jorge (1990) - Aspectos do Megalitismo no Nordeste Alentejano. *1º Encontro Regional de História*. Universidade de Évora, Évora. (trabalho policopiado).

OLIVEIRA, Jorge de (1992) - A Anta dos Pombais – Beirã – Marvão. *Ibn Maruán*, nº2, C.M. de Marvão, Portalegre.

OLIVEIRA, Jorge de (1992) - Dois Documentos sobre a *Guerra de los Naranjos*. *Calipole*. nº1, Vila Viçosa.

OLIVEIRA, Jorge de (1993) - Conservação de Monumentos Megalíticos - Aspectos de uma Problemática. *Correio da Natureza*. nº17, Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza, Lisboa.

OLIVEIRA, Jorge (1993) - Territórios e Variabilidade Megalítica no Nordeste Alentejano. *Actas do 1º Encontro - Transformação e Mudança*, UNIARQ, Cascais-Lisboa.

OLIVEIRA, Jorge (1993) - Reutilizações e Reaproveitamentos de Materiais em Sepulturas Megalíticas do Nordeste Alentejano. *Actas do 1º Congresso de Arqueologia Peninsular*, Vol. I, Porto.

OLIVEIRA, Jorge (1993) - O Rio Sever e as Fronteiras no 3º Milénio a. C. *Actas do Seminário Cooperação e Desenvolvimento Transfronteiriço*, C. M. de Vila Velha de Ródão, Castelo Branco.

OLIVEIRA, Jorge de (1994) - A Anta da Nave do Padre-santo. *Informação Arqueológica*. nº 9, Dep. de Arqueologia do IPPAR, Lisboa.

OLIVEIRA, Jorge (1994) - Intervenções em Monumentos Megalíticos no Nordeste Alentejano. *Actas do Encuentro sobre Patrimonio Transfronterizo*. Junta de Extremadura / IPPAAR, Badajoz. (no prelo)

OLIVEIRA, Jorge de (1995) - *Sepulturas Megalíticas del Termino Municipal de Cedillo - Província de Cáceres*. Edición del Ayuntamiento de Cedillo, Cáceres.

OLIVEIRA, Jorge de (1995) - *A Recuperação do Menir da Meada - Castelo de Vide*. Ed. Câmara Municipal de C. de Vide. (ed. desenvolvida de artº. da Ibn Maruán).

OLIVEIRA, Jorge de (1995) - As Antas das Castelhanas e do Ribeiro do Lobo. *Para o Município*. n.º 7, C.M. de Marvão, Portalegre.

OLIVEIRA, Jorge (1996) - Datas absolutas de monumentos megalíticos da bacia hidrográfica do Rio Sever. *Actas do 2º Congreso de Arqueologia Peninsular*, Zamora.

OLIVEIRA, Jorge (1996) - As pequenas antas de Montalvão e Cedillo. *Actas do I Colóquio Internacional sobre Megalitismo de Monsaraz*, C.M. de Reguengos de Monsaraz e UNIARQ, Lisboa.

OLIVEIRA, Jorge de (1997) - *Monumentos Megalíticos da Bacia Hidrográfica do Rio Sever*. 1º Vol. - edição bi-lingue, patrocinada pelas Câmaras de Marvão, C. de Vide, Nisa, V. de Alcântara, Herrera de Alcântara e Cedillo e pela Delegação Regional do Ministério da Cultura, Ed. Colibri, Lisboa.

OLIVEIRA, Jorge (1997) - *Intervenções Arqueológicas no Concelho de Nisa. Cooperação sem Fronteiras*. Ed. Adismonta, C.M. de Nisa, Ayuntamiento de Plasenzuela, Gavião.

OLIVEIRA, Jorge de (1997) - *Vidais, Pedro Pena e outros mais.... Para o Munícipe*. 9, C.M. de Marvão, Portalegre.

OLIVEIRA, Jorge de (1998) - *El Megalitismo de la Cuenca del Rio Sever. Valência de Alcântara – Feria y Fiestas de San Bartolomé 1998*. Comisión de Cultura del Ilmo. Ayuntamiento de Valencia de Alcántara.

OLIVEIRA, Jorge de (1998) - *Antas e Menires do Concelho de Marvão. Ibn Maruán*. 8, Câmara Municipal de Marvão.

OLIVEIRA, Jorge de (1998) - *A Anta de la Joaniña e a da Era de los Guardias no ambiente megalítico da foz do Sever. Ibn Maruán*. 8, Câmara Municipal de Marvão.

OLIVEIRA, Jorge de (1999) - *A Morte em Marvão no 3º milénio a.C. Boletim do Município de Marvão*. 2ª Série, n.º 3, C.M. de Marvão.

OLIVEIRA, Jorge (1999) - *Economia e Sociedade dos Construtores de Megálitos da Bacia do Sever. Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular*, Vol. III, ADECAP, Porto.

OLIVEIRA, Jorge (1999) - *Inventario, Investigacion y puesta en Valor de los Dólmenes: Termino Municipal de Cedillo. Extremadura Restaurada*. Consejería de Cultura y Patrimonio de la Junta de Extremadura, Mérida.

OLIVEIRA, Jorge (1999) - *Património Arqueológico Regional. Marvão: Obra Única do Homem e da Natureza (documento de pré-candidatura de Marvão a Património da Humanidade)*, Câmara Municipal de Marvão.

OLIVEIRA, Jorge de (1999) - Os Ídolos-Placa do Museu Municipal de Marvão. *Boletim do Município de Marvão*, n.º 4, 2ª Série, C.M. de Marvão.

OLIVEIRA, Jorge de (2000) - A Anta II de S. Gens – Nisa, *Ibn Maruán*. n.º 9/10, Câmara Municipal de Marvão.

OLIVEIRA, Jorge de (2000) - A Anta da Tapada de Matos – Castelo de Vide. *Ibn Maruán*, n.º 9/10, Câmara Municipal de Marvão. - OLIVEIRA, Jorge de (2000); *Paisagens Megalíticas no Norte Alentejano*, desdobrável de divulgação turística da R.T.S.M, Portalegre.

OLIVEIRA, Jorge de (2000) - *Roteiro Megalítico dos Concelhos de Avis e Ponte de Sôr*. Desdobrável de divulgação turística da R.T.S.M, Portalegre.

OLIVEIRA, Jorge de (2000) - *Roteiro Megalítico dos Concelhos de Nisa, Gavião e Cedillo*. Desdobrável de divulgação turística da R.T.S.M, Portalegre.

OLIVEIRA, Jorge de (2001) - *Roteiro Megalítico dos Concelhos de Marvão e Castelo de Vide*. Desdobrável de divulgação turística da R.T.S.M, Portalegre.

OLIVEIRA, Jorge de (2001) - *Roteiro Megalítico dos Concelhos de Sousel, Fronteira e Monforte*. Desdobrável de divulgação turística da R.T.S.M, Portalegre.

OLIVEIRA, Jorge de (2001) - *Roteiro Megalítico dos Concelhos do Crato e Alter do Chão*. Desdobrável de divulgação turística da R.T.S.M, Portalegre.

OLIVEIRA, Jorge de (2001) - *Roteiro Megalítico dos Concelhos de Portalegre e Arronches*. Desdobrável de divulgação turística da R.T.S.M, Portalegre.

OLIVEIRA, Jorge de (2001) - O Megalitismo de Xisto da Bacia do Sever Montalvão – Cedillo. *Muitas antas pouca gente? Trabalhos de Arqueologia* 16. IPA, Lisboa.

OLIVEIRA, Jorge de (2001) - Continuidade e Rupturas do Megalitismo do Distrito de Portalegre. *Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular*. Vol. III, ADECAP, Porto.

OLIVEIRA, Jorge de (2002) - Para a História da Carta Arqueológica do Concelho de Marvão. *Boletim do Município*, n.º 8, 2ª Série, C.M. de Marvão, Portalegre.

OLIVEIRA, Jorge de (2002) - *Roteiro Megalítico dos Concelhos de Campo Maior e Elvas*. Desdobrável de divulgação turística da R.T.S.M, Portalegre.

OLIVEIRA, Jorge de (2003) - A arte rupestre no contexto megalítico Norte-Alentejano. *Sinais de Pedra*. Fundação Eugénio de Almeida, (ed. electrónica).

OLIVEIRA, Jorge de (2004) - O Megalitismo do Distrito de Portalegre 100 anos depois do inventário de Francisco Tavares de Proença Júnior. *Arqueologia: Coleções de Francisco Tavares de Proença Júnior*. IPM, Lisboa.

OLIVEIRA, Jorge de (2006) - *Património Arqueológico da Coudelaria de Alter*. Ed. Colibri / Universidade de Évora, Lisboa.

OLIVEIRA, Jorge de (2007) - Coudelaria de Alter – 3 anos de trabalhos arqueológicos. *Actas das 3as. Jornadas de Arqueologia do Norte-Alentejano*. Lisboa: Ed. Colibri.

OLIVEIRA, Jorge de (2007) - The Tombs of the Neolithic Artist-Shepherds of the Tagus Valley. *Actas da I Reunión de Estudios sobre la prehistoria reciente en el Tajo internacional*. BAR.

OLIVEIRA, Jorge de; BAIRINHAS, António; BALESTEROS, Carmen (1996) - Inventário dos Vestígios Arqueológicos do Parque Natural da Serra de S. Mamede. *Ibn Maruán*. 6, Câmara Municipal de Marvão.

OLIVEIRA, Jorge de; BALESTEROS, Carmen; SARANTOPOULOS, Panagiotis (1994) - Antas-Capelas e Capelas junto a antas em Portugal. *A Cidade de Évora*. nº1 (Nova Série) Câmara Municipal de Évora.

OLIVEIRA, Jorge de; BORGES, Sofia (1998) - Arte Rupestre na Serra de S.Mamede. *Ibn Maruán*, n.º 8, Câmara Municipal de Marvão.

OLIVEIRA, Jorge de; CUNHA, Susana (1998) - O Complexo Arqueológico de Vidais na correspondência trocada entre António Maçãs e Leite de Vasconcellos. *Ibn Maruán*, n.º 8, Câmara Municipal de Marvão.

OLIVEIRA, Jorge de; DIAS, Ana C. (1980) - Arqueologia em Marvão. *História & Crítica*, n.º 6, Lisboa.

OLIVEIRA, Jorge de; Dias, Ana C. (1981) - *Monumentos Megalíticos do Concelho de Marvão*. Edição da Assembleia Distrital de Portalegre, Portalegre.

OLIVEIRA, Jorge de; DIAS, Ana C. (1982) - O Menir da Água da Cuba - notas de escavação. *A Cidade*, n.º 5, Portalegre.

OLIVEIRA, Jorge de; DIAS, Ana C. (1985) - A Anta dos Pombais. *Informação Arqueológica*, n.º 5, Lisboa.

OLIVEIRA, Jorge; MURTA, José (1994) - A Anta II de S. Gens (Nisa) - notas de escavação. *Actas das Segundas Jornadas de História do Distrito de Portalegre*. Portalegre.

OLIVEIRA, Jorge; OLIVEIRA, Clara (1999) - Continuidade e Rupturas do Megalitismo no Distrito de Portalegre. *Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular*, Vol III, ADECAP, Porto.

OLIVEIRA, Jorge de; OLIVEIRA, Clara (2000) - *Menires do Distrito de Portalegre, Extremadura Arqueológica*. Número Especial de Homenagem a Elias Diegués, Cáceres.

OLIVEIRA, Jorge de; Moitas, E. ; OLIVEIRA, Clara (2007) - Monumentos Megalíticos do Concelho de Arronches. *Actas das 3as. Jornadas de Arqueologia do Norte-Alentejano*. Lisboa: Ed. Colibri.

OLIVEIRA, Jorge de; PARREIRA, João; PEREIRA, Sérgio (2007) - *Nova Carta Arqueológica de Marvão*. *Ibn Maruán*. Ed. C.M.de Marvão/ Ed. Colibri.

OLIVEIRA, Jorge de; RAINHO, A. (1994) - *Castelo de Vide - Menir da Meada*, (brochura de informação turística), C.M. de Castelo de Vide.

OLIVEIRA, Jorge de; RAINHO, A. (1994) - *Castelo de Vide - Necrópole Megalítica dos Coureiros*, (brochura de informação turística), C.M. de Castelo de Vide.

OLIVEIRA, Jorge de; RIBEIRO, Margarida; PINTO, Mário (2007) - Património Arqueológico em Nisa - Revisão do PDM. *Actas das 3as. Jornadas de Arqueologia do Norte-Alentejano*. Colibri.

PAÇO, M. Afonso do (1950) - Carta Arqueológica do Concelho de Marvão. *13º Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências*, Lisboa.

PAÇO, M. Afonso do (1953) - Populações Pré e Proto-Históricas do Concelho de Marvão. *XVIª Congrès Internacional de Geographie*, Lisboa.

PERDIGÃO, J. Correia; FERNANDES, A. Peinador (1976) - *Carta Geológica de Portugal - Notícia Explicativa da Folha 29-C Marvão*, Serviços Geológicos de Portugal, Lisboa.

PINTO, Serpa Pinto (1932) - O abrigo pré-histórico de Valdejunco (Esperança). *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*. Nº5, Porto.

PONTIS, Grupo (1999) - *Carta Arqueológica da Ponte de Sôr*. C.M. da P. de Sôr.

PROENÇA, F. Tavares de (1910) - Antas do districto de Portalegre, *Materiaes para o Estudo das Antiguidades Portuguezas*. Anno I, Nº1, Typographia Leiriense, Leiria.

ROCHA, L. (2002) - A anta do Couto dos Algarves 2 (Crato). *O Arqueólogo Português*. 20. Série IV. Lisboa: MNA, p. 39-60.

ROCHA, L. (2011) - Contributo para o conhecimento do Património Arqueológico do Concelho de Sousel. *Arqueologia do norte alentejano*. Comunicações das 3ª Jornadas. CARNEIRO, A; ROCHA, L; MORGADO, P; OLIVEIRA, J (eds). Lisboa: Câmara Municipal de Sousel/ Edições Colibri, p. 351 – 360.

ROCHA, L. (2018c) - Estratégias de povoamento no Complexo dos Vidais (Marvão, Portugal): os espaços habitacionais Neolíticos. *Scientia Antiquitatis*. [S.l.], v. 2, n. 2, p. 5-22.

ROCHA, L; MORGADO, P. (2015) – A anta do Monte Velho (Monforte, Portugal). *Arqueologia de Transição o Mundo Funerário*. BRANCO, G; ROCHA, L; DUARTE, C; OLIVEIRA, J; BUENO RAMÍREZ, P. (Ed.) Évora: CHAIA, p. 71-77.

ROCHA, L; MORGADO, P. (2018) - O “Menir” dos Sete (Monforte): Dados Arqueológicos. Atas do VIII Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular. Serpa: Câmara Municipal de Serpa, p. 47-52.

ROCHA, L; MORGADO, P. (2019) – Reuse of ancient megalithics monuments during Metal Ages: the dolmen of Serrinha (Monforte, Portugal). *ARPI. Arqueología y Prehistoria del Interior Penínsular*. 8. UAH: Alcalá de Henares, p. 25-30.

ROCHA, L; OLIVEIRA, J; DIAS, C; MIRÃO, J; DIAS, L; MANHITA, L. (2018) - About the Presence of Exotic Materials in Some Funerary Megalithic Monuments in Alentejo (Portugal): The Cases of Cinnabar and Amber. *BAR International Series 2891*. Edited by Ana Cruz & Juan F. Gibaja. Oxford: BAR Publishing, p. 83-90.

RODRIGUES, M. da C. Monteiro (1975) - *Carta Arqueológica do Concelho de Castelo de Vide*. Assembleia Distrital de Portalegre, Lisboa.

RODRIGUES, M. da C. Monteiro (1986 a) - *Código para a Análise das Placas de Xisto Gravadas do Alto Alentejo. Nova estratégia para o tratamento de dados em Arqueologia*. Vol I, Câmara Municipal de Castelo de Vide.

RODRIGUES, M. da C. Monteiro (1986 b) - *Estudo Ideológico-Simbólico das Placas de Xisto Gravadas. Alto Alentejo*, Vol II, Câmara Municipal de Castelo de Vide.

SAA, Mário de (1967) - *As Grandes Vias da Lusitânia - o Itinerário de Antonino Pio*, Vol. VI, Lisboa.

SERRÃO, E. da C. *et alii* (1972) - O complexo da arte rupestre do Tejo (Vila Velha de Ródão - Nisa). Notícia Preliminar. *Arqueologia e História*, 9ª Série, Vol. IV, Lisboa.

SERRÃO, E. da C. *et alii* (1973) - Notícia de novas descobertas no complexo de arte rupestre do Vale do Tejo. *Actas das IIªs Jornadas Arqueológicas*, vol. I, Lisboa.

SOARES, A.M. e CABRAL, J.M.P. (1984) - Datas convencionais de radiocarbono para estações arqueológicas portuguesas e a sua calibração: revisão crítica. *O Arqueólogo Português*, vol.II, série IV, Lisboa.

VASCONCELLOS, J. Leite de (1886) - Aquisições do Museu Municipal de Elvas. *O Archeólogo Português*. Vol. II, nº1, Lisboa.

VASCONCELLOS, J. Leite de (1927 -1929) - Antiguidades do Alentejo, *O Archeólogo Português*. vol. XXVIII, Lisboa.

VASCONCELLOS, J. Leite de (1897) - *Religiões da Lusitânia*. Imprensa Nacional, (3 volumes), Lisboa (nova edição da Imprensa Nacional-Casa da Moeda e 1988).

VASCONCELLOS, J. Leite de (1914) - Crónica – Excursão Alentejana. *O Archeólogo Português*, vol. XIX, Lisboa.

VASCONCELLOS, J. Leite de (1918) - Coisas Velhas. *Arqueólogo Português*, nº23, Lisboa

VIANA, A. (1950) - Contribuição para a arqueologia dos arredores de Elvas. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 12, Porto.

VIANA, A.; DEUS, A. Dias (1953) - Exploración de Algunos Dólmenes de la Región de Elvas, Portugal. *Congresso Luso-espanhol para o Progresso das ciências*, 13º, Lisboa.

VIANA, A; DEUS, A. Dias (1956) - *Algumas notas sobre António Dias de Deus e suas pesquisas arqueológicas no concelho de Elvas*. Beja

VIANA, A; DEUS, A. Dias (1955-57) - Notas para o estudo dos dólmenes da região de Elvas. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, XV, Porto.

VIANA, A; DEUS, A. Dias (1957) - Mais Alguns Dólmenes da Região de Elvas (Portugal). *IV Congresso Arqueológico Nacional*, Zaragoza.

O CONJUNTO OSTEOLÓGICO DA ANTA DA CASA DA MOURA (SOURE, PORTUGAL)

Tiago CALADO¹
Daniela ANSELMO²
Leonor ROCHA³
Olalla LÓPEZ COSTAS⁴
Fernando SILVA⁵
António MONTEIRO⁶
Gertrudes BRANCO⁷

Resumo

Entre 2001 e 2003, foram realizadas três campanhas de escavações na Anta da Casa da Moura (Soure, Portugal), dirigidas pelo Dr. António Monteiro e pelo falecido Dr. Fernando Silva. Trata-se de um monumento megalítico funerário de planta poligonal alongada e corredor curto, com os esteios em calcário, fincados no substrato margoso, com indícios pouco significativos de mamoa. O espólio, em quantidade significativa, é escasso em exemplares cerâmicos mas apresenta uma variedade relevante de materiais e tipologias líticas, em sílex e quartzo hialino. De referir, a recolha de elementos de adorno (contas de colar) e de um exemplar de uma ponta de seta de “tipo Palmela”, a qual testemunha a existência de, pelo menos, um momento de utilização tardia neste monumento.

¹ Estudante de Antropologia. FCT/Universidade de Coimbra
² Mestranda de Arqueologia. Universidade de Évora/ECS/ Lab. De Arqueologia Pinho Monteiro
³ Universidade de Évora/ ECS. Investigadora do CEAACP/UALG
⁴ PhD. MSc. BSBIO. Archaeological Research Laboratory, Stockholm University.
⁵ Arqueólogo (†). Coordenador da intervenção da Anta da Casa da Moura
⁶ Arqueólogo. Coordenador da intervenção da Anta da Casa da Moura
⁷ Técnica Superior da Direção Regional Cultura Centro. Investigadora do CHAIA/Universidade de Évora

Infelizmente, os dados destas intervenções acabaram por nunca ser publicados estando atualmente em curso o estudo das intervenções, espólios e restos osteológicos.

Apresenta-se neste trabalho os estudos dos ossos recuperados, salientando-se desde já a importância destes achados no contexto da Pré-história Recente de Portugal, atendendo ao escasso número de monumentos onde se regista a presença de restos osteológicos conservados, passíveis de serem estudados.

De salientar que os restos osteológicos foram recolhidos no âmbito de uma escavação arqueológica e contou com a presença de um elemento com conhecimentos de Antropologia (OLC). Inicialmente foram identificados no mínimo 4 indivíduos através da contabilização de incisivos e caninos, sendo que no relatório antropológico é sugerido que existe pelo menos um adulto com desgaste dentário avançado.

Palavras-chave: Casa da Moura; Megalitismo; Soure; Restos osteológicos

Résumé

Entre 2001 et 2003, trois campagnes de fouilles ont été menées sur le dolmen Casa da Moura (Soure, Portugal), dirigées par António Monteiro et Fernando Silva. C'est un monument funéraire mégalithique de plante polygonale allongée et de couloir court, avec des piliers de calcaire, incrustés dans le substrat des marges, avec peu de vestiges du tumulus. Le mobilier funéraire, en quantité importante, est rare dans les spécimens de céramique mais possède une variété pertinente de matériaux et de typologies lithiques, en silex et en quartz hyalin. Il convient de mentionner la collection d'ornements (collier de perles) et une pointe de flèche de type «Palmela», qui témoigne de l'existence d'au moins un moment d'utilisation tardive, de ce monument.

Malheureusement, les données de ces interventions n'ont jamais été publiées et l'étude final des restes ostéologiques et des mobiliers est actuellement en cours.

Cet article présente les restes humains trouvés, soulignant l'importance de ces découvertes dans le contexte de la préhistoire récente du Portugal, étant donné le nombre limité de monuments qui montrent la présence de restes ostéologiques conservés qui peuvent être étudiés.

Il est à noter que les vestiges ostéologiques ont été collectés dans le cadre d'une fouille archéologique et ont été suivis par un élément connaissant l'anthropologie (OLC). Initialement, au moins 4 individus ont été identifiés par des incisives et des canines, et dans le rapport anthropologique, il est suggéré qu'il y a au moins un adulte avec une usure dentaire avancée.

Mots-clés: Casa da Moura; Mégalithisme; Soure; restes humains



Figura 1 – Aspeto atual da Anta da Casa da Moura

1. A Anta da Casa da Moura: o espaço geo-arqueológico

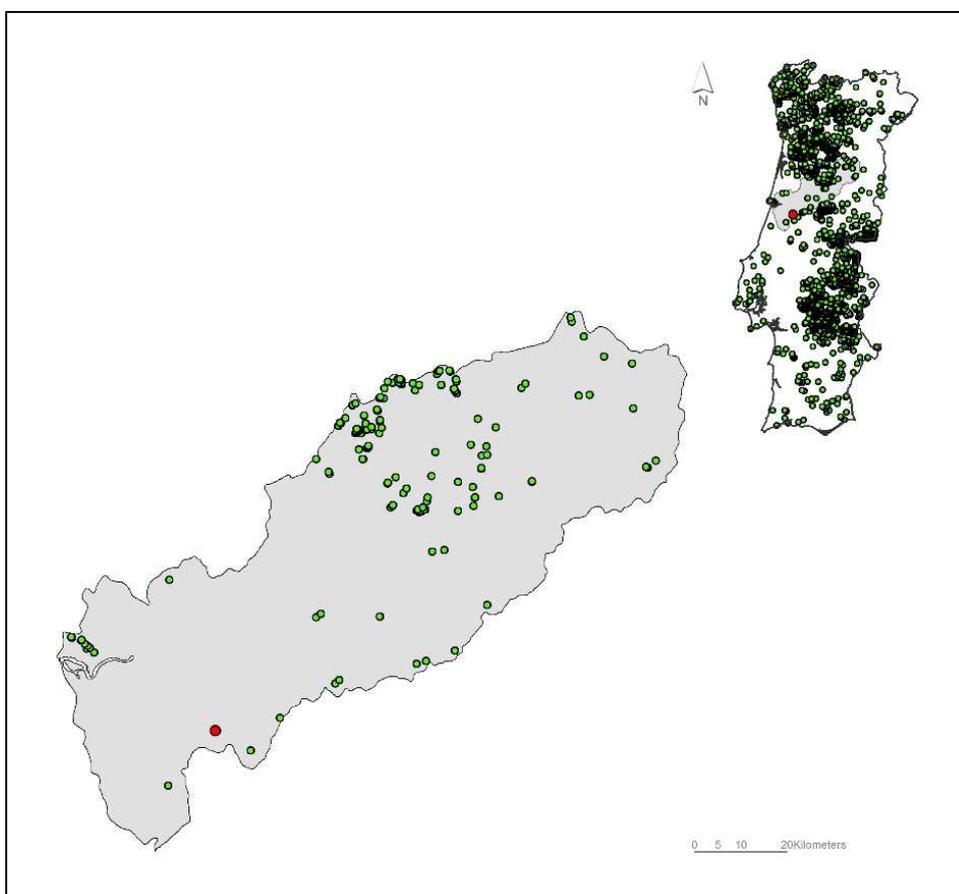


Figura 2. Localização da Anta da Casa da Moura, na bacia do rio Mondego

O Maciço do Sicó, onde se localiza este monumento, destaca-se na paisagem envolvente pelo seu relevo que resulta dos calcários do Jurássico médio. Trata-se de uma área que apresenta alguma diversidade geológica, encontrando-se este maciço “*bordejado a Norte e a Este pelos arenitos (Grés de Silves) do Triásico que estabelecem a transição para os contrafortes do Maciço Antigo; a Oeste pelos grés e argilas do Cretácico e do Cenozoico e a Sul por um complexo materiais que, de Este para Oeste, corre toda a sequência mesozóica dos Grés de Silves aos grés Cretácicos e Terciários*” (Silva, 2011: 27). Esta diversidade reflete-se, naturalmente, em diferentes capacidades de retenção de água, no tipo de vegetação (algumas antigas e nativas, como os carvalhos, azinheiras, sobreiros, os maquis ou matos bravos,

as orquídeas mediterrâneas, as ervas aromáticas), na capacidade dos solos, na riqueza da sua fauna selvagem (javali, veado, coelho) e na atratividade para a fixação de povoamento desde os períodos mais remotos (Silva, 2011).

É neste ambiente de fronteiras e assimetrias físicas e paisagísticas, entre um vale fértil e as serras áridas, na bacia hidrográfica do rio Mondego, que se localiza a Anta da Casa da Moura. Como se percebe pela análise da figura 2, o monumento encontra-se estranhamente isolado quer em termos de povoamento neocalcolítico, quer pela ausência de outros monumentos funerários. Este aparente vazio deve resultar, apenas, de uma ausência de investigação, sobre este período, no concelho de Soure.

2. História do sítio

O estudo que agora se apresenta resulta de trabalhos realizados entre 2001 e 2003 (figura 3), coordenados por Fernando Silva e António Monteiro. O prematuro falecimento do primeiro investigador acabou por conduzir a duas situações não previstas, i) a não continuidade dos trabalhos neste monumento; ii) a ausência de um estudo e publicação dos resultados obtidos.

Passados 15 anos, e atendendo à riqueza do espólio recuperado, que integra um conjunto significativo de restos osteológicos e materiais arqueológicos - já estudados e apresentados noutros congressos da especialidade (Rocha et al, 2018; Silva et al, 2017) - considerou-se importante publicar os dados existentes sobre este conjunto osteológico, apesar de existirem algumas limitações relacionadas com as plantas e os cadernos de campo, que acabaram por se perder (Silva et al, 2017).

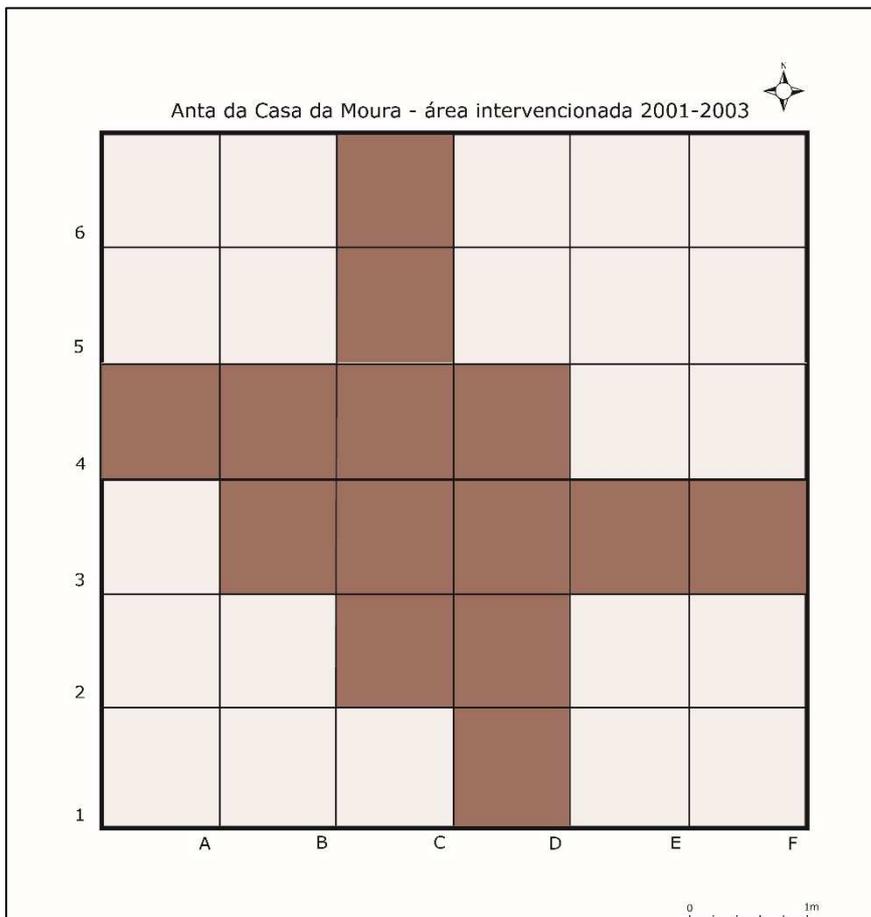


Figura 3: Quadrados intervencionados na Anta da Casa da Moura

Com este estudo completamos a investigação sobre os trabalhos realizados nestas primeiras campanhas, esperando que num futuro não muito longínquo se possa vir a concluir a escavação deste monumento, atendendo à sua importância para o conhecimento do megalitismo regional e nacional.

3. Cultura Material

Apesar dos trabalhos arqueológicos se terem cingido a uma área relativamente restrita (14m² não integralmente escavados), o conjunto artefactual e osteológico recolhido nas três campanhas realizadas na anta da Casa da Moura (Gráfico 1), evidenciam uma grande variedade e riqueza nos depósitos votivos realizados, sobretudo a nível da pedra lascada e dos objetos de adorno. Em termos cronológicos este conjunto

corresponde a diferentes usos, reusos e/ou violações do monumento até, pelo menos, à Idade Moderna (Rocha *et al*, 2018).

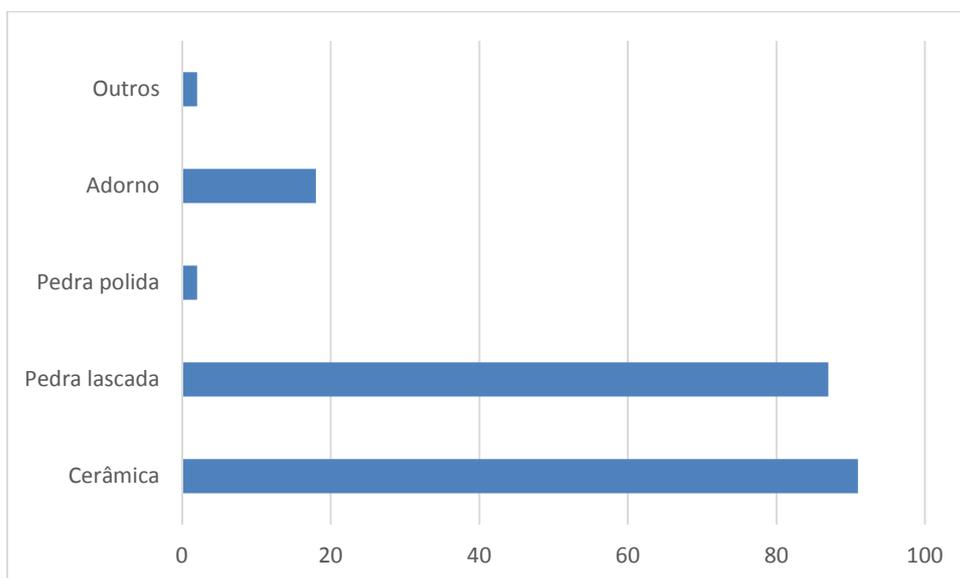


Gráfico 1: Espólio pré-histórico recolhido entre 2001-2003

Apesar dos condicionalismos anteriormente referidos, a principal relevância deste sítio consiste na sequência de dados e informações que nos fornece sobre as práticas funerárias, eventuais redes de trocas e, principalmente, a possibilidade de termos a obter datações absolutas.

Quando analisamos a distribuição dos materiais e ossos recolhidos por tipo/quadrado verificamos que não existe, nestas primeiras campanhas, nenhum dado/ elemento que sobressaia pela sua presença/ ausência.

O conjunto de artefactos de adorno em pedra verde são, sem dúvida, muito interessantes pois permitem-nos perceber a singularidade deste sítio no contexto dos monumentos funerários neocalcolíticos existentes em Portugal (apesar de existirem milhares, resumem-se a umas escassas dezenas os que têm este tipo de objetos) e das redes de trocas existentes a nível peninsular. De facto, a variscite, que tem vindo a ser estudada nos últimos anos, é rara e, apesar da sua presença em afloramentos, estar documentada em cinco

locais na P. Ibérica, apenas em dois deles (Can Tintorer e Pico Centeno, em Espanha) existem evidências da sua exploração na Pré-história (Odriozola *et al*, 2013).

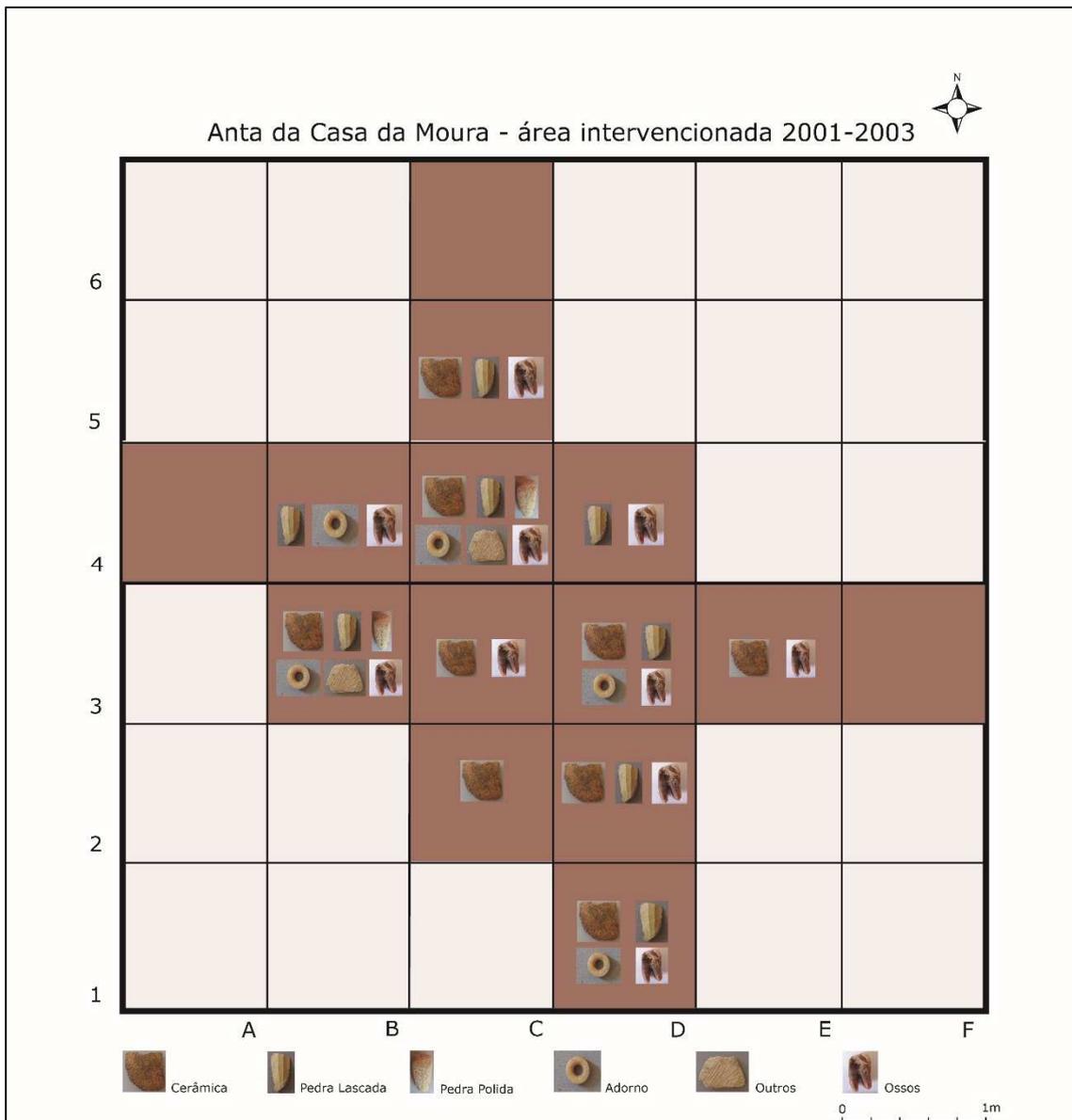


Figura 4. Tipo de espólio recolhido, por quadrado (sgd. Rocha *et al*, 2018)

Em termos gerais, o espólio recolhido indica-nos a existência de, pelo menos 3 períodos de utilização deste espaço:

- 1) Neo-calcolítico, representada pela indústria de pedra lascada, pedra polida, objetos de adorno (excetuando a conta em pasta vítrea) e a cerâmica manual;

- 2) Período romano, representado pela cerâmica fina e de pastas claras, a conta de pasta vítrea e, provavelmente, os objetos em ferro;
- 3) Período indeterminado (moderno/ contemporâneo?), representado por algumas cerâmicas mais grosseiras, fragmentos de telha e medalha de cobre.

Como se depreende pela leitura do enunciado anteriormente, na ausência de datações de C14, ficamos com dúvidas sobre o conjunto osteológico recuperado podendo este corresponder apenas ao primeiro momento de ocupação do monumento ou aos dois (neo-calcolítico e romano). A análise dos dentes, que normalmente podem fornecer mais dados, por sofrerem diretamente desgastes ou ações corrosivas provocadas pela alimentação, parecem remeter este conjunto para o seu período de ocupação original. Mas, como se referiu, apenas a realização de datações de C14 poderá vir a esclarecer esta problemática, de forma cabal.

4. Osteologia Humana

Como se referiu anteriormente, integrou a equipa em 2001, uma aluna de Antropologia Física, a investigadora Olalla López, que tinha como função a identificação do material osteológico humano, com vista à produção do relatório final. O material osteológico acabou posteriormente por ficar depositado na Direção Regional de Cultura do Centro e, por ausência de publicação científica, foi revisto no âmbito deste trabalho.

Durante os trabalhos arqueológicos, todo o material foi colocado dentro de sacos de plástico, com etiquetas simples, por vezes sem referências altimétricas. Houve assim necessidade de se proceder a um trabalho prévio de; i) limpeza e separação dos espólios (por vezes os restos osteológicos estavam guardados com outros materiais

arqueológicos e com faunas); ii) separação por U.E e inventário do conjunto que se apresentava com diferentes estados de conservação e fragmentação; iii) realização dos somatórios, tendo sido contabilizados cerca de 3096 fragmentos, sobretudo de pequenas dimensões.

Concluída esta fase procedeu-se então à identificação do conjunto, quando necessário com recurso ao Human Osteology (White *et al.*, 2012) a fim de estimar o número mínimo de indivíduos (Herrmann, 1990), a idade à morte dos mesmos, esqueleticamente (Scheuer e Black, 2000) através da dentição (Ubelaker, 1989). A diagnose sexual foi estimada apenas metricamente (Silva, 1992).

Foram também analisadas as lesões patológicas visando o seu diagnóstico diferencial recorrendo sempre que necessário, a uma lupa. No Quadrado D2 verificou-se uma concentração superior de ossos de roedores apresentando alguns dos ossos humanos marcas de mordeduras dos mesmos, o que indicia a utilização deste espaço por fauna, em período indeterminado.

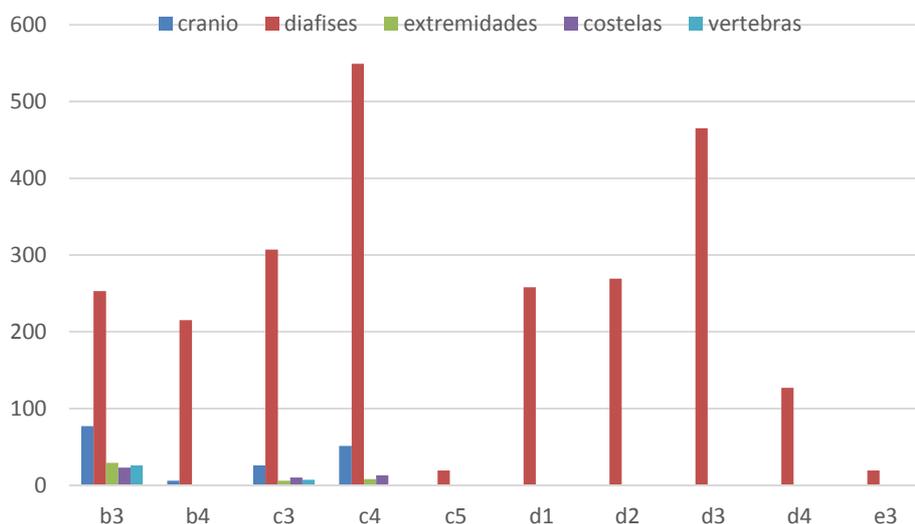


Gráfico 2 - Número de fragmentos ósseos descobertos em cada quadrícula. Na legenda representada, o campo crânio, refere-se a crânio e mandíbula; diáfises a todos os ossos longos, sendo que na sua maioria estão praticamente ausentes as epífises; as extremidades referem-se aos ossos pertencentes a mãos e pés; foram identificadas também costelas; no conjunto vertebral estão contabilizadas ainda as peças sacrais.

A preservação óssea é superior em B3 e C4 (gráfico 2) pois, para além de se verificar um elevado número de fragmentos ósseos nestas quadrículas. Também a percentagem de ossos identificáveis é superior, atingindo cerca dos 14% enquanto a média geral na restante quadrícula com ossos, é de 6,95%.

Os ossos apresentam, quase todos, uma coloração amarela devido aos solos argilosos, e ainda algumas pequenas manchas negras possivelmente derivadas da ação de fungos.

O número mínimo de indivíduos desta amostra é de pelo menos 3 adultos (1 feminino, 1 masculino e um terceiro indeterminado) e 4 não adultos, dois deles entre 2 e 4 anos e dois com cerca de 10 anos. Este diminuto número de indivíduos poderá estar associado à presença de grutas nas proximidades, reservando-se este tipo de sepulcros, de difícil construção, a um grupo mais restrito de indivíduos.

Entre os vestígios melhor preservados observou-se uma entesopatia numa clavícula esquerda, provocada pelo esforço físico através do pectoral que continha, ainda, uma artrose na superfície articular para o manúbrio (figura 5).

Um dos fragmentos de mandíbula direitos apresenta, no forâmen nutritivo, porosidade.



Figura 5 - Entesopatia em clavícula derivada do esforço físico provocado pelo pectoral.

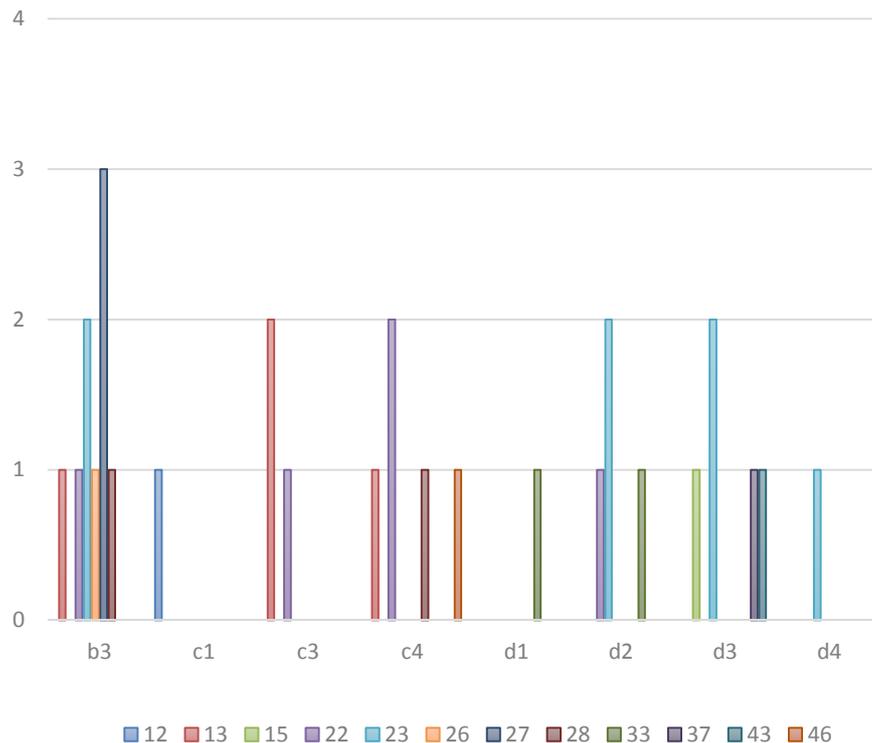


Gráfico 3 - Número de dentes por quadrícula de acordo com a posição anatómica.

Do foro patológico dentário, de referir a presença de um terceiro molar inferior esquerdo que se apresentava cariado. Nesta amostra, apesar de diminuta, notou-se ainda:

1) Elevado desgaste da dentição em 20 dos 32 dentes presentes, sendo que nove dos cariados apresentavam já a dentina exposta;

2) Apenas num único, dos 12 existentes se conseguiu confirmar a presença de tártaro;

3) À exceção dos 3 dentes com apenas uma linha, é comum a presença de duas linhas hipoplásicas nos 12 dentes onde se registaram hipoplasias;

4) São os caninos e os incisivos, a amostra em maior número (gráfico 3). Esta predominância poderá dever-se ao facto de estes serem lábeis. Com o movimento dos crânios já em avançado estado de decomposição, os caninos e os incisivos, soltam-se facilmente, sugerindo a possibilidade de, com o diminuto número de pré-molares

e molares, existir movimentação de crânios dentro do sepulcro para zonas não escavadas ou até para fora deste.

Em termos gerais, a análise da dispersão dos restos osteológicos, por quadrícula, vem confirmar a existência de revolvimentos uma vez que se identificou a presença de dentes, claramente pares, em quadrículas distantes.

Atendendo ao estado de conservação desta coleção, ao registo existente e ao facto da escavação não ter englobado todo o monumento, não nos é possível aferir eventuais práticas funerárias neste monumento. Para além de se ter obtido informações sobre o NMI, diagnose sexual e uma estimativa da idade à morte, não é possível estabelecer outro tipo de correlações.

Será certamente importante para o conhecimento das práticas funerárias da Pré-História recente desta região concluir-se a intervenção deste monumento e, naturalmente, realizarem-se datações de C14, imprescindíveis para uma melhor contextualização da sua cronologia.

Bibliografia

Dicionário Geográfico de Portugal 1722/1832 (1758) – Degracias/Rabaçal. Vol. 13. PT/TT/MPRQ/29/210. [em linha <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=4239869>]

Dicionário Geográfico de Portugal 1722/1832 (1758) – Pombalinho/Coimbra. Vol. 29. PT/TT/MPRQ/29/210. [em linha <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=4241258>]

AUFDERHEIDE, A., RODRÍGUEZ-MARTÍN, C. (1998) - The Cambridge Encyclopedia of Human Paleopathology. Cambridge University Press: Cambridge.

AUBRY, T; LLACH, J. M.; MATIAS, H. (2014) – Matérias - primas das ferramentas em pedra lascada da Pré-história do Centro e Nordeste de Portugal. P.A. Dinis, A. Gomes, S. Monteiro-Rodrigues (Eds.).

Proveniências de Materiais Geológicos. Associação Portuguesa para o Estudo do Quaternário: 165-192.

COONEY, G. & MANDAL, S. (1998) - *The irish stone axe project*. Monograph 1. Wicklow: Wordwell, Ltd. 229pp.

GONÇALVES, V. S. (1989) - *Megalitismo e Metalurgia no Alto Algarve Oriental, uma aproximação integrada*. Lisboa: INIC/UNIARQ. (2 volumes).

LE ROUX C.-T. (1999) - L'outillage de pierre polie en méta-dolérite du type A. Les ateliers de Plussulien (Côtes d'Armor): Production et diffusion au Néolithique dans la France de l'ouest et au-delà. *Travaux du Laboratoire "Anthropologie, Préhistoire et Quaternaire Armoricains*. 43. UMR 6566, Université de Rennes I.

ODRIOZOLA, C; SOUSA, A.C; BOAVENTURA, R; VILLALOBOS, R (2013) - Componentes de adornos de pedra verde de Vila Nova de São Pedro (Azambuja): estudo de proveniências e redes de troca no 3º milénio a.n.e. no actual território português. *Arqueologia em Portugal. 150 anos*. Lisboa: AAP, p. 457-462.

ROCHA, L; BRANCO, G; MONTEIRO, A; SILVA, F. (2018) - *Estudo do espólio arqueológico da Anta da Casa da Moura (Soure, Portugal)*. Viseu, p. 497-512

SILVA, A. M. (1995) - Sex assessment using the calcaneus and talus. *Antropologia Portuguesa*, 13, 107-119.

SILVA, C. (2011) - *SICÓ a dimensão cultural das paisagens. Um estudo de Turismo nas suas vertentes Cultural e Natureza*. Coimbra: Universidade de Coimbra. Tese de doutoramento policopiada.

Herrmann, B., Grupe, S. G., Hummel, H., Piepenbrink, H., SILVA, F; MONTEIRO, A; BRANCO, G; ROCHA, L. (2017) - Anta da Casa da Moura: um monumento megalítico no Maciço calcário de Sicó. *Arqueologia em Portugal / 2017 - Estado da Questão*. Lisboa: AAP, p. 521-530.

SCHEUER, L., BLACK, S. (2000) - *Developmental juvenile osteology*. London: Academic Press.

UBELAKER, D. (1989) - Human skeletal remains: excavations, analysis, interpretation. Washington, Taraxacum Washington. 2ª Edição.

WHITE, T. D., BLACK, M. T., FOLKENS, P. A. (2011) - Human osteology. Academic press.

Do passado ao presente, das pessoas aos objetos. O Museu de Arqueologia e Etnografia de Elvas

Laura LARGUEIRAS¹

Susana TEIXEIRA²

Resumo

No âmbito do projeto de recuperação do edifício da antiga Manutenção Militar de Elvas para adaptação a Museu de Arqueologia e Etnografia, pretende-se dar a conhecer o contexto em que surge esta instituição pública, tendo em conta a conjuntura social e política no século XIX, abordando as metodologias e critérios adotados na conceção dos inventários e o vínculo portador de identidade entre objetos e pessoas.

Palavras-chave: Elvas, Arqueologia, Museu, Objeto

Abstract

In the context of the restoration project of an old military building in Elvas for adaptation to the Museum of Archeology and Ethnography, it is intended to disclose the context in which this public institution emerges, taking into account the social and political conjuncture in the nineteenth century, addressing the methodologies and criteria adopted in the design of inventories and the identity-carrying bond between objects and people.

Keywords: Elvas, Archeology, Museum, Object

¹ lauramargaridacl@gmail.com - Arqueóloga

² susana.teixeira@cm-elvas.pt - Câmara Municipal de Elvas

"os objetos arqueológicos fundamentam e ilustram a história do território, mas também documentam a história das pessoas que os recolheram, os apreciaram, estudaram, comercializaram, colecionaram e construiriam museus"
(Pereira, 2018: 314)

1. Emergência dos museus e a institucionalização da arqueologia em Portugal

A segunda metade do século XIX é assinalada pelo despoletar a grande escala, de instituições museológicas, quer a nível local, quer a nível regional. Na origem dos inúmeros espaços museológicos está o contexto social e político da época (Pimentel, 2005: 87).

Embora a fundação dos museus, enquanto instituição pública, tenha conhecido o seu auge no século XIX, é dois séculos antes, com a Revolução Francesa, que surgem os conceitos de património, monumento histórico e conservação, e ainda, a consciência de proteção de bens móveis e imóveis e o seu conseqüente depósito, com o desígnio à salvaguarda e à posterior apresentação pública em museus, proliferando a instrução do Estado (Choay, 2014: 103-107). A par desta conjuntura política, influenciada em parte pelo Iluminismo e os ideais liberais, é só no século XIX na Europa que se multiplica a conceção de museus (Julião, 2001: 21).

No caso particular de Portugal, assiste-se a uma grande proliferação de museus de carácter essencialmente regional, sendo os primeiros, o Museu dos Serviços Geológicos (1857), o atual Museu do Carmo (1864), O Museu do Instituto - arqueologia em Coimbra (1873), o Museu Municipal de Santarém (1876), o Museu/Biblioteca Municipal de Estremoz (1880), o **Museu/Biblioteca Municipal de Elvas** (1880), o Museu da Sociedade Martins Sarmento (1885), o Museu Municipal de Viana do Castelo (1888), o Museu Arqueológico Municipal

de Beja (1892), o Museu Etnológico Português (Museu Nacional de Arqueologia) (1893), o Museu Municipal de Alcácer do Sal (1894), o Museu Municipal da Figueira da Foz (1894) e o Museu Arqueológico e lapidar Infante D. Henrique em Faro (1894).

A constituição destas instituições museológicas não está dissociada da institucionalização e desenvolvimento da arqueologia enquanto ciência, dado que, os museus que despontaram nesta época são compostos predominantemente por coleções de arqueologia, provenientes de investigações e escavações efetuadas nesta centúria (Nabais, 1999:76).

A institucionalização da arqueologia em Portugal, na segunda metade do século XIX, tem por base ideológica países como a Inglaterra, Alemanha, França e Estados Unidos da América, locais em que o progresso cultural é evidente.

A história da arqueologia como disciplina e ciência é marcada pelo surgimento de algumas instituições de cariz histórico/arqueológico, pioneiras em escavações arqueológicas, nomeadamente, a *Sociedade Arqueológica Lusitana* (1849), a *Comissão Geológica do Reino* (1857) e a *Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses* (1863) (Gonçalves e Diniz, 1993-1994: 178). É neste período que se desenvolvem inúmeros trabalhos arqueológicos, dos quais destacamos, as escavações em Tróia, os labores levados a cabo pela Comissão Geológica na Estremadura e Vale do Tejo, os trabalhos de Estácio da Veiga em Mafra, Mértola e Algarve e o início das escavações da Citânia de Briteiros por Martins Sarmiento. Neste sentido, são publicados os resultados destes trabalhos arqueológicos difundindo desta forma o estudo da história do país e as origens do Homem (Fabião, 1989: 12).

A atividade arqueológica portuguesa adquire destaque nacional e internacional em 1880, aquando a realização do IX Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-Históricas, em Lisboa, em que foram dados a conhecer os trabalhos realizados até então,

realçando a questão do “Homem Terciário” e os concheiros de Muge (Gonçalves, 1980: 9).



Figura 1 – Aspeto geral de uma das salas da secção de arqueologia e numismática. Fonte: Acervo da Biblioteca Municipal de Elvas Dra. Elsa Grilo.

É neste contexto de emergência e propagação de museus locais/regionais e da democratização do ensino e da cultura, que advém, em Elvas, a criação da secção de arqueologia e numismática (atual Museu de Arqueologia e Etnografia António Tomás Pires), junto à biblioteca municipal, tendo como principal objetivo evitar “*a perda de muitas antiguidades*” (Ata camarária de 22 de junho de 1880), indo então de encontro ao que eram os museus da época. É importante salientar que embora o museu de Elvas se localizasse no interior do país, este não teria menos relevância que as outras instituições museológicas. A importância da sua coleção, a sua localização fronteiriça, as publicações n’*O Arqueólogo Português* sobre o museu (Pires, 1901) e os seus objetos (Vasconcellos, 1895, 1896, 1897), assim como, os contatos epistolares entre o elvenses António Thomaz

Pires, figura de relevo na arqueologia da cidade, no percurso do museu e no folclore, e personalidades distintas, sobretudo, José Leite de Vasconcellos, com quem tinha uma relação não só profissional, como também de amizade (Soromenho, 1963: 12), são fatores que contribuíram para a valorização do museu e das suas coleções.

2. A Biblioteca e a Secção de Arqueologia e Numismática

A proposta da fundação da Biblioteca Municipal em Elvas data de 1860 por iniciativa de João Ferreira Alves, escrivão de fazenda, apresentada no periódico *O Transtagano* (*O Transtagano*, 11 de novembro de 1860, n.º 56), do qual era fundador, conhecida através da intervenção do vereador João Manuel de Oliveira, na sessão camarária de 31 de outubro de 1860, aprovada juridicamente na sessão seguinte a 6 de novembro, nas quais se salienta as competências do Município no que concerne à criação das instituições que visem a instrução, alegando a necessidade urgente na criação de uma biblioteca pública. Contudo, a Biblioteca Municipal de Elvas, só foi inaugurada a 10 de junho de 1880 no rés-do-chão do antigo Colégio Jesuíta, após vinte anos de esforços, integrada nas comemorações realizadas do tricentenário da morte de Luís de Camões, visando o desenvolvimento cultural local (Ata camarária de 11 e 25 de maio de 1880).

Ainda no mesmo ano, é apresentada a proposta para a criação da secção de arqueologia pelo Sr. Coronel Manuel Joaquim da Silva Mata, vogal da comissão da biblioteca, na sessão de 5 de janeiro de 1880 (*O Elvense*, 24 de junho de 1880), requerendo que se "*recolhessem todos os objectos de valor arqueológico e histórico que fossem achados, e que a Câmara municipal pudesse alcançar*" (Almada, 1889: 277), acrescentando de que "*junto da biblioteca se creasse uma secção arqueológica, para a guarda e conservação dos*

monumentos e objectos d'arte, que se achassem dispersos por diferentes partes, a risco de se perderem, e dos que ulteriormente fôsem descobertos dentro da área do concelho” (Almada, 1889: 263). A esta iniciativa associaram-se os restantes membros da comissão, porém, a proposta não conheceu efeito imediato dada a ausência de comunicação entre o então presidente da comissão José Ignacio Pereira e a Câmara, tendo a mesma conhecimento da proposta a 7 de janeiro de 1880 (Almada, 1889: 277).



Figura 2 - Lateral da fachada da Biblioteca-Museu de Elvas.
Fonte: Acervo da Biblioteca Municipal de Elvas Dra. Elsa Grilo.

Só mais tarde, na sessão camarária de 22 de junho de 1880, o vice-presidente Eusébio David Nunes da Silva, apresentou a proposta supradita e usando da palavra, propôs que a mesma se estabelecesse junto à biblioteca municipal e *“que se reunissem alguns objectos e moédas que desde já se pudessem obter de particulares, e outros que de futuro fossem achados”* (Almada, 1889: 277), tendo esta sido aprovada unanimemente.



Figura 3 - Panorama de uma das salas do museu na Biblioteca Municipal de Elvas.
Fonte: Acervo da Biblioteca Municipal de Elvas Dra. Elsa Grilo.

É neste panorama que se enquadra a recolha e incorporação do espólio que deu origem à coleção inerente à secção de arqueologia da Biblioteca Municipal. O início da coleção resulta da incorporação de dois monumentos funerários, nomeadamente, uma inscrição romana dedicada a *Caius Iulius Gallo* e uma cabeceira de sepultura medieval (Almada, 1889: 277-278), registadas primeiramente na ata camarária de 6 de junho de 1880, expressa nos seguintes ofícios: *"o Sr. João António da Sousa Nobre, de Lisboa, accedendo, da melhor vontade, ao pedido que esta Camara lhe fez e concedendo para o museu archeologico municipal a pedra sepulchral que existe nas suas casas na rua de S. Lourenço desta cidade"* e *"o sr. dr. Sanches de Miranda no mesmo sentido e dizendo que tem a maior satisfação de oferecer não só a curiosidade archeologica que lhe foi pedida como tambem qualquer outro objecto que possua e com que possa cotar-se o estabelecimento que esta camara projecta para distinguir esta nobre terra"*. Estas recolhas também eram noticiadas nos diversos periódicos locais como forma de divulgação dos vestígios do passado, refletindo assim, o desenvolvimento do espírito crítico das elites emergentes dotadas de um elevado grau de instrução e educação, como é expressão *O Elvense*.

Neste prisma, verifica-se de imediato que o município elvense desempenhou um papel proeminente no âmbito do projeto do Museu Arqueológico, mediante a solicitação e angariação de “antiguidades”, adquiridas ou recebidas a título de ofertas, depósitos e compras. Esta disposição de desenvolvimento cultural começa a manifestar-se previamente à data oficial da proposta da criação da secção, registando-se em atas camarárias as ofertas de objetos arqueológicos, numa primeira fase inscrições romanas e logo de seguida, cultura material diversificada como resposta à solicitação da câmara que após a aprovação da iniciativa, deu ordem para que os trabalhadores do concelho, apresentassem na secretaria “*todos os objectos que encontrassem em excavações que fizessem, e que tivessem o conho d’antiguidade*” (Almada, 1891: 270), tendo esta ideia expandindo-se até aos territórios envolventes, permitindo compreender o impacto que o apelo gerou na sociedade da época, o que nos possibilita compreender a integração das peças na coleção, provenientes de outras áreas de que não a do território que corresponde aos atuais limites administrativos do concelho de Elvas. Neste sentido, o processo de incorporação das peças e respetiva coleção espelham o espírito da época, marcada pelo conhecimento individual pelas motivações distintas de cada personalidade.

Com a passagem do tempo, houve a progressiva separação entre bibliotecas e museus, o caso de Elvas, não foi excecional. A necessidade da transferência do Museu Municipal para o piso superior do edifício da biblioteca, é apresentada nas atas camarárias dos anos 70 do século XX (ata camarária de 20 de novembro de 1975 e 12 de junho de 1977), porém, só em 1982 (Fig.4), é realizada devido à necessidade urgente na reorganização do espaço, considerando a incapacidade no que concerne ao acondicionamento e exposição do espólio, permanecendo neste local até ao seu encerramento (*Guião do Museu Municipal de Elvas*, 1991). Este assunto é levado à consideração camarária de 3 de fevereiro de 1982, na qual o presidente e

vereadores, Aníbal Franco, Cerveira de Melo e José Rente, apelam à transferência do museu: "*considerando o desejo sempre manifestado de proteger e expor condignamente e seguramente as colecções do Museu*" (Ata camarária de 3 de fevereiro de 1982). Esta proposta foi aprovada unanimemente.



Figura 4 - Entrada para o Museu Arqueológico, instalado no 1º piso da biblioteca
Fonte: Acervo da Biblioteca Municipal de Elvas Dra. Elsa Grilo.



Figura 5 - Excerto da notícia do encerramento do Museu Municipal de Elvas
(*Linhas de Elvas*, 19 de agosto de 2004).

Em 2005 (*Linhas de Elvas*, 19 de agosto 2004), assiste-se à definitiva separação da convivência de ambos os espaços por decisão

da autarquia que decide reabilitar o espaço da biblioteca no âmbito da sua integração na Rede Nacional de Bibliotecas Públicas (Fig. 5). Este processo implicou alterações profundas, resultando no encerramento do edifício para remodelação do espaço, reabrindo a 3 de novembro de 2007, abrangendo somente os serviços de Biblioteca que perduram até hoje.

A Câmara Municipal de Elvas é proprietária de um riquíssimo e diversificado acervo museológico, materiais que se encontram atualmente em reserva, aguardando a breve transferência para a reabertura do Museu Arqueológico e Etnográfico António Tomás Pires a ser implementado na antiga Manutenção Militar. Neste museu, pretende-se dar a conhecer um novo discurso museográfico centrado na releitura do objeto, numa perspetiva tendo como foco a componente imaterial, o território e as pessoas que contribuíram para o panorama da arqueologia elvense. Na prática, este projeto pretende ir ao encontro da mesma génese na qual foi criada a secção de arqueologia, privilegiando-se o percurso do espólio e as personalidades associadas ao mesmo, funcionando ainda este espaço museológico a partir do cruzamento entre a coleção de arqueologia com a de etnografia do Grémio da Lavoura de Elvas.

3. Inventariação e catalogação do acervo

O *Catálogo do Museu Archeologico de Elvas* (Pires, 1901) trata-se do primeiro inventário (*Correio Elvense*, 20 agosto 1944) respeitante às peças que constituíram a secção de arqueologia e numismática até à data da sua publicação n' *O Archeologo Português*. Em termos de estrutura, está organizado em duas secções, nomeadamente, a época pré-histórica e época histórica, na qual se incluem objetos romanos e portugueses, e ainda, objetos romanos que já tinham sido oferecidos ao museu. Esta publicação foi resultado do interesse manifestado por António Thomaz Pires, funcionário

municipal, que durante a sessão camarária de 6 de fevereiro de 1900, se voluntaria sob licença da secretaria para “*elaborar o catalogo de todos os objectos de que se compõe o museu archeologico junto da biblioteca municipal d’esta cidade (...)*”. Este trabalho foi apresentado na sessão camarária de 26 de março de 1901, o que lhe conferiu a atribuição de um voto de louvor como forma de reconhecimento pela elaboração do mesmo, e ainda, pela sua atitude pioneira e dinâmica no museu.

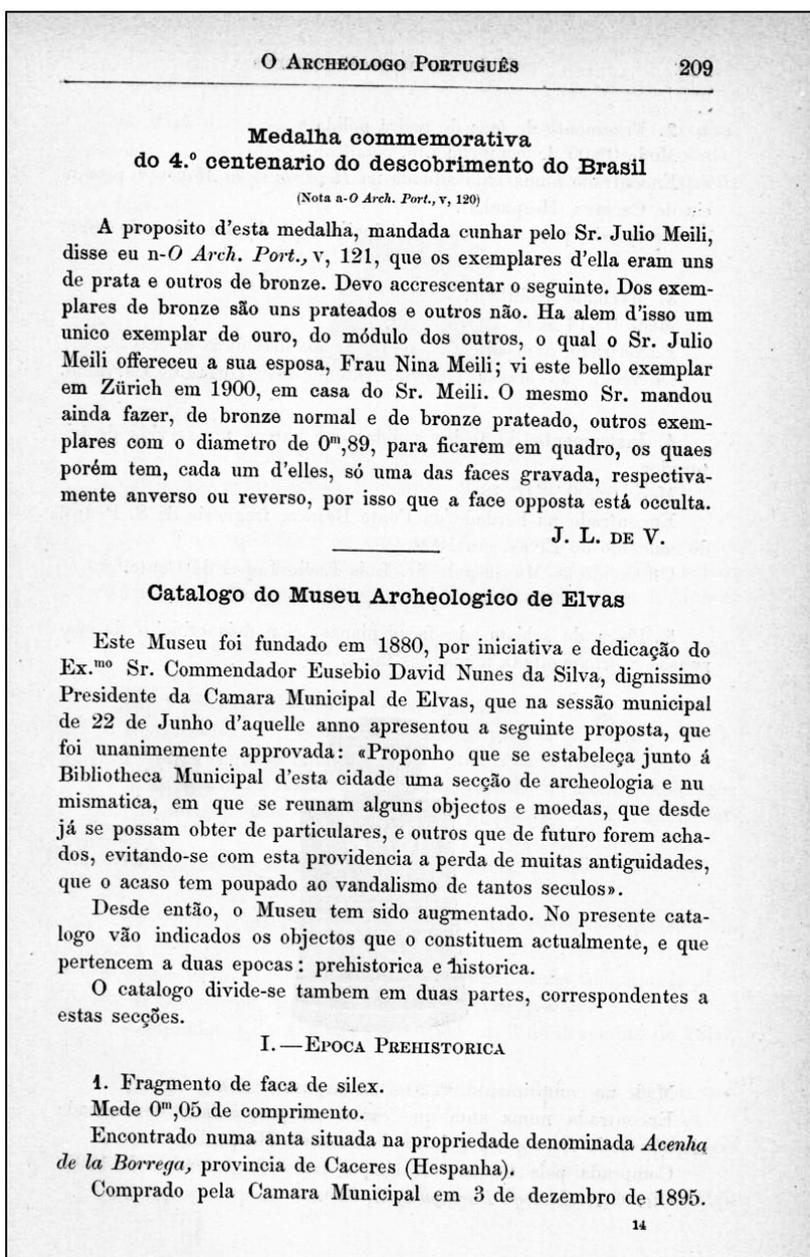


Figura 6 – Rosto do catálogo do museu, extraído d’O Archeologo Português (1901).

Esta sistematização de espólio espelha ainda a rede de cooperação entre o Doutor Leite de Vasconcellos com Thomaz Pires, revelando a intenção de promover um museu local que poderia ser um apoio ao então Museu Etnológico Português, atual Museu Nacional de Arqueologia (Almeida, 1999-2000: 59), contribuindo para a afirmação do museu de Elvas, centrando-se na salvaguarda do património arqueológico, tendo desencadeado a projeção da arqueologia elvense no panorama nacional, sendo ainda hoje uma referência incontornável para o estudo e investigação dos espólios.

Após a publicação do catálogo, sabe-se que em 1910, por intermédio da correspondência de António Thomaz Pires endereçada ao Bibliotecário da Real Associação dos Arqueólogos Portugueses, que o primeiro pretendia elaborar um novo catálogo do museu, porém, este ficou sem efeito, muito provavelmente dado o seu débil estado de saúde, expresso em ata camarária, na qual solicita a aposentação da câmara (Ata camarária 7 junho 1904), tendo contudo, permanecido como diretor honorário do museu e biblioteca até à sua morte a 3 de Agosto de 1913.

No período compreendido entre 1913 a 1940, do qual António José Torres de Carvalho é o diretor, verifica-se uma lacuna relativamente ao registo e inventário das peças por estar *"absorvido nos seus trabalhos biblioecónómicos e por motivo de grandes obras que se fizeram no edificio, relegara os assuntos do Museu para segundo plano"* (Correio Elvense, 20 agosto 1944).

Esta personalidade é sucedida por Domingos Lavadinho que elabora um novo esquema do catálogo do museu, após constatar que *"Desde 1913, ano do falecimento de Tomaz Pires, que não se inventariava um único objeto"* (Correio Elvense, 20 de agosto de 1944), *"havendo a notar que não se conhece a proveniência de vários, por absoluta falta de qualquer esclarecimento"* (Lavadinho, 1944). Todavia, os objetos incorporados na coleção eram registados no livro

de "Registo de Entradas" (1938-1962) do museu, no qual estes eram anotados mediante a organização desta instituição.

Deste modo dá a conhecer no *Correio Elvense* em 1944, o esquema do mesmo, organizado em onze secções, a primeira de Arqueologia, na qual se inseriam as categorias Pré-Histórica, Romana, Árabe, Visigótica e Portuguesa, sendo as seguintes Etnografia, Arte Sacra, Belas-Artes, Numismática, Medalhística, Secção Histórica e Militar com uma subsecção colonial, Metrologia, Serralharia, Vária e a última de Geologia. Em cada categoria, Domingos Lavadinho, indica não só as tipologias de objetos correspondentes a cada uma delas, mas também, os campos a serem registados na ficha de inventário.

4. Biografia do objeto

O colecionismo e o humanismo estão intimamente ligados, no que concerne, à recolha e coleção de objetos tendo por base uma "*cultura universal, humanística e científica*" que "*emergiu das viagens e descobertas*" (Bruno, 1999: 37).

O objeto, nomeadamente, o arqueológico, foi visto desde sempre como um objeto de exposição, manifestado em coleções privadas até ao século XVIII (Nabais, 1999: 75). É neste contexto que o património móvel e imóvel é legalmente protegido (Brigola, 2019: 54) no reinado de D. João V, por alvará de 20 de agosto de 1721, que visava a averiguação de monumentos da Antiguidade e medievais, por parte da Academia da História, com o intuito de recolher "*estatuas, marmores, cippos, laminas, chapas medalhas, moedas e outros artefactos*", com o desígnio de "*verificar muitas noticias da veneravel antiguidade asim sagrada, como politica; e que seria mui conveniente àlus da verdade e conhecimento dos ceculos passados*". Ainda neste documento, D. João V, salienta que é dever das Câmaras Municipais "*conservar e guardar*

todas as antiguidades (...) nos limites do seu districto” (Alvará, 20 de agosto de 1721).

O objeto arqueológico é visto como um testemunho da sociedade passada em que é possível narrar a história e as vivências de determinada época através do mesmo, sendo este um veículo cultural e educacional para as comunidades de cada região.

Com o surgimento de museus por todo o país, os objetos incorporados nos mesmos passam a ser património do Estado e de certa forma, de todas as pessoas.

São inúmeros os agentes que coadjuvaram para a formação e para o aumento das coleções de arqueologia e que contribuíram para a história biográfica do objeto e/ou da coleção (Pereira, 2018: 39). É através desta biografia que poderemos conhecer intrinsecamente o seu percurso, desde o momento da sua recolha até à incorporação do mesmo no espaço expositivo ou na reserva (Alberti, 2005: 560). Segundo Igor Kopitoff ao fazer a biografia de um objeto far-se-iam *“questions similar to those one asks about people”* (1986: 66). Na perspetiva do objeto arqueológico pode-se perguntar: Qual a proveniência? Qual a cronologia? Qual o seu legado? Qual o modo de incorporação?

Para chegar a estas respostas é fundamental verificar documentos que atestem o modo de incorporação do objeto e a pessoa responsável pelo mesmo, recibos, catálogos, inventários, correspondência institucional e epistolar e publicações relativas ao mesmo. Tal como Alberti refere, estas fontes, muitas vezes levavam a caminhos complexos no que diz respeito aos modos de aquisição entre indivíduos e museus (2005: 562). Por outro lado, é o cruzamento destes dados que também nos permitem adquirir informações fundamentais para o conhecimento do objeto e para o estudo de determinada sociedade/cultura associada ao mesmo, sendo que por vezes, é possível obter um conjunto de dados inéditos dando uma nova

perspetiva a determinado objeto ou coleção e criando uma narrativa expositiva distinta.

Os objetos adquirem simbologia e identidade a partir da ligação com os seus recolectores, doadores e proprietários anteriores, sendo nesta ótica, consideradas fontes históricas (Alberti, 2005: 565), tendo por base a relação pessoal com individualidades que têm ligações aos mesmos.

No século XIX e inícios do século XX, verifica-se a relevância que a recolha das antiguidades assumia por parte da sociedade elvense, expressando-se assim uma elevada preocupação no que concerne à obtenção do maior registo possível associado ao objeto, o que nos permite atualmente historiografar a biografia do mesmo, privilegiando essencialmente, os indivíduos a eles relacionados. Neste contexto, compreende-se que há evidentemente a necessidade em registar todo o percurso do espólio, ressaltando os ciclos de vida do mesmo, dando especial ênfase à interação social entre o objeto e as pessoas.

Relativamente aos contribuintes destacam-se os “atores” que pertenciam às elites locais e regionais e que desempenhavam funções ao serviço do Estado, possuidores de uma posição socioeconómica privilegiada como é o caso de engenheiros, militares, párcos, secretários municipais, administradores do concelho, entre outros, cargos que lhes conferiam distinção social, prestígio pessoal e reconhecimento coletivo (Pereira, 2018: 305).

Desde o início da coleção de arqueologia que se verifica que o objeto é interpretado como um vínculo de ligação às pessoas, sendo esta ideia atingível desde logo pela leitura do *Catalogo* (Pires, 1901) no qual incorpora a descrição da peça, o contexto arqueológico, a proveniência e os nomes dos agentes que contribuíram para a constituição da coleção. No final do mesmo, é apresentado sob forma de balanço, uma listagem no sentido de reforçar os nomes das personalidades e instituições que até ao momento da publicação, desempenharam um papel ativo no Museu Arqueológico.

O mesmo acontece, tal como foi referido anteriormente, no esquema do catálogo efetuado por Domingos Lavadinho, no qual volta a privilegiar-se o "*Nome do depositante, vendedor ou ofertante*" (Lavadinho, 1944), apesar do longo período temporal desde a conceção do primeiro catálogo e da ausência do registo de inventário de peças durante a direção de António Torres de Carvalho.

Selecionámos uma das primeiras peças que integrou o acervo do museu em estudo (Fig. 7), de modo a demonstrar a metodologia utilizada no registo dos objetos incorporados no mesmo, enfatizando ainda a necessidade da correlação dos diferentes suportes informativos. O objeto elegido é o número 22 do catálogo (Pires, 1901), correspondente ao número 4899 do inventário atual.

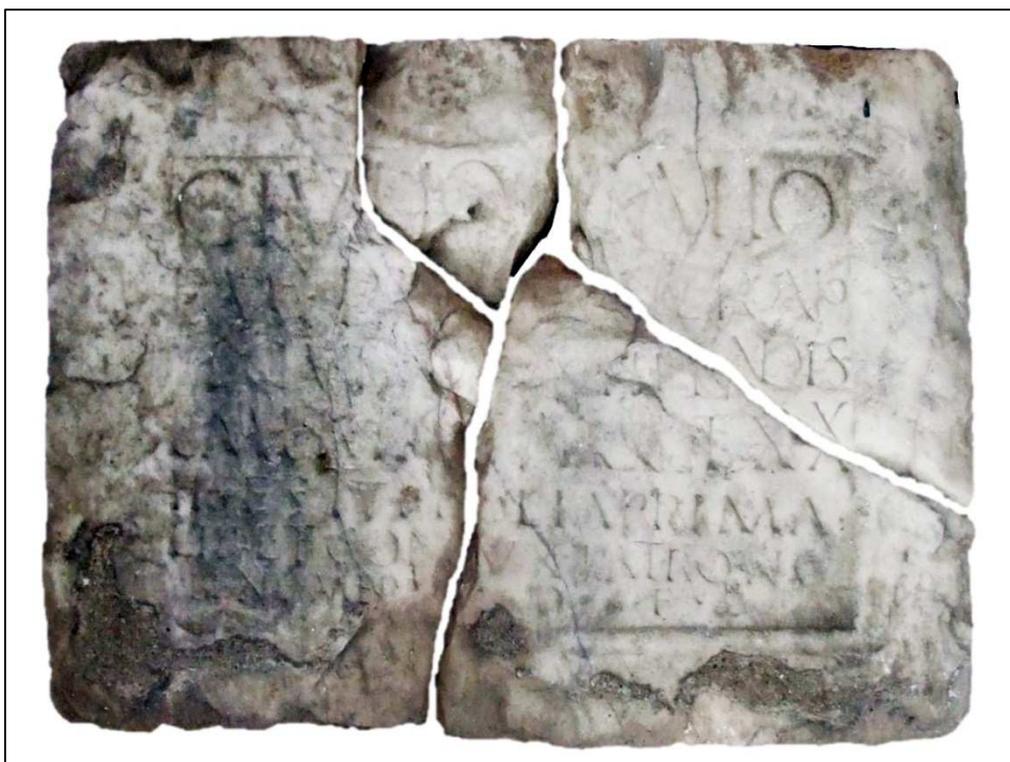


Figura 7 - Inscrição romana dedicada a *Caius Iulius Gallo* (n.º 4899). Fotografia: Câmara Municipal de Elvas (2017).

A peça referida é descrita no catálogo de forma pormenorizada, salientando-se o contexto arqueológico e o nome das personalidades associadas à mesma (Fig. 8). Contudo, na consulta do inventário

original, deparamo-nos com a ausência dos dados anteriormente mencionados, quer na ficha manuscrita (Fig. 9), quer na datilografada (Fig. 10), sendo por isso fundamental a descrição concebida por Victorino d'Almada (Almada, 1889: 278) que funciona como um complemento à concebida por António Thomaz Pires, explicando todos os pormenores relativos ao contexto arqueológico, ressaltando diferentes nomes, tais como, aquele que a descobriu, a ofereceu ao museu, e ainda, aquele que a interpretou.

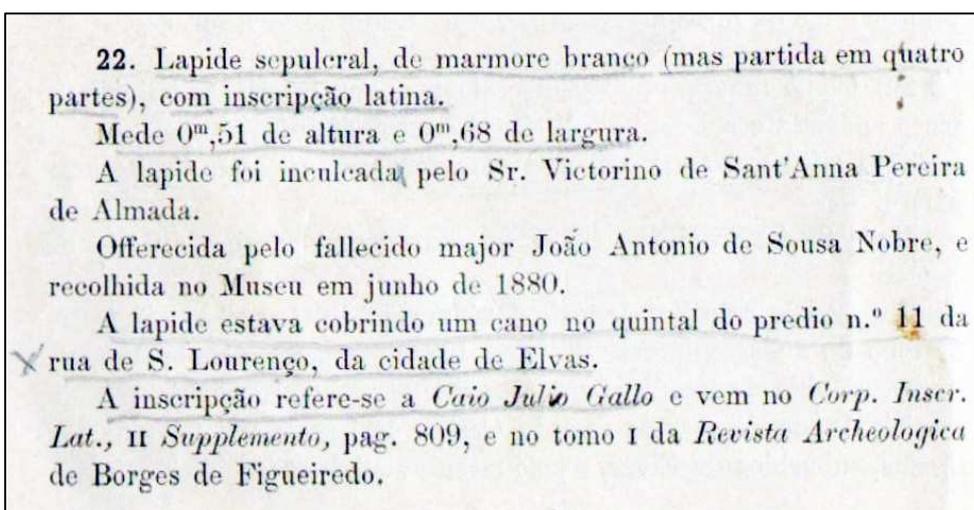


Figura 8 – Excerto do Catalogo do *Museu Archeologico de Elvas* (Pires, 1901) referente à peça n.º 4899 do atual inventário.

MUSEU Municipal de Elvas			
Sola: _____		Tema: _____	
Cota _____	Estante _____	Prateleira _____	Inventário <u>4899</u>
Autor: _____			
Titulo da obra: <u>Lápide em mármore Branco (partida)</u>			
<div style="border: 1px solid black; padding: 5px; display: inline-block;"> C/VI -- ENDIS -- LIAPRIMA -- PATRON -- D.F.C. </div>			
Local e data da impressão: <u>esta na parede do patio da Biblioteca</u>			
Número de volumes: _____ <u>copy. 1991</u>			

Figura 9 - Ficha de inventário do objeto 4899 integrada no dossier do "Inventário Original". Fonte: Acervo do Museu Municipal de Elvas.

MUSEU MUNICIPAL DE ELVAS	
	<i>Ref.^a 4899</i>
DENOMINAÇÃO: LÁPIDE	
DESCRIÇÃO: Em mármore branco com a seguinte inscrição: " CIVI ----- ENDIS LXX ----- LIA PRIMA ----- PATRON ----- D. F. C. "	
Medidas - 68 cm x 53 cm aprox.	
DATAÇÃO:	
ORIGEM / PROVENIENCIA:	
ESTUDOS E PERITAGEM:	
OBSERVAÇÕES: Partida em 4 fragmentos. Está no pátio da Biblioteca.	

Figura 10 - Ficha de inventário do objeto 4899 realizada no âmbito da reorganização do inventário, organizado por ordem alfabética.
Fonte: Acervo do Museu Municipal de Elvas.

Neste âmbito, torna-se facilmente atingível que era muito importante a menção do nome da personalidade que contribuiu direta ou indiretamente para o bilhete de identidade da peça, o qual é expresso, a nível externo, nas atas camarárias e nos periódicos elvenses e, a nível interno, nos inventários e fichas do museu.

Os critérios e metodologias adotados no âmbito do registo da peça, nem sempre foram, ao longo do tempo, uniformes, tal como são testemunho as diversas tipologias de fichas de inventário. Na maioria dos casos verifica-se uma descrição débil e ausência do preenchimento de alguns campos, tais como, a proveniência, o contexto arqueológico, a data e o modo de incorporação e os indivíduos associados aos objetos. De um modo geral a peça é registada tendo em conta apenas a denominação, sendo que por vezes, é referida a funcionalidade, a tonalidade, a matéria-prima e alguma especificidade.

No entanto, importa tentar perceber como e porque se chegou até aqui. Existem hipóteses lógicas que nos permitem justificar a precaridade, deficiência e erros identificados na documentação anteriormente referida, o que nos leva a considerar e atendendo a

informações orais transmitidas por antigos funcionários, que os diretores, coordenadores de serviço, vereadores eleitos, influenciaram a concepção e o procedimento de registo das peças. De outra forma, os funcionários municipais, colaboradores e voluntários afetos ao museu, também contribuíram para esta disparidade e lacunas de dados, conseqüentes da inexistência de formação adequada e do conhecimento que este trabalho requeria. Há que salientar ainda que os meios físicos e técnicos que disponham não eram por vezes os mais apropriados. Toda esta documentação é característica dos tempos e das pessoas que tiveram contato com a mesma e com a coleção do museu.

É neste prisma de ideias que se compreende que apesar da coleção de arqueologia ser bastante diversificada em termos tipológicos e cronológicos, carece de um registo científico e rigoroso, o que condiciona a biografia do objeto, sobretudo pela ausência, em muitos casos, do contexto arqueológico e da proveniência, verificando-se apenas a descrição sumária da peça e a localização referente ao espaço museológico, indicando-se a sala, vitrine, estante e caixa. De referir ainda, que no caso dos inventários originais, algumas peças são desenhadas no sentido de identificar o objeto, sendo que este "esboço" atualmente se torna essencial, no caso de dúvidas, para o reconhecimento da correspondência à peça (Fig. 11).

Perante as evidências, é fundamental reunir e cruzar toda a informação relativa à peça, desde o inventário original ao duplicado, aos dossiês temáticos, às listagens de peças por sala, até às diversas fichas, redigidas manualmente ou datilografadas, elementos que constituem o acervo documental do museu, não descurando o estudo e investigação das fontes e da bibliografia, essenciais para a autenticidade dos dados. Seleccionámos a peça 2652 para evidenciar o processo acima referido, na qual verificámos que a informação registada na ficha é ténue, em termos de proveniência e contexto arqueológico, sendo fundamental a consulta da obra "*Exploração de*

algumas necrópoles céltico-romanas do concelho de Elvas” (Viana e Deus, 1950, fig.22), que permitiu identificar as informações em falta.

Nesta ótica, torna-se oportuno sublinhar que por vezes a informação presente nos inventários é díspar de ficha para ficha, em outros casos, são acrescentados dados complementares e/ou corrigidas informações.

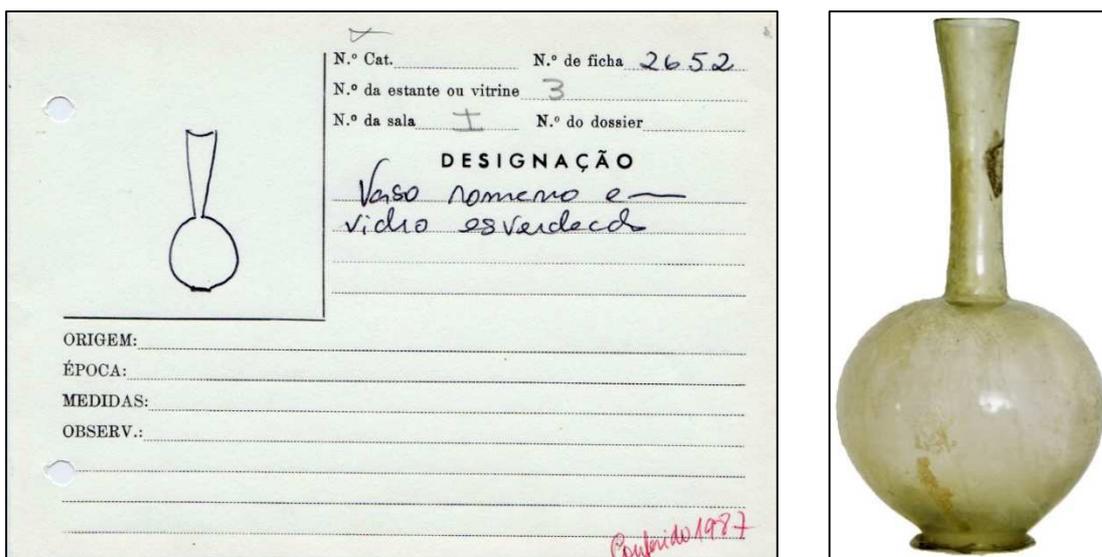


Figura 11 e 12 - Ficha de inventário do objeto 2652 integrada no dossier do "Inventário Original" e respetiva peça.

Fonte: Acervo do Museu Municipal de Elvas. Fotografia: Câmara Municipal de Elvas, 2018).

5. Considerações finais

A biblioteca-museu de Elvas integra um conjunto de instituições de âmbito regional fundados no período da emergência dos museus e da institucionalização da arqueologia em Portugal.

Elvas, foi uma das primeiras cidades onde foi instalada uma secção de arqueologia, porém, não é esta ocorrência que a torna singular, mas sim o seu ciclo de investigações e personalidades relacionadas aos objetos, amadores e profissionais, que elegeram os "vestígios do passado" como campo de afirmação associado à ideia de

progresso e de cultura, consolidada na construção de uma identidade local e nacional, e ainda, as que estabeleceram ligações com o museu e os respetivos diretores, os quais perpetuaram a eternização do seu nome associando-se à história da coleção.

O município elvense desempenhou desde o início da secção de arqueologia um papel fundamental no âmbito da sua coleção através das angariações de objetos.

Contudo, esta coleção, apesar de ser colossal e diversificada, requer urgentemente a correlação de todos os suportes existentes no acervo documental do Museu Municipal de Elvas, e posterior, uniformização de inventários. Torna-se imprescindível assim, o seu estudo e investigação científica, despertando um olhar mais atento relativamente aos campos mais negligenciados, nomeadamente, a proveniência e o contexto arqueológico, incorporando todos os dados em fichas técnicas, obedecendo às normas do *Matriz*, no sentido de se alcançar a biografia do objeto da forma mais fidedigna possível.

O processo de incorporação das peças no museu reflete o ambiente cultural vivido na sociedade elvense e o seu registo concebido sob forma de inventários, espelha os tempos e as pessoas que tiveram contacto com os documentos e a cultura material inerente à coleção e ao museu.

Em suma, de um modo geral, o percurso dos objetos e das suas relações pessoais na constituição das coleções é fundamental para o conhecimento dos mesmos, não sendo possível dissociá-los do seu relector ou de proprietários anteriores. Neste sentido, os objetos apresentam-se como fontes históricas, contudo, nem sempre é exequível um estudo e investigação mais profunda na medida em que os dados associados aos objetos são vagos.

Os objetos são deste modo considerados portadores de identidade que permitem a construção de uma narrativa histórica entre os mesmos e os agentes a eles vinculados, proporcionando uma nova leitura museológica.

Por último, a biografia do objeto possibilita compreender as mudanças no sistema de inventariação e que informações privilegiaram mediante as diferentes épocas.

É neste contexto que a reabertura do Museu de Arqueologia e Etnografia irá atuar, apresentando um novo discurso museográfico à luz do atual conceito de museu, mantendo a mesma génese na qual foi fundada esta instituição museológica, dando especial enfoque às pessoas associadas aos objetos.

Fontes documentais

1. Arquivo Histórico Municipal de Elvas

Periódicos

Correio Elvense, 20 de agosto de 1944, Ano XLIV (14º da 2.ª série), n.º 715;

Linhas de Elvas, 19 de agosto de 2004, Ano LIV, n.º 2775;

O Elvense, 24 de junho de 1880, 1.º Ano, n.º 3;

O Elvense, 5 de agosto de 1880, 1.º Ano, n.º 9;

O Transtagano, 11 de novembro de 1860, Ano 1860, n.º 56

Atas Camarárias

Ata n.º 59 da Sessão da Câmara Municipal de Elvas de 31 de outubro de 1860;

Ata n.º 60 da Sessão da Câmara Municipal de Elvas de 6 de novembro de 1860;

Ata n.º 21 da Sessão da Câmara Municipal de Elvas de 11 de maio de 1880;

Ata n.º 23 da Sessão da Câmara Municipal de Elvas de 25 de maio de 1880;

Ata n.º 30 da Sessão da Câmara Municipal de Elvas de 6 de junho de 1880;

Ata n.º 28 da Sessão da Câmara Municipal de Elvas de 22 de junho de 1880;

Ata n.º 4 da Sessão da Câmara Municipal de Elvas de 6 de fevereiro de 1900;

Ata n.º 12 da Sessão da Câmara Municipal de Elvas de 26 de março de 1901;

Ata n.º 20 da Sessão da Câmara Municipal de Elvas de 7 de junho 1904;

Ata n.º 47 da Sessão da Câmara Municipal de Elvas de 20 de novembro de 1975;

Ata n.º 30 da Sessão da Câmara Municipal de Elvas de 12 de junho de 1977;

Ata n.º 5 da Sessão da Câmara Municipal de Elvas de 3 de fevereiro de 1982;

2. Acervo Documental do Museu Municipal de Elvas

Museu Municipal de Elvas. Registo de entradas (1938-1962);

Museu Arqueológico e Etnológico de Elvas. Organização. Realizado por Domingos Lavadinho a 1 de julho de 1944;

Dossiers de inventários do Museu de Arqueologia e Etnografia;

Câmara Municipal de Elvas - Guia da Biblioteca Municipal de Elvas [Elvas: Câmara Municipal de Elvas, 1991]. 1 desdobrável;

3. Acervo Documental da Biblioteca Municipal de Elvas Dra. Elsa Grilo

Fotografias antigas do Museu de Arqueologia e Etnografia de Elvas (figs. 1 a 4)

4. Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Alvará em forma de lei (20 de agosto de 1721) [Consultado a 22 de novembro de 2019. Disponível em: <https://digitalq.arquivos.pt/details?id=4628676>].

Bibliografia

- ALBERTI, Samuel J. M. M. (2005) – “Objects and the Museum”. *Isis*. N.º 4. Vol. 96, 559-571.
- ALMADA, Victorino d', ed. (1889) - *Elementos para um dicionário de Geographia e Historia Portugueza: concelho d'Elvas e extinctos de Barbacena, Villa-Boím e Villa Fernando*. Elvas: Typ. Elvense de Samuel F. Baptista. Tomo Segundo.
- ALMADA, Victorino d', ed. (1891) - *Elementos para um dicionário de Geographia e Historia Portugueza: concelho d'Elvas e extinctos de Barbacena, Villa-Boím e Villa Fernando*. Elvas: Typ. Elvense de Samuel F. Baptista. Tomo Terceiro.
- ALMEIDA, M. J. (1999-2000) – “Testemunhos da ocupação romana no concelho de Elvas: elementos para a história da arqueologia regional.” *A Cidade*. N.º 13-14, 53-76.
- BRUNO, M.C.O. (1999) – “A Musealização da Arqueologia”. *Cadernos de Sociomuseologia: Centro de Estudos de Sociomuseologia*. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. N.º 17.
- BRIGOLA, João (2019) – *Colecções, gabinetes e museus em Portugal no séc. XVIII. Museu, viagem e história natural – expedições científicas ao Brasil e a África*. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas.
- CHOAY, Françoise (2014) – *A Alegoria do Património*. Lisboa: Edições 70.
- DINIZ, Mariana; GONÇALVES, Victor S. (1993-1994) – “Na 2.ª metade do século XIX: luzes e sombras sobre a institucionalização da Arqueologia em Portugal”. *O Arqueólogo Português*. Série IV. Vols. 11/12, 175-187.
- FABIÃO, Carlos (1989) – Para a História da Arqueologia em Portugal. *Penélope: revista de história e ciências sociais*. N.º 2, 10-26.
- GONÇALVES, Vítor S. (1980) – *O IX Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-históricas (Lisboa, 1880): uma leitura*,

seguida da "Crónica" de Bordalo Pinheiro. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa.

JULIÃO, Leticia (2006) – "Apontamentos para a história do museu". Caderno de Diretrizes Museológicas. Brasília: Ministério da Cultura/Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura, 17-30.

KOPITOFF, Igor (1986) – "The cultural Biography of things: commoditization as process". APPADURAI, Arjun (Ed.) – *The Social Life of Things: Commodities in Cultural perspective.* Cambridge University Press.

NABAIS, António (1999) – "A arqueologia e os museus locais/regionais". *O Arqueólogo Português.* Série IV. Vol. 17, 73-79.

PEREIRA, Elisabete Jesus dos Santos (2018) – *Colecionismo Arqueológico e Redes de Conhecimento. Atores, Coleções e Objetos (1850-1930).* Coleção Estudos de Museus. Casal de Cambra: Caleidoscópio.

PIMENTEL, Cristina (2005) – *O Sistema Museológico Português (1833-1991). Em direcção a um novo modelo teórico para o seu estudo.* Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

PIRES, António Tomaz (1901) – "Catálogo do Museu Archeologico de Elvas". *O Archeologo Português.* Lisboa. Série 1. Vol. VI, 209-236.

SOROMENHO, Paulo Caratão (1963) – *Papéis de António Tomás Pires.* Elvas: À sombra do Aqueduto. Estudos Elvenses.

VASCONCELLOS, José Leite de (1895) – "Culto de Prosérpina". *O Archeologo Português.* Série 1. Vol. I, 244-246.

VASCONCELLOS, José Leite de (1896) – "Acquisições do Museu Municipal de Elvas". *O Archeologo Português.* Série1. Vol. II, 2-5.

VASCONCELLOS, José Leite de (1897) – "Lápide romana de Villa-Boim". *O Archeologo Português.* Série 1. Vol. III, 121.

VIANA, Abel; DEUS, António Dias de (1950) – "Exploração de algumas necrópoles céltico-romanas do concelho de Elvas". *XIII Congresso da Associação Portuguesa para progresso das Ciências, 7.ª Secção – Ciências Históricas e Filológicas.* Lisboa. Tomo VIII, 67-74.

Celeiro Epac

A Paisagem Industrial de Évora

Inês RIBEIRO³

António DINIZ⁴

Resumo

O presente estudo tem como foco apresentar parte do Património Industrial integrante da Paisagem Alentejana, nomeadamente, na região de Évora.

Deste modo, focamo-nos nos Celeiros da EPAC, parte da história industrial eborense e alentejana, que marcam a paisagem visual tanto da cidade como da própria natureza. Esta paisagem, nasceu das medidas tomadas no Estado Novo, conectadas com a Campanha do Trigo, iniciada em 1929, e com antecedentes ainda no século XIX.

Procurámos então fazer uma introdução à indústria cerealífera eborense, uma contextualização histórico-económica e uma valorização do espaço dos Celeiros.

Palavras-chave: Alentejo, Celeiros, Estado Novo; Indústria Cerealífera; Património Industrial.

Abstract

The present study focuses on presenting part of the Industrial Heritage that is part of the Alentejo Landscape, namely in the Évora region.

In this way, we focus on the EPAC granaries, part of the industrial history of Ebor and Alentejo, which mark the visual landscape of both the city and nature itself. This landscape was born of the measures

³ arqueologia2113@gmail.com

⁴ a.lacerda.dinizmail@gmail.com

taken in the Estado Novo, connected with the Wheat Campaign, begun in 1929, and with antecedents still in the 19th century.

We tried to make an introduction to the eborense cereal industry, a historical-economic contextualization and a valuation of the barn space.

Key-Words: Alentejo, Barns, Cereal Industry, Estado Novo, Industrial Heritage.

“ O Alentejo é o Celeiro de Portugal”
João Alves Vieira (2016:005)

Introdução

O Alentejo é caracterizado pela sua vasta paisagem natural, uma paisagem revestida de tons amarelos e dourados, que refletem a própria vida da população. Contrapondo com esta paisagem, vemos erguidos os famosos Celeiros da EPAC. Dos quais, a maior parte, atualmente se encontra ao abandono.

De forma a compreendermos esta paisagem, é necessário recuarmos até 1929 e 1973. Época em que a região alentejana se transformou um dos principais locais de implantação destes celeiros. E ao contrário do que se pensa, este tipo de construção espalhou-se um pouco por toda a Europa, nomeadamente, Espanha; Itália, França, mas também chegando a países como Estados Unidos da América, Canadá e União Soviética.

Sabemos assim, que desde o século XIX, extensas áreas foram transformadas em zonas agrícolas, às quais se associaram paisagens industriais, nas quais vemos o nascimento destes celeiros. Este processo de industrialização não abandonou por completo as formas

ancestrais de agricultura do trigo, porém dada à sua dimensão, levou-se à criação dos celeiros industriais.

O Alentejo é assim um dos expoentes máximos deste processo de especialização. É o território onde estes elementos permanecem como símbolo das intensas atividades agrícolas que caracterizavam esta região como uma região de produção cerealífera. Estes edifícios são considerados como grandes ícones de modernização, visto que, eram, exemplos práticos do conceito introduzido pela arquitetura modernista, isto é, o funcionalismo, no qual se relacionava intrinsecamente a forma e função.

Assumimos assim que os celeiros se constituem como modelos que se impõe num território, em detrimento da sua articulação com a paisagem.

Deste modo, o nosso principal objetivo é compreender a importância destes Celeiros na região de Évora, bem como criar um projeto de valorização deste tipo de património e deste espaço tão característico da paisagem Alentejana.

Face ao que foi dito, podemos afirmar que a escolha deste tema se ficou a dever ao impacto visual que os Celeiros da EPAC têm na paisagem de Évora, e devido à importância social e económica que estes Celeiros tiveram na região e em todo o País, marcando grandiosamente a memória das gentes da terra.

1. Estado da Arte e Metodologia de Investigação

O presente trabalho revelou-se um verdadeiro desafio, a começar pela procura de bibliografia. Tendo sido consultados arquivos históricos, como o Arquivo Histórico de Évora, a Direção Regional do Património do Alentejo; as Bibliotecas da Universidade de Évora bem como a da Câmara Municipal de Évora. Contudo, estas buscas

desvelaram-se verdadeiros vazios de investigação de um tema que julgámos, à partida, tão óbvio e repleto de estudos.

Deste modo, recorreremos a bibliografia mais antiga, sobretudo, focada na economia e política da época, tratando-se de bibliografia dos anos 80 e 90, nomeadamente Alfredo Marques, com o seu trabalho “Política Económica e Desenvolvimento em Portugal (1926-1959)” de 1988.

De forma a compreendermos a realidade dos Celeiros EPAC no Alentejo, sobretudo na região de Évora, tivemos por base o trabalho realizado por João Alves Vieira, no âmbito da sua dissertação de mestrado em Arquitetura, realizada em 2016 na Universidade de Évora, intitulada “Arquiteturas do Trigo: Espaços de Silagem do Alentejo, do século XIX à atualidade”, sendo este trabalho, sem dúvida a bibliografia mais recente encontrada.

Recorreremos ainda aos depoimentos de antigos e atuais funcionários dos Celeiros EPAC, que se tornaram testemunhos fundamentais para a realização deste estudo.

Admitimos, assim, que o mundo dos Celeiros Cerealíferos é um verdadeiro mundo a descobrir dentro do Património Industrial e da própria Arqueologia Industrial, revelando-se um tema pouco abordado e estudado.

2. Contextualização histórica

O desenvolvimento da Agricultura, por parte do Estado Novo em Portugal, decorreu entre 1930 e 1970, com as políticas económicas focadas no desenvolvimento do setor primário, ou seja, na produção.

A preocupação com este setor surgiu da necessidade e carência alimentar, que se registavam pelo menos desde a 1ª República. Nesta altura tentou-se então incentivar a produção de trigo e outros cereais, apresentando-se duas soluções:

⌘ Primeiro, a criação de subsídios estatais concedidos aos produtores;

⌘ E, em segundo, o surgimento de políticas de crédito à produção.

Relativamente ao trigo, foi uma preocupação manifestada ao longo da história portuguesa, desde a Idade Média até aos dias de hoje inclusive, referindo a esse propósito Alfredo Marques que “O problema agrário nacional arrasta-se, assim, desde a própria fundação da nacionalidade” (MARQUES, 1988: 71). Com a revolução de 1820 instaura-se, pela primeira vez, uma política de proteção nacional à produção cerealífera, política que só se altera pelas políticas livre-cambistas de 1854, alterando-se novamente em 1888, sendo esta que prevalece até 1914. (Idem, *Ibidem*)

A partir de 1914 surgem múltiplas crises político-sociais que acabaram por afetar as políticas protecionistas em vigor. O pão era parte da alimentação base dos portugueses e, até Salazar reconhece a importância e o carácter fundamental que este alimento tinha na “dieta” portuguesa na altura, tanto que durante a 1ª Guerra Mundial o que assolou a população não fora a guerra, mas sim a fome. (Idem, *Ibidem*: 72)

Esta discrepância, prolongada, leva à adoção do que se nomeou de “Pão Político”, uma medida de emergência para a diminuição do custo do pão, através da importação da matéria-prima pelo Estado, e a sua revenda a preços mais baixos às indústrias transformadoras. (Idem, *ibidem*)

Contudo, o trigo não era o cereal mais consumido em Portugal, sendo esse lugar ocupado pelo milho, no entanto era o que detinha o maior défice graças aos níveis de escassez da produção nacional. (Idem, *ibidem*)

A questão do trigo ganhou assim destaque a partir de 1929, com o lançamento pela ditadura militar da campanha do trigo, terminando com a política do “Pão Político”. O principal objetivo da campanha era

expandir a produção deste cereal, porém algo de inesperado acontece e, a produção de trigo tornou-se excessiva para a população. Com este panorama de fundo, acendeu-se uma enorme problemática entre os produtores de trigo e os industriais moageiros, nos quais os primeiros se queixavam da profunda baixa do preço do cereal, juntando a agravante de que os moageiros não compravam a totalidade da produção (AMARAL, 1996: 468). Por seu turno, os moageiros queixam-se da sua incapacidade para comprarem uma produção excessiva para a produção de farinha, bem como da falta de condições dos moinhos existentes (Idem, ibidem).

É neste contexto que nasce a Federação Nacional de Produtores de Trigo (FNPT), em 1932. Embora criada pelo Estado, a FNPT era uma organização de cariz corporativo uma vez que era composta pelos celeiros concelhios de produtores de trigo. A FNPT federava, também, os celeiros de forma a armazenar os produtos. Para isto dever-se-ia proceder à instalação de silos, celeiros ou armazéns, conhecidos como os celeiros nacionais. (Idem, ibidem:470)

Em 1939, começava a Segunda Guerra Mundial e com ela inaugurar-se-ia uma fase completamente diferente da política cerealífera do Estado Novo. Inúmeras foram as dificuldades sentidas pela economia, em geral, e pela agricultura, em particular, durante este período. No que toca à cultura cerealífera, os problemas existiam a vários níveis. Primeiro, na importação de adubos, que ou encareceram extraordinariamente ou, pura e simplesmente, desapareceram do mercado mundial; depois, na de matérias-primas, máquinas e combustível para o fabrico dos adubos nacionais, sujeita às mesmas dificuldades; enfim, na importação do próprio trigo exótico, que, quando a produção nacional deixou de ser suficiente para o consumo, também conheceu sérias restrições. (Idem, ibidem: 473)

Face a estas dificuldades a política do regime consistiu em evitar que existisse um aumento no preço do pão. Assim, o preço do trigo

pago à produção foi sempre mantido ao longo da guerra abaixo dos seus custos. (Idem, ibidem)

Já durante a guerra, a FNPT vira serem-lhe atribuídas outras funções; para além da compra e produção em exclusivo do trigo à escala nacional foi-lhe ainda atribuída também a produção de milho e de centeio. (Idem, ibidem:479)

É só a partir de 1947 que o governo estabelece o mercado livre, passando a oferecer um preço de garantia aos produtores de milho e centeio, a quem quisesse entrega-lo à FNPT. Nesta altura, foi também atribuída a função de adquirir a totalidade da produção de cevada e a sua distribuição pelos fabricantes de cerveja. Desta forma, a FNPT sofreu, a partir da década de 50 um notável crescimento não só económico, como também físico e burocrático, difundindo-se a outras regiões do país, para além do Alentejo. (Idem, ibidem: 479)

A FNPT acabou-se por se transformar em algo totalmente diferente daquilo que seria inicialmente. O seu âmbito de ação passou a ser a produção cerealífera nacional e a sua difusão chegava a todo o país, as suas infraestruturas cresceram de forma exponencial, atingindo uma dimensão impressionante. (Idem, ibidem: 481)

Esta situação conduz à criação do Instituto dos Cereais (IC) mas, após dois anos da sua fundação, deu-se o golpe de Estado do 25 de abril de 1974. A IC não se transformou em empresa pública durante o Estado Novo, mas sim pouco depois do 25 de Abril. Mantem – se as suas atribuições alterando-se somente o estatuto. (Idem, ibidem: 484)

Admitimos, assim que é impossível perceber a criação da EPAC sem conhecer a história dos seus antecessores, a FNPT e o IC.

3. A História da EPAC

*“O Alentejo foi a região
que melhor respondeu aos estímulos propiciados
pela legislação protecionista, datando desta altura*

*a consumação da especialização produtiva em
trigo”*

Jaime Reis, 1979: 42

A Empresa para Agroalimentação e Cereais (EPAC), antiga Empresa Pública de Abastecimento de Cereais, fundada em 1976, substitui a anterior Federação Nacional de Produtores de Trigo (FNPT), fundada em 1932, durante o Estado Novo. (AMARAL,1996:467)

Como anteriormente mencionado, em 1974 surgiu o Instituto dos Cereais (IC) que se transforma em empresa pública. Dois anos mais tarde surge a EPAC, organismo que tinha como principal objetivo garantir o fornecimento de cereais e sementes, defendendo a produção nacional, as exigências de consumo e a economia do País. É no decurso deste período que se verificaram grandes investimentos em estruturas de armazenagem e uma evolução crescente do consumo de cereais no país, registando-se de igual modo, uma crescente evolução do preço do trigo, proporcionando uma determinada estabilidade económica até à adesão do país à CEE, em 1985. (VIEIRA, 2016:063)

Admitimos assim que o nascimento da EPAC surgiu para fazer face à extinção da FNPT e IC, fazendo cair por terra o atual pensamento generalizado, de que os celeiros existentes foram construídos pela EPAC. Assumimos, deste modo, que o verdadeiro responsável pela construção destes organismos foi a antiga FNPT. (Idem, ibidem:064)

Avançando um pouco mais na história da EPAC, e chegados ao ano de 1991, vê-se a transformação da EPAC em sociedade anónima de capitais públicos, adquirindo o nome de Empresa para Agroalimentação e Cereais S.A. Esta nova companhia, com nova administração, acabou por deixar morrer esta empresa, levando à sua extinção em 1999. (Idem, ibidem: 064)

Nos últimos anos o comércio cerealífero acabou por sofrer uma enorme transformação. Verificamos que atualmente e face às conjunturas políticas e económicas impostas pela UE, Portugal tem vindo a limitar-se à política importadora, conseguindo obter os cereais

a um preço inferior, deixando de se verificar qualquer intenção de fomento à produção nacional, o que levou ao abandono de vários celeiros edificados no interior do País, sobretudo, na região alentejana. (Idem, ibidem)

Assim, a partir de 2002, os celeiros que desde 1999 pertenciam à Direção Geral de Tesouro, passaram a estar sobre a responsabilidade do Instituto Nacional de Intervenção e Garantia Agrícola. De momento, com o objetivo de criar centros de armazenagem para uma melhor gestão da produção, parte dos silos foram concedidos a produtores e corporativas, sem custos de aluguer, tendo estas apenas o dever de suportar os custos de manutenção e financiar, e se necessário, obras de recuperação. Contudo, atualmente muitos destes celeiros estão desapropriados da sua função, registando-se situações de abandono, como o Celeiro da EPAC de Pavia. (Idem, ibidem)

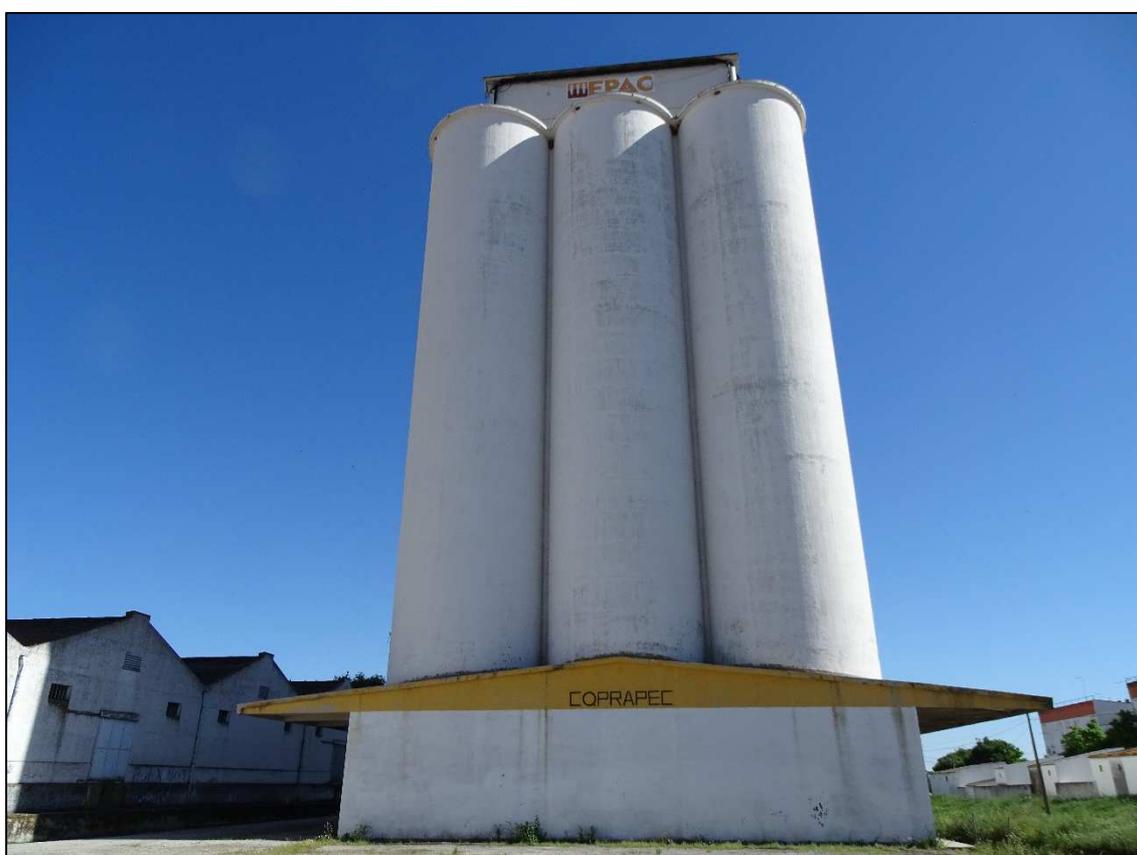


Figura 1 – Celeiro da EPAC de Évora. ©Inês Ribeiro e António Diniz.

3.1. O Celeiro EPAC - Évora



Figura 2 e 3 – Localização de Évora e do Celeiro EPAC na cidade de Évora

Entramos assim no tema que nos traz à elaboração deste breve trabalho. O Celeiro EPAC de Évora.

O Celeiro EPAC foi construído em antigos terrenos baldios e inaugurado pelo secretário do Estado do Comércio, Valentim Xavier Pintado, em 1971. Este Celeiro foi implantado junto à linha ferroviária de Évora, correspondendo ao sistema de implantação típico destes Celeiros. Esteve em funcionamento até 1991 altura em que é fechado; voltou a ser ativado a partir dos anos 2000, com a instalação de uma nova empresa, também conectada ao mundo da Agroalimentação-COPRAPEC (Cooperativa Agrícola de Compra e Venda Montemor-o-Novo, CrI)⁵.

Na realidade, esta cooperativa foi fundada em meados do séc. XX (1954), com a denominação de “Cooperativa de Ovinicultores de Montemor-o-Novo”. O principal objetivo da sua criação era o aproveitamento, valorização e venda dos produtos provenientes da

⁵ Comunicação Pessoal

exploração ovina dos seus associados, bem como contribuir pelos meios adequados, para o fomento técnico e económico dos rebanhos. Em 1978, alterou a sua denominação e os seus objetivos. Atualmente a sua atividade foca-se na comercialização e serviços, sendo, atualmente uma das maiores cooperativas do país⁶.

4. Estruturas Adjacentes ao Celeiro Eborense da EPAC

Em Évora, os Celeiros tinham toda uma estrutura industrial adjacente, focada na indústria agrária. Poderíamos encontrar nesta zona da cidade o que seria o “Parque Industrial” da época, onde, para além dos Silos, se localizava também i) a Fábrica de Seleção de Sementes – onde hoje se encontra sediado o edifício da Guarda Nacional Republicana (GNR) – ii) o antigo edifício da FNPT, parte abandonada atualmente e que era o local de congregação dos vários celeiros concelhios, bem como de armazenamento e decisão dos modos de armazenagem, iii) a linha de caminho-de-ferro e respetiva estação, iv) os armazéns paralelos aos silos – que serviriam, juntamente com as balanças, para a distribuição dos cereais via transporte terrestre (vagões e camiões) – v) toda a maquinaria associada a estes espaços industriais, vocacionados à armazenagem e processamento dos cereais.

Apesar de não se localizar neste espaço, mas relacionado com o património industrial agrário (e consumidor dos cereais) podemos referir a Fábrica das Farinhas Leões, que teria quer a fábrica em si, quer um edifício de silos também. A linha de caminho-de-ferro também passava junto a esta fábrica das farinhas e todas as suas estruturas associadas.

⁶ Coprapec entidade. Disponível em: <http://www.coprapec.pt/index.php> , acedido a 2 de maio de 2019.



Figura 4 – Posto de Calibragem da EPAC. © Inês Ribeiro e António Diniz

4.1. Estado atual das infraestruturas

Como referimos anteriormente, o Celeiro da EPAC, possuía várias estruturas adjacentes algumas das quais ainda se encontram em funcionamento, outras estão inativas/ abandonadas, com muita sujidade e janelas partidas. Alguns animais, principalmente aves, fazem de muitas partes dos andares, sua casa. Há, contudo, um elemento que caracteriza o espaço, mesmo sendo parte desse dito abandono: um pó muito característico dos cereais, que cobre o chão dos andares, e principalmente nos andares superiores do edifício.

Relativamente aos restantes componentes do núcleo, a Fábrica de Seleção de Sementes encontra-se com uma das alas parcialmente ao abandono. O restante edifício é ocupado pela Guarda Nacional Republicana (GNR) com a sua divisão de cavalaria, e outra parte serve como arquivo.

A linha ferroviária e a estação foram requalificadas para transporte terrestre de passageiros a longa distância, tendo sido encerrada e desmantelada a linha férrea que ligava os Celeiros à Fabrica das Farinhas Leões e aos restantes Celeiros do Alentejo Central. O antigo edifício da FNPT (Federação Nacional de Produtores de Trigo) encontra-se completamente ao abandono, em processo de ruína como é possível conferir pelas imagens apresentadas.

A Fábrica de Farinhas Leões foi readaptada como polo da Universidade de Évora destinado à Escola das Artes, mantendo-se ainda a zona da fábrica (que está em mau estado de conservação), bem como a parte dos silos. No entanto, estas obras de readaptação do espaço ao ensino universitário acabaram por descontextualizar este espaço devido à construção de uma plataforma em betão e metal.



Figura 5 – Antigo Edifício da FNPT. © Inês Ribeiro e António Diniz

4.2. Sistemas de Implantação e Estruturas Funcionais dos Celeiros da EPAC

Em termos gerais, os grandes celeiros em betão, mandados construir em Portugal pela FNPT e posteriormente pela EPAC, encontram-se, quase todos, juntos de linhas férreas ou de cursos de água. São de grande dimensão e muito mais complexos que os celeiros rurais, servindo não só para armazenarem o cereal, como também podem classificar, limpar e proceder facilmente à venda do produto (VIEIRA, 2016:025-026).

Os celeiros são formados por oito estruturas no seu total:

- ⌘ A Zona de Receção do Cereal;
- ⌘ Os Tegões: elementos localizados no exterior do celeiro identificados por uma abertura no pavimento, por onde entra o cereal;
- ⌘ A Radler: mecanismo que permite a ligação e o transporte do cereal, dos tegões à nora, que se encontra na zona de elevação de cereal;
- ⌘ A Zona de Elevação: local no qual o cereal é movido através das noras até à cabeça do silo;
- ⌘ A Headhouse: espaço que se encontra à cota mais elevada, no qual o cereal chegado da nora é direcionado para o espaço de distribuição;
- ⌘ A Zona de Distribuição: através dos radlers desloca o cereal de forma horizontal ao longo das celas, permitindo direcionar o cereal para a cela pretendida;
- ⌘ A Zona de Armazenamento: corresponde aos espaços cilíndricos;
- ⌘ A Zona de Extração: piso térreo, na qual o teto é constituído por um conjunto de funis.

Os Celeiros tinham vários andares internos (o número de andares dependente da altura dos silos)⁷ os quais se encontravam equipados

⁷No caso do Celeiro de Évora contamos com oito pisos

com maquinaria relacionadas com a estrutura funcional apresentada, e um elevador apto ao transporte dos funcionários (Idem, Ibidem).

No último andar encontramos uma grande sala com acesso ao terraço do edifício e saídas para a parte superior dos silos.

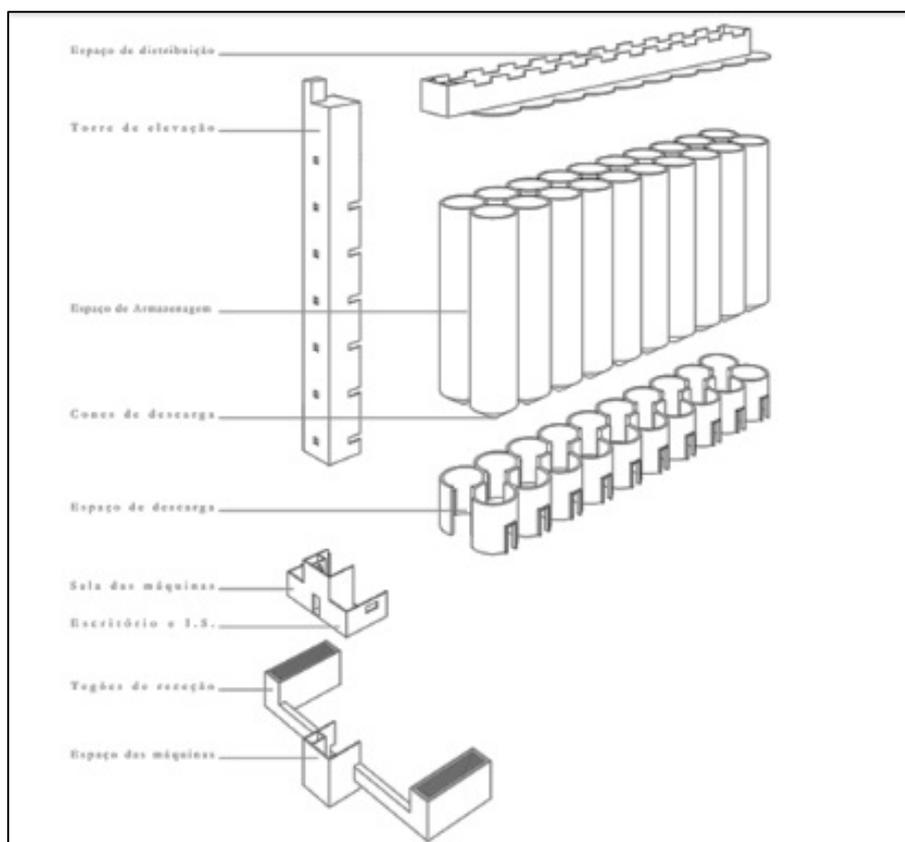


Figura 6 – Representação das estruturas dos Celeiros. Fonte: Vieira, 2016:26

5. Proposta de Valorização

Ao iniciarmos este trabalho era nosso objetivo compreender estes espaços industriais no sentido de podermos equacionar propostas para a sua reabilitação, valorização e fruição cultural. Poderíamos criar várias propostas de valorização e reutilização do espaço se este estivesse ao abandono, mas tendo em consideração que, na realidade, os antigos silos da EPAC em Évora se encontra ainda em funcionamento

(ainda que de forma parcial) podemos referir propostas com ambas as hipóteses.

Uma primeira hipótese, caso se encontrasse completamente abandonado, poderia ser a sua utilização para funções residenciais: cada andar tem espaço suficiente para possibilitar a existência de espaços habitacionais mínimos uma vez que existe acesso a todos os andares do edifício. A zona do rés-do-chão poderia ser adaptada a área comunitária, com várias divisões de diferentes funcionalidades, pois trata-se de um espaço bastante amplo. Contudo esta proposta fica aquém e a desejar, pois seria necessária uma reabilitação do espaço, de forma a ser apto à habitação, tornando-se essencial a criação de novas paredes que serviriam de divisórias e, eventualmente, à extração da maquinaria para o máximo aproveitamento da área existente, o que não seria respeitador do que se estabeleceu na Carta de Nizhny Tagil.

Assim, decidimos optar por uma abordagem mais respeitadora da natureza funcional do espaço. Surgem então três propostas concebíveis e que não alterariam a funcionalidade e a morfologia original do espaço.

A primeira baseia-se na criação de um roteiro entre as várias estruturas da EPAC, principalmente no Alentejo Central. Observando um mapa da dispersão destes Celeiros na região, podemos observar que apesar de Évora ter um carácter central e um imponente património industrial, outras vilas e aldeias também têm este tipo de património, associado à indústria agrária, como é o caso de Mora (cuja estação ferroviária foi readaptada para o que é hoje o Museu do Megalitismo) e Pavia, entre outros. A proposta de valorização seria então criar um roteiro que ligasse todos estes Celeiros e vestígios de património industrial associados, não só como forma de impulsionar a valorização este tipo de património, mas também como forma de incentivar a estima pela paisagem que o rodeia: uma Rota dos Celeiros da EPAC pela Paisagem Alentejana que poderia, eventualmente, vir a

ser realizada através de uma ciclovia que utilizaria as linhas de caminho-de-ferro desativadas. Contudo, ao acedermos ao trabalho do Arq. João Vieira percebemos que esta proposta já fora, em parte, apresentada por ele.

Face a esta situação, optámos por outra forma também de roteiro, mas com um fundo mais local: criar uma rota no que seria a antiga zona industrial da cidade de Évora. Ou seja, com este estudo concluímos que adjacente ao Celeiro existia todo um complexo de edificado industrial, quer o mencionado (como a linha e estação de caminho de ferro, os armazéns ainda em uso, a reocupada Fábrica de Seleção de Sementes), bem como outros não referidos (como a antiga central de energia eborense, o núcleo pecuário, entre outros). A rota seria então composta por toda uma sinalização associada aos locais, sinalização explicativa apelativa, para que os visitantes ou os transeuntes mais distraídos pudessem ter uma pequena noção do que seria a zona industrial de Évora entre os séculos XIX e XX. Esta rota poderia ser idealizada em percursos pedonais, de ciclismo e de automóvel.

Por último, pensámos na readaptação do espaço, a qual não teria de implicar o fim da sua atividade atual, mas tornando-se apta à circulação de visitantes dentro do edifício dos Celeiros da EPAC. Com isto surgiram-nos duas propostas distintas, mas com uma base idêntica.

Uma seria a musealização do espaço, onde os andares tratariam da história da EPAC, com uma contextualização histórica do edifício em si, memórias de trabalhadores e da própria população geral sobre o trabalho na EPAC, a sua Construção, etc. Esta componente poderia ser realizada com recurso a filmes, fotografias, recriações, painéis explicativos, entre outros. No oitavo andar, aproveitando o fato de se tratar de um espaço mais amplo, criava-se um ateliê, local onde os artistas eborenses tivessem espaço para criar e exprimir livremente a

sua arte, e onde o público do museu pudesse observar e mesmo participar, em atividades por eles promovidas.

A outra opção em mente era criar da mesma forma um museu, mas cada andar seria dedicado a um período histórico mas, conotado à agricultura: começaria na pré-história no primeiro andar e acabaria no oitavo andar, com a história da EPAC. O rés-do-chão mantinha a sua funcionalidade, bem como a maquinaria existente em todo o edifício eu seria mantida no seu lugar, e o último andar, para além de ser explicativo da época Contemporânea, seria um espaço dedicado ao futuro da agricultura, onde novas empresas poderiam apresentar as suas propostas, como novos tipos de regadio, novas tecnologias na agricultura, novas espécies de cultivo, ideias inovadores para o controlo florestal, contra a desflorestação e incêndios, contra a desertificação dos solos, etc, etc. Seria então um espaço de ligação entre o passado (todo o desenvolvimento da agricultura até aos dias de hoje), o presente (a história da atividade agrícola nos últimos séculos) e o futuro (onde novos investigadores expunham e debatiam soluções sustentáveis à vida e à economia).

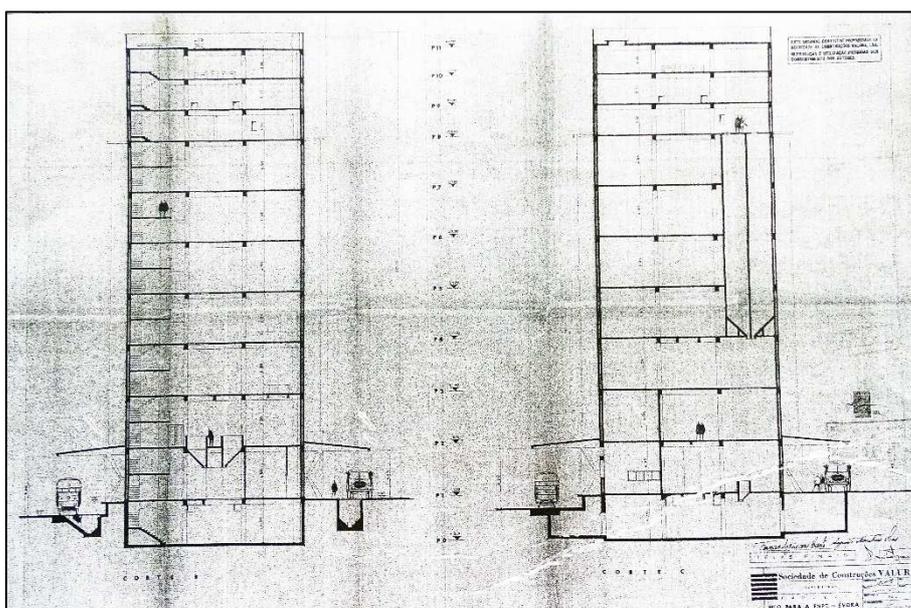


Figura 7 - Planta dos Pisos do Celeiro EPAC de Évora. Fonte: Arquivo do Celeiro EPAC de Évora

Estas propostas de valorização têm em conta o facto de os andares da Torre de Elevação terem medidas superiores às de outros Celeiros da EPAC, nomeadamente o da Fábrica de Farinhas Leões, ou até mesmo o de Reguengos de Monsaraz – medidas que, contudo, não nos foram facultadas, mas que foi possível de evidenciar.

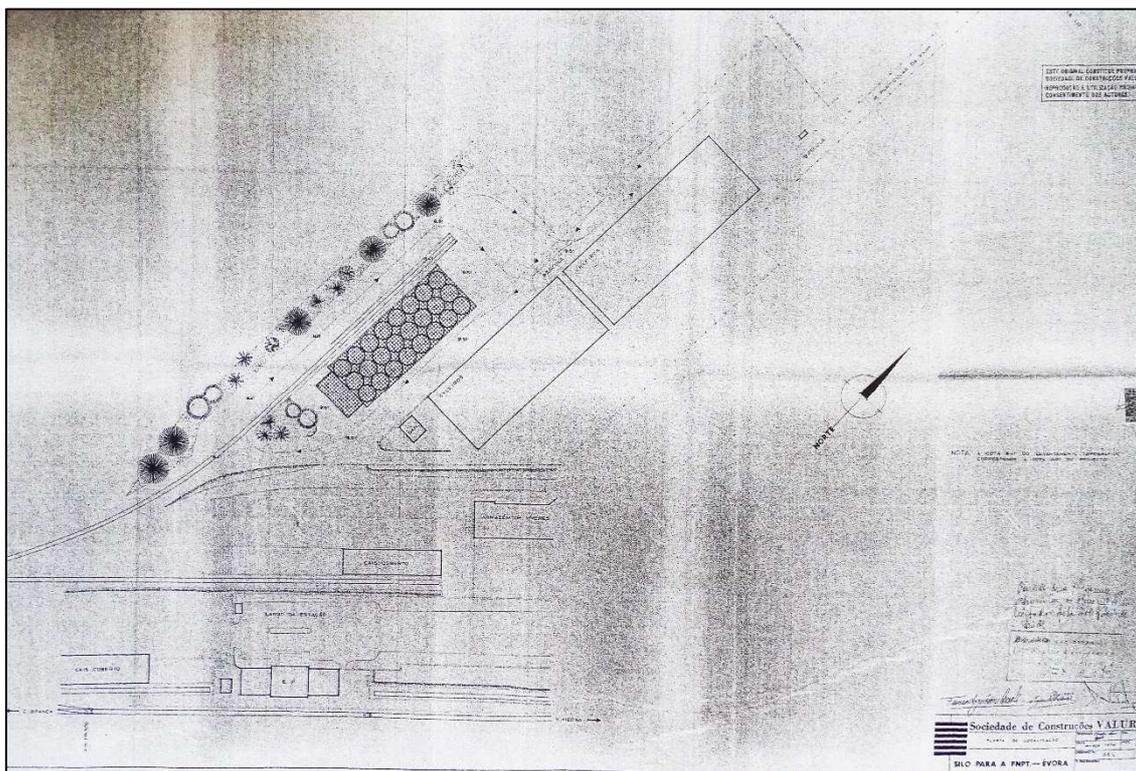


Figura 8 - Planta do Celeiro EPAC de Évora. Fonte: Arquivo do Celeiro EPAC de Évora

6. Considerações Finais

A questão do trigo sempre teve forte importância na História de Portugal, desde a Idade Média, passando pelo século XIX com diversas reformas e com especial impulso entre os anos de 1930 e 1970 – Ditadura.

Um dos expoentes máximos desta reforma agrícola é o Alentejo com a constante presença da cultura do trigo a marcar a sua paisagem. Esta região teve fortes transformações a partir do século XIX, passando

pelas alterações realizadas no decurso do século XX, com as reformas agrícolas introduzidas pela ditadura nacional e, mesmo agora, nas últimas décadas, estamos a assistir a novas alterações desta vez introduzidas pela criação do grande lago, que é o Alqueva. No âmbito deste estudo podemos perceber que a um dos ícones associados a estas transformações é a construção dos Celeiros da FNPT, que depois de diversas mudanças levaram ao nascimento da EPAC.

O Celeiro EPAC de Évora que abordámos ao longo deste trabalho é exemplo desta fase que se pode considerar de esplendor da nossa cultura cerealífera. Celeiro fundado em 1971, junto à linha ferroviária de Évora, que marca fortemente a paisagem industrial de Évora. Celeiro que se enquadra na antiga zona industrial eborense, rodeado por antigos edifícios que formavam este complexo industrial e que serviam de apoio a toda a indústria cerealífera de Évora.

Um dos principais objetivos deste resumido ensaio, era criar propostas de valorização deste importante monumento industrial. Tentámos, então, ponderar formas de valorização do espaço, que visassem a manutenção, a preservação da memória do mesmo e da época em que foi erguido. Ponderámos, então, formas mais invasivas e formas que respeitassem os termos da Carta Nizhny Tagil. Ainda, de maneira a compreendermos a totalidade do Celeiro apresentámos imagens atuais bem como imagens da época cedidas pelos dois únicos funcionários que ainda se encontram no Celeiro de Évora. Podemos, então, prestar um agradecimento a ambos, e a todos os outros que, ao longo de décadas, trabalharam nestes espaços. Sem eles não teria sido possível realizar este breve estudo.

Bibliografia

AMARAL, L. (1996) - Política e economia: O Estado Novo, os latifundiários alentejanos e os antecedentes da EPAC. *Análise Social*. Vol. 31, pp. 465-486.

MARQUES, A. (1988) - *Política Económica e Desenvolvimento em Portugal (1926-1959). As duas estratégias do Estado Novo no período de isolamento nacional*. Lisboa: Estúdios Horizonte.

VIEIRA, J.A. (2016) - *Arquiteturas do Trigo: Espaços de Silagem do Alentejo, do século XIX à atualidade*. Évora: Universidade de Évora, Tese de Mestrado policopiada.

REIS, J. (1979) - A "Lei da Fome: as origens do proteccionismo cerealífero (1889-1914)". *Análise Social*. Vol.15, pp. 745-793.

Web Grafia

⌘ COPRAPEC, Entidade. Disponível em: <http://www.coprapec.pt/index.php> , acedido a 2 de maio de 2019;

⌘ EPAC, História. Disponível em: <https://epac-comercial.webnode.pt/historia/> , acedido a 2 de 2019.

Imagens

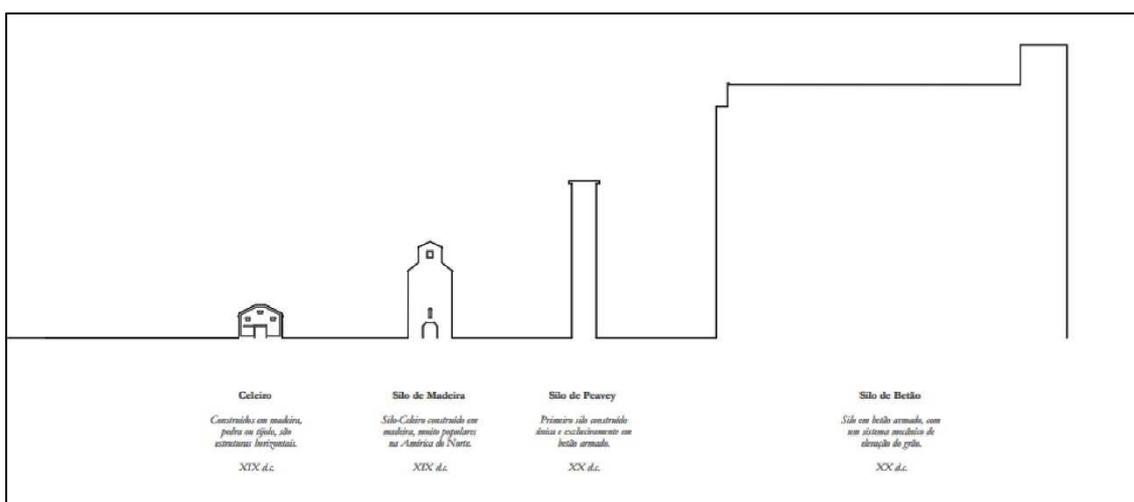


Figura 9 - Evolução volumétrica dos Celeiros desde século XIX.

Fonte: VIEIRA,2016: 018



Figura 10 - Balança. Autor: Inês Ribeiro e António Diniz

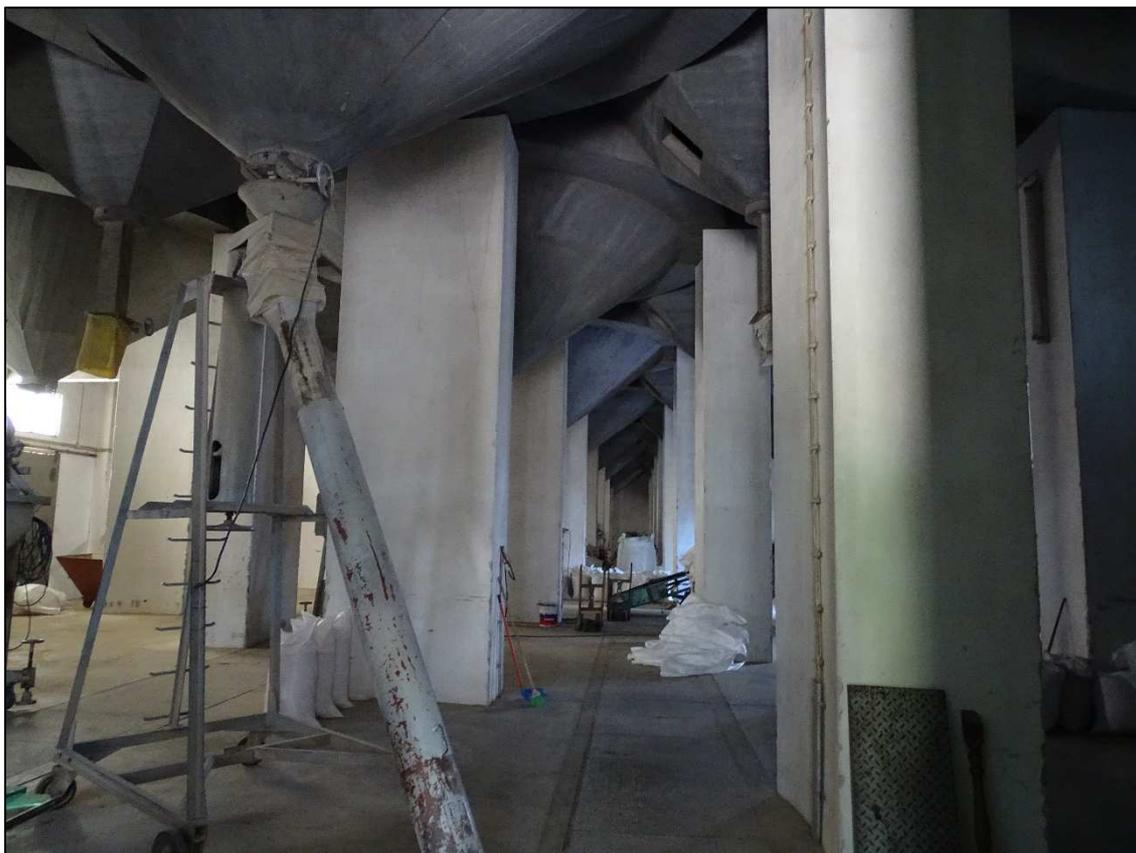


Figura 11 - Maquinaria de um dos Pisos. Autor: Inês Ribeiro e António Diniz



Figura 12 - Último Piso do Celeiro PEAC de Évora. Autor: Inês Ribeiro e António Diniz

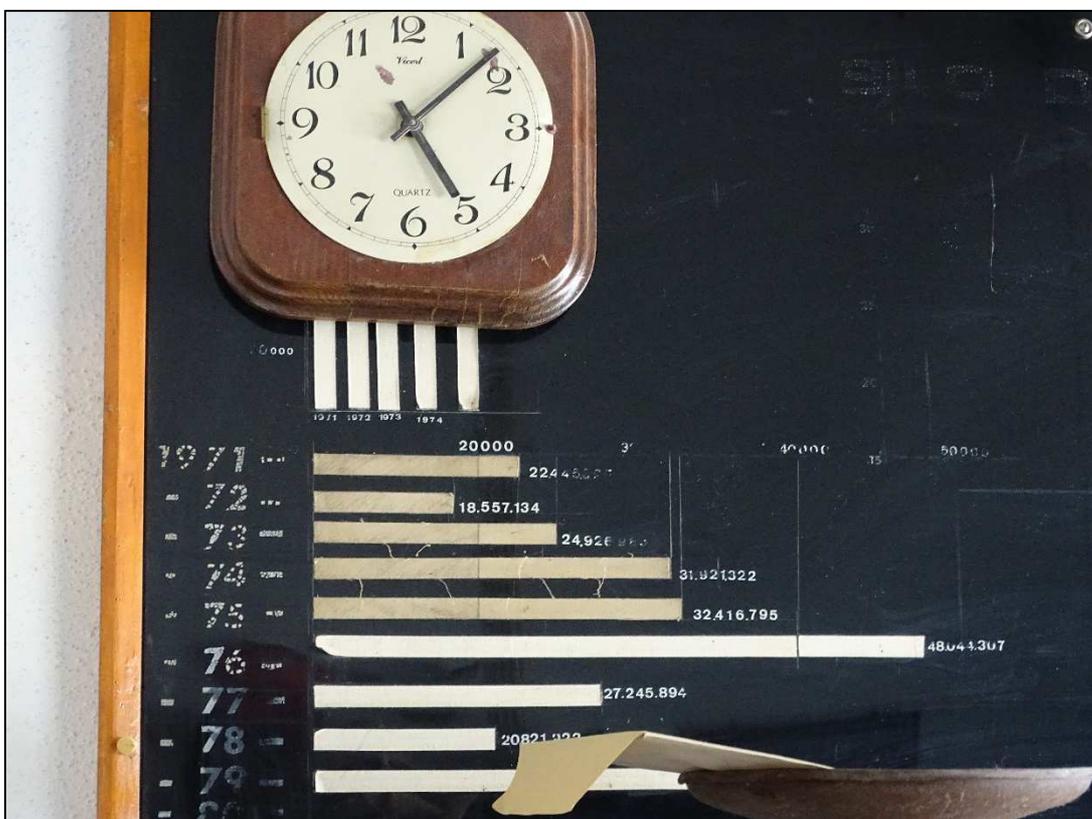


Figura 13 - Percentagens dos trabalhos realizados pela EPAC durante os anos de funcionamento. Fonte: Arquivo do Celeiro EPAC de Évora



Figura 14 - Fotografia dos silos em laboração. Fonte: Arquivo do Celeiro EPAC de Évora



Figura 15 - Vista da Estação dos Caminhos de Ferro de Évora, a partir do piso superior dos silos. Fonte: Arquivo do Celeiro EPAC de Évora